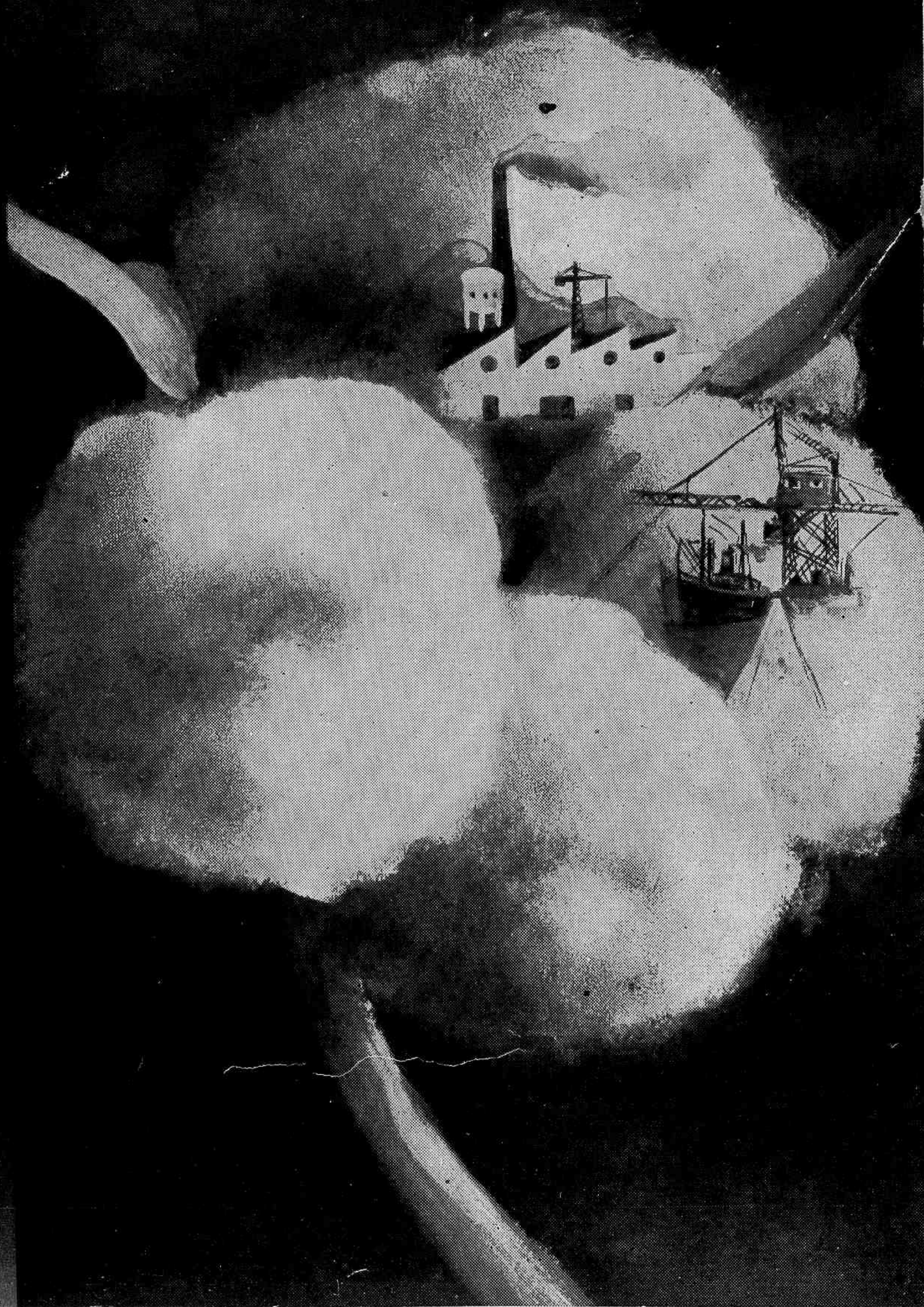


SÃO PAULO - Agosto - 1948



AGOSTO - 1948

FUNDAMENTOS

N.º 3 - VOL. 2

Revista de cultura moderna

São Paulo

Fundador

MONTEIRO LOBATO

Diretor-Responsável

RUY BARBOSA CARDOSO

Redator-Chefe

AFONSO SCHMIDT

Secretários:

G. NONNENBERG e J. E. FERNANDES

Colaboram neste número:

RUY BARBOSA CARDOSO — Economista; diretor de «Fundamentos».

LUIZ REY — Médico pela USP; sanitarista; ex-médico do Serviço Especial de Saúde Pública (Amazonas).

JACOB GORENDER — Jornalista e ex-combatente da FEB.

ANTONIO ANICETO MONTEIRO — Matemático português de renome; discípulo de Fréchet; professor da Faculdade Nacional de Filosofia.

ALCEU MAYNARD DE ARAUJO — Técnico em pesquisas sociais do Instituto de Administração da USP; participa atualmente da reunião de folcloristas patrocinada pelo IBECC do Ministério do Exterior.

AFONSO SCHMIDT — Escritor e jornalista; redator chefe de «Fundamentos».

CLAUDIO SANTORO — Compositor e musicólogo da nova geração; atualmente em viagem de estudos na Europa.

EMILIANO DI CAVALCANTI — Pintor de projeção internacional; um dos fundadores do modernismo no Brasil, que comemora este ano o 30º aniversário de suas atividades artísticas.

DI PRETE — Pintor e ilustrador de renome.

FUNDAMENTOS não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em trabalhos assinados. Não devolve originais.

Número avulso Cr\$ 6,00 — Atrasado Cr\$ 10,00 — Assinatura anual Cr\$ 70,00

Redação e administração: Rua Barão de Itapetininga, 275, 9º andar, Sala 93

SÃO PAULO

Índice

Pela livre discussão de nossos problemas	168
ECONOMIA	
Esplendor e decadência do algodão em São Paulo — <i>Ruy Barbosa Cardoso</i>	170
CRÍTICA	
Aydano do Couto Ferraz e a liberdade de criação intelectual — <i>Jacob Gorender</i>	194
SAÚDE PÚBLICA	
O problema médico e as necessidades nacionais — <i>Luis Rey</i>	200
BIBLIOGRAFIA	
Bento de Jesus Caraça — <i>Antonio Aniceto Monteiro</i>	205
FOLCLORE	
O Fandango em Cananéia — <i>Alceu Maynard Araujo</i>	209
LITERATURA	
Sete Cartas Loucas (Novela — II) — <i>Afonso Schmidt</i>	224
MÚSICA	
Problemas da música contemporânea — <i>Claudio Santoro</i>	232
ARTES PLÁSTICAS	
Realismo e abstracionismo — <i>E. Di Cavalcanti</i>	240
NOTAS	246

Pela livre discussão de nossos problemas

Cada número desta revista representa um esforço na obra que nos propusemos de convocar os intelectuais democráticos, reunindo-os ao redor da mesa de trabalho em que são esplanados, estudados e explicados os problemas que afligem nossa pátria. Por isso, ao lado de páginas puramente literárias ou científicas, de estudos folclóricos, de comentários sobre música e artes plásticas, FUNDAMENTOS, desde o início, tem encarado de frente questões da maior oportunidade como o petróleo, a eletricidade e, agora, o problema do algodão, cuja gravidade começa a ser sentida pelas próprias classes chamadas conservadoras.

Um desses problemas, no entanto, sobreleva os demais. É o que se refere à liberdade de pensamento. No artigo de apresentação desta revista foi dito que «o choque culminante de 1939-45 não conseguiu arrancar, em muitos países, as raízes anti-democráticas». Será preciso demonstrar a perigosa verdade contida nessa asserção? Basta lançarmos um olhar pelo cenário internacional onde, aqui e ali, repontam sob diversas formas, as mesmas forças fascizantes vencidas militarmente durante a segunda grande guerra. Mas, para o caso, contentamo-nos em apontar aqui mesmo o mais desabusado processo de que estão lançando mão os elementos suspeitos infiltrados na administração nacional. É a pretendida Lei de Segurança.

Os que traíram o Brasil colocando-se ao serviço dos países que lhe moviam guerra, os que festejavam com alegres chopadas o afundamento dos navios brasileiros e a morte das suas tripulações, eclipsaram-se durante os incertos dias da derrota do Eixo, mas nem por isso deixaram de conspirar contra o mundo democrático conquistado, de arma na mão, pelos povos aliados. O clima de liberdade e de livre exame dos assuntos nacionais lhes é adverso. Daí seus manejos a princípio na sombra e depois, com a conquista do terreno, à claridade meridiana.

São precisamente êsses maus brasileiros os partidários da chamada Lei de Segurança, cujo fim não é punir os traidores da pátria pois, em tal caso, êles próprios seriam os primeiros atingidos, mas fazer calar os intelectuais na tribuna, na imprensa e na praça pública para que, na noite e no silêncio do pensamento nacional,

possam entregar o Brasil, impunemente, às forças tenebrosas que nos ameaçam. Esse projeto ainda segue os obscuros trâmites e o povo brasileiro já sofre seus efeitos. Não precisamos enumerar aqui tôdas as medidas anti-democráticas tomadas nos últimos tempos, invocando o «slogan» importado de uma pretendida segurança nacional. Ainda neste momento continúa prêso no Rio de Janeiro o nosso colega Aydano do Couto Ferraz por um «crime» que seria para rir se não lhe tivesse custado tantos sofrimentos.

Encarcerando o pensamento nacional, os elementos suspeitos infiltrados no govêrno sabem perfeitamente o que fazem. Sancionada a lei, muito jornalista de qualquer orientação política poderá ser prêso e processado ao terminar o seu comentário sôbre problemas nacionais. Aydano do Couto Ferraz, por exemplo, encontra-se no cárcere porque escreveu a palavra «professor», entre aspas, referindo-se ao sr. Pereira Lira. Nesse dia, não será apenas proibido dizer que o petróleo do Brasil pertence aos brasileiros, ou que a reforma agrária sôbre bases progressistas virá beneficiar a milhões de patrícios nossos. Não, senhores. Surgirão crimes novos e inesperados, transgressões de que jamais poderiam suspeitar os eventuais transgressores. Em cada frase que o jornalista escrever haverá sempre motivos de sobra para atirá-lo à cadeia, para fazê-lo silenciar em benefício das forças anti-democráticas, anti-nacionais.

Essa lei estenderá a sua sombra não apenas sôbre a praça pública e a imprensa, mas sôbre as escolas, as universidades, os centros onde se cultuam as ciências, as filosofias, as artes. Seus parágrafos providos de alçapões, suas alíneas cavilosas alcançarão e destruirão os mais altos aspétos da nossa cultura. Sob as vistas dos ferozes executores, os mestres estarão proibidos de ensinar, os alunos terão receio de aprender. Estabelecer-se-ão padrões para as fórmulas científicas, as criações literárias, as realizações plásticas. A Geografia será suspeita, a Estatística perigosa. Qualquer palavra, investigada de um certo ângulo, poderá comprometer quem a escreveu.

Ninguém saberá onde começa nem onde termina, com exatidão, a sua responsabilidade, porque as intenções e os atos serão medidos com elástico e alcançarão todos aqueles a quem a reação deseje alcançar. Esse processo foi empregado por mais de vinte anos em diversos países da Europa e da Ásia, para deformar e anular a opinião pública. Durante esse período, em tais países, não surgiu um nome novo nas ciências e nas artes, as respectivas culturas sofreram um colápsio de que até hoje ainda não se repuzeram.

A Lei de Segurança com que nos ameaçam visa estabelecer a ignorância geral dos problemas de cada dia, impondo aos intelectuais um silêncio propício à realização dos negócios mais lesivos, das capitulações mais humilhantes para a nacionalidade. O povo brasileiro é contra essa lei, com tôdas as suas forças. Resistirá até o fim.

Esplendor e Decadência do Algodão em São Paulo

RUY BARBOSA CARDOSO

○ imperialismo em geral e, particularmente, o imperialismo norte-americano é encarado, entre nós, como de resto em toda parte, de diferentes pontos de vista, conforme os interesses de classe dos indivíduos ou grupos opinantes. Há os que simplesmente negam a sua existência, atribuindo a sua criação aos inimigos da «paz social» ou, ainda, da «cooperação continental». Outros, entretanto, tecem hinos de louvor ao imperialismo e vêm nele o construtor do progresso em nosso país, apontando inúmeros exemplos de desenvolvimento de nossa economia, a ele devidos. Para estes, os trustes ou grandes firmas imperialistas são verdadeiras «organizações beneficentes», aqui instaladas para «colaborar» em nosso progresso. Entretanto, à medida que os efeitos da ação imperialista vão se fazendo sentir nos mais diversos setores de nossa economia, surgem os que por experiência própria, aprenderam o que é o imperialismo. Essa experiência precisa ser recolhida, analisada e transmitida a todo o nosso povo, afim de erguermos ao imperialismo uma sólida barreira contra a nossa total colonização.

O presente trabalho mostra, em largos traços, quais os «benefícios» prestados à nossa economia algodoeira pelas organizações imperialistas do ramo e como as atuais relações de produção predominantes em nossa agricultura contribuíram para a liquidação de mais uma fonte de riqueza.

Há alguns anos atrás, era comum ouvir-se dizer que em São Paulo se realizara um milagre: — o milagre do algodão. Com efeito, a produção paulista de algodão que em 1930 fôra de 4 mil toneladas de pluma, ou cerca de 3% de toda a produção brasileira, subira vertiginosamente, de ano para ano, até alcançar, em 1944, a considerável safra de 463 mil toneladas, representando 78% da produção nacional e colocando o Brasil como quarto produtor mundial do «ouro branco». São Paulo era citado, constantemente, como a região que, em menos de duas décadas, registrara o maior desenvolvimento de produção em toda a história dessa matéria prima, em qualquer parte do mundo.

Hoje, entretanto, o milagre se desvaneceu e aí temos o nosso «rei algodão», até há pouco dominador de parte substancial da

economia brasileira, reduzido a um pobre rei enfermo e agonizante, a cuja cabeceira se debruçam técnicos, economistas e homens de negócio, investigando as causas do seu insidioso mal e procurando a medicina que lhe restaure as forças.

A partir de 1945, a rápida e surpreendente expansão algodoeira de São Paulo foi seguida de brusco e catastrófico declínio, como indicam os algarismos seguintes.

PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM S. PAULO

(Algodão descaroçado)

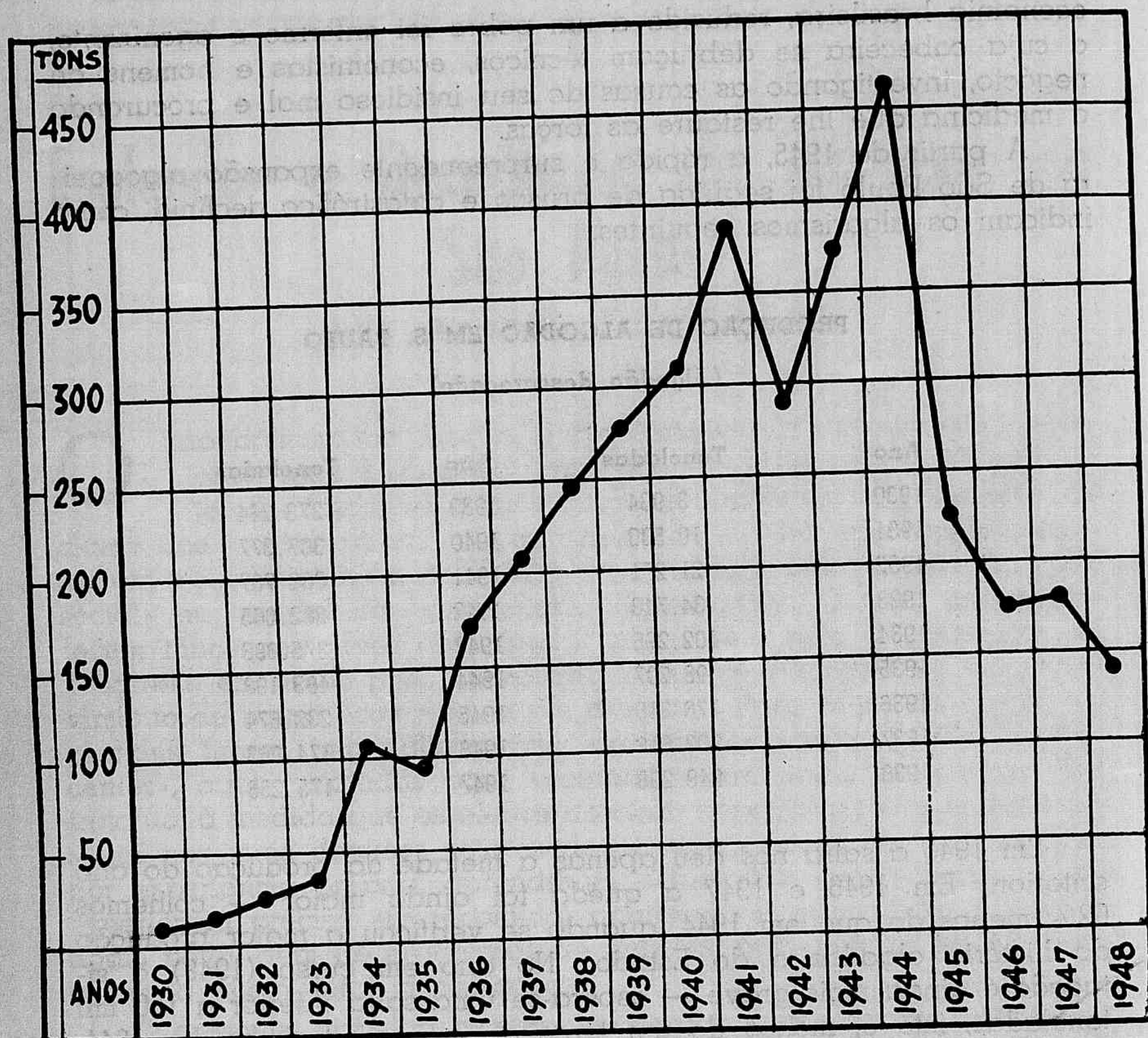
Ano	Toneladas	Ano	Toneladas
1930	3.934	1939	273.264
1931	10.500	1940	307.377
1932	21.271	1941	380.767
1933	34.748	1942	282.665
1934	102.296	1943	375.098
1935	98.207	1944	463.193
1936	176.810	1945	232.674
1937	202.618	1946	174.063
1938	248.296	1947	175.255

Em 1945 a safra nos deu apenas a metade da produção do ano anterior. Em 1946 e 1947 a queda foi ainda maior — colhemos 62% menos do que em 1944, quando se verificou a maior produção da história algodoeira do Estado. No ano em curso (1948) a situação é ainda mais grave — espera-se uma safra inferior a 150 mil toneladas, isto é, menos de um terço do que produzimos em 1944, safra inferior a de 1936 quando estávamos nos primórdios da cultura dessa matéria prima. O gráfico publicado neste trabalho dá uma idéia mais nítida dos impressionantes movimentos de ascensão e declínio por que vem passando o algodão no Estado de São Paulo.

O ALGODÃO PAULISTA NA ECONOMIA DO ESTADO E DO BRASIL

Tão grandes foram as alterações introduzidas na economia paulista, vale dizer na do Brasil, pelo desenvolvimento da lavoura algodoeira do Estado; tal soma de interesse envolveu e tal importância assumiu que o estudo acurado da nossa história algodoeira é assunto indispensável à compreensão da recente evolução econômica do país.

O algodão em pluma exportado por São Paulo em 14 anos, de 1934 a 1947, produziu a soma de 13 bilhões e 148 milhões de cruzeiros, chegando a representar, em 1939, 16,70% de todas as exportações brasileiras, como se verifica do quadro seguinte.



ANO	Toneladas de algodão exportadas por São Paulo	Valor (em milhões de Cr\$) das exportações de algodão de São Paulo	Valor (em milhões de Cr\$) das exportações totais do Brasil	% do valor da export. de algodão de S. Paulo sobre o total das export. do Brasil
1934	62.671	240	3.459	6,94
1935	59.911	292	4.104	7,12
1936	132.425	661	4.895	13,50
1937	152.324	624	5.092	12,25
1938	199.914	704	5.097	13,81
1939	258.536	938	5.616	16,70
1940	185.525	677	4.961	13,65
1941	254.012	884	6.726	13,14
1942	147.511	610	7.500	8,13
1943	76.308	403	8.729	4,62
1944	106.536	660	10.727	6,15
1945	163.289	1.040	12.198	8,53
1946	346.943	2.786	18.230	15,28
1947	270.878	2.629	21.179	12,41

Nos dados acima, referentes ao algodão de São Paulo, não estão incluídos os algarismos relativos às exportações de linters e resíduos. Em 1947 êsses sub-produtos figuraram nas exportações de S. Paulo com um contingente de 282.892.000 cruzeiros. Acrescenta-se ainda a exportação da torta de caroço, de que não temos dados recentes, mas que, em cinco anos, de 1940 a 1945, montaram a 167.334.000 cruzeiros.

Em tecidos de algodão, o Brasil exportou, de 1943 a 1947, cerca de 5 e meio milhões de cruzeiros, a saber:

1943	—	1.095.681.000	cruzeiros
1944	—	1.046.193.000	»
1945	—	1.396.762.000	»
1946	—	703.021.000	»
1947	—	1.252.587.000	»

Ter-se-á uma idéia do que foi a contribuição de S. Paulo sabendo-se que a produção paulista dêsses tecidos é calculada em 1/3 da produção nacional (em 1945, 34,5%). É, pois, o algodão, depois do café, o produto de maior importância em nosso comércio exterior.

Igualmente relevantíssima é a sua importância econômica, internamente. A lavoura algodoeira paulista chegou a ter empregados, nos seus tempos aureos, mais de 500 mil trabalhadores rurais.

É o algodão o alimentador da principal das nossas indústrias, a indústria textil algodoeira, que, em todo o Brasil, emprega 254.000 operários, dos quais 96.100 em São Paulo (algarismos de 1944, citados em documento de 1946, do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio). Se multiplicarmos o número de trabalhadores apenas por 4, como média de pessoas de cada família — segundo o critério do mesmo documento — teremos 1.016.000 pessoas diretamente ligadas à indústria textil algodoeira, das quais 384.400 em São Paulo.

Mas, além da exportação, devemos também considerar o consumo interno dos produtos de algodão. Muito baixo, devido à reduzida capacidade aquisitiva do nosso povo, é o consumo do Brasil calculado em 850 a 900 milhões de metros anualmente, representando ainda assim elevado valor.

O algodão empregado pelas fábricas de São Paulo é, em 80%, de sua própria produção. São Paulo fornece, ainda, fibra para boa parte das fiações de outras unidades da federação, principalmente Minas e Rio.

É ainda o algodão o grande fornecedor de óleo comestível, de fundamental importância para a alimentação do nosso povo. Che-

gamos mesmo a exportar êsse produto, quando era mais favorável a situação das gorduras e óleos alimentícios em nosso Estado. Veja-se o movimento registrado nesse setor, no período de 1935 a 1946:

ÓLEO DE CAROÇO DE ALGODÃO EM SÃO PAULO

(quilos)

ANO	Produção de óleo bruto	Exportação de óleo para o exterior	bruto e refinado para outros Estados
1935	19.332.434	7.357.053	1.413.237
1936	40.364.646	16.036.812	1.581.176
1937	49.587.671	14.092.108	1.753.555
1938	49.470.170	23.380.028	1.968.179
1939	64.238.277	19.856.051	3.470.851
1940	79.411.346	22.660.041	3.622.050
1941	97.306.399	32.251.927	4.970.147
1942	62.824.567	15.220.052	3.188.133
1943	69.898.807	8.296.812	2.473.874
1944	89.667.563	6.781.312	14.317.252
1945	73.971.482	18.090.787	10.337.852
1946	35.852.325	37.800	

Não nos esqueçamos, também, de que o caroço de algodão fornece outros sub-produtos além do óleo. Dá, ainda: **o linter de primeiro corte**, utilizado em cascarnifícios, estofamentos, produção de algodão hidrófilo, etc.; **o linter de segundo corte e a fibrilha**, usados, particularmente, na produção de celulosas especiais destinadas à fabricação de seda artificial, explosivos e plásticos em geral; **a estearina**, empregada na fabricação de gorduras hidrogenadas ou na composição de gorduras mixtas comestíveis; **a bôrra**, empregada na fabricação de sabões comuns, para uso doméstico; **a torta**, excelente adubo orgânico, que, transformada em farelo, é ainda uma das mais substanciais forragens; **a casca**, ótimo combustível, cuja cinza é elemento de primeira ordem na composição de adubos.

O Sindicato dos Maquinistas de Algodão, em memorial dirigido ao Presidente da República, em 2 de junho de 1947, apresentou um quadro demonstrativo do alto valor econômico daquela matéria prima no Estado. Transcrevemo-lo abaixo, à guiza de síntese do que acima dissemos:

VALOR ECONÔMICO DO ALGODÃO NO ESTADO DE S. PAULO EM 1944

	Cr\$
Capital imobilizado na lavoura e na indústria de algodão ..	4.981.000.000,00
Valor das terras ocupadas com algodão: 750.000 alqueires ou 1.815.000 hectares plantados	2.260.000.000,00
Capital de custeio	2.200.000.000,00
Valor das instalações da indústria de fiação e tecelagem ..	1.373.000.000,00
Valor das instalações de 360 máquinas de beneficiamento, com 1.062 descaroçadores e 26 fábricas de óleo (terreno, prédios, serrarias, vasilhame, peças, caminhões e ferramentas) ...	1.000.000.000,00
Valor da produção de 450.000.000 de quilos de algodão em pluma à razão de Cr\$ 7,00 o quilo, na exportação	3.150.000.000,00
Sub-produtos correspondentes:	
380.000.000 de quilos de torta	152.000.000,00
100.000.000 de quilos de linter	60.000.000,00
40.000.000 de quilos de sementes	56.000.000,00
90.000.000 de quilos de óleo	450.000.000,00
Valor total da produção de algodão e sub-produtos	3.868.000.000,00
Valor da produção industrial de tecidos	3.950.000.000,00
Valor do algodão no Estado de São Paulo	7.818.000.000,00

Diante do que o algodão significou e ainda significa para a economia brasileira, é perfeitamente compreensível a onda que se vem levantando, desde 1946, pela sua recuperação, em alguns setores econômicos do Estado. Justifica-se inteiramente o movimento das associações de classe mais diretamente ligadas à sua produção, como a ULA e o Sindicato dos Maquinistas, entidades essas que veem promovendo estudos, debates, «mesas redondas», e que não se cansam de enviar aos poderes públicos memoriais e petições, sugerindo e reclamando medidas que, a seu ver, serão capazes de restaurar o esplendor da atividade algodoeira em S. Paulo. Os maquinistas nacionais e a maioria dos agricultores, fracassados taumaturgos do «milagre do algodão», reduzidos hoje a situação de penúria e de-sânimo, esperam, há já quase três anos, providências salvadoras do Governo. Estas providências, entretanto, é que constituiriam, mesmo um verdadeiro milagre, coisa aliás que o Presidente Dutra, em seu discurso de 1º de maio último, já explicou, em tom revelador, que não sabe fazer. Ressaltemos também que o Ministro da Fazenda, solicitado a opinar, em meados de 1947, sobre a difícil conjuntura

em que se encontrava a produção da malvácea (50% de quebra na safra de 1945 e 62% na de 1946), declarou textualmente, com uma espantosa coragem de afirmar, que não havia «qualquer ameaça séria à produção algodoeira», não se achando em perigo a sua cultura (!). Diante de tal pronunciamento, convenhamos em que seria realmente um milagre a efetivação de providências eficientes, eis que o ministro da mais importante das pastas começou por negar, pura e simplesmente, a existência de uma situação calamitosa. Ela, entretanto, é do conhecimento de milhares de pessoas. O Boletim de 10 de julho de 1947, da Câmara Americana de Comércio de S. Paulo, transcreve a ousada afirmação.

CAUSAS DO SURTO ALGODOEIRO

Mais de uma vez em sua história já teve o Brasil papel destacado como produtor de algodão. Tais surtos sempre ocorreram quando determinadas conjunturas internacionais tornaram possível e remuneradora a exportação do produto. Nessas épocas, a produção, sempre restrita às modestas solicitações do consumo interno, expandia-se rapidamente, para, logo adiante, cessada a conjuntura favorável, voltar aos baixos níveis anteriores. Assim foi no fim do século 18, quando rápido desenvolvimento da indústria textil inglesa tornou atraente a produção para exportação e quando os Estados Unidos, depois o maior produtor mundial, ainda eram importadores dessa matéria prima. Anos depois, com o crescimento da cultura algodoeira norte-americana, arruinaram-se as nossas prósperas explorações do Norte e do Sul, por não podermos concorrer com os ianques no comércio externo. No século seguinte, a Guerra de Secessão nos Estados Unidos perturbou e reduziu a sua produção, criando-se nova oportunidade para o Brasil. Extenderam-se mais uma vez as nossas plantações, elevando-se a exportação de 10 mil toneladas em 1860 a 62 mil em 1872. Voltando, entretanto, a América do Norte, mais tarde, ao comércio internacional, e incapazes como continuávamos de competir com ela, vimos o nosso algodão, ainda uma vez, definhando rapidamente. É que, como bem já observou Caio Prado Junior, «qualquer atividade de vulto na economia brasileira teve sempre, como fator determinante, a **função exploradora**».

Pois foi essa função exportadora a causa básica do surto algodoeiro iniciado em São Paulo em 1930. Ainda aqui queremos citar o ilustre sociólogo paulista que, em sua «História Econômica do Brasil» assim se expressa a respeito do reaparecimento do nosso país entre os grandes fornecedores mundiais da malvácea:

«Este fato é condicionado pela conjuntura econômica e política internacional do momento: a cisão dos grandes

blocos imperialistas, de um lado os Estados Unidos e o Império Britânico (grandes consumidores e que detinham quase o monopólio da produção), e, do outro, a Alemanha e o Japão, grandes consumidores também, mas sem produção própria. A política de valorização norte-americana, a Conferência do Império Britânico de 1933 (que procurou reservar os mercados imperiais à produção das manufaturas inglesas com tarifas protecionistas, o que fez o Japão, em represália, restringir suas compras de algodão indiano), deram o sinal de luta. A Alemanha e o Japão procuraram outros fornecedores para sua indústria textil; a Itália, em condições semelhantes, é arrastada e torna-se satélite daquelas potências. O Brasil apresentava excelentes condições para aquele fim: a decadência da lavoura cafeeira tornára disponíveis grandes áreas de terras aproveitáveis e já preparadas, mão de obra abundante, recursos técnicos (transportes, aparelhamento agrônomo e comercial) que se podiam facilmente aproveitar para a nova cultura. Foi possível atacá-la em larga escala, e de um momento para outro a produção brasileira de algodão ascende para altos níveis, começando o país a figurar entre os grandes fornecedores internacionais da fibra».

«Este surto da produção algodoeira no Brasil será em parte apreciável de iniciativa japonesa. O império oriental contará para isso com a imigração de seus súditos para o Brasil, que embora já encetada desde longa data (1908), toma grande impulso depois de 1930, sendo então ativamente estimulada e oficialmente amparada. Os verdadeiros propósitos desta corrente de povoadores são evidentemente políticos. O governo japonês instalará no Brasil um amplo aparelhamento de controle dos seus nacionais aqui estabelecidos; entre outros uma grande rede de consulados com poderes soberanos sobre os súditos nipônicos; organizará sob seus auspícios a produção deles, fornecendo-lhes amparo técnico, crédito, facilidades comerciais. E um dos seus grandes objetivos será justamente obter o algodão de que necessitava a indústria japonesa. Quanto à Alemanha, ela não agirá (neste setor particular do algodão) com tanta profundidade; mas torna-se o maior comprador do algodão brasileiro, com uma proporção que chegará em 1935 a quase 60% da exportação total do Brasil».

Corroborando essas observações, estampamos a seguir alguns algarismos das exportações de algodão pelo porto de Santos, pondo

em evidência a elevada porcentagem de embarques, nos anos de 1935 a 1939, para os 3 países do «eixo» que procuravam libertar-se dos fornecimentos americanos:

**EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO PELO PORTO DE SANTOS PARA OS
PAÍSES DO «EIXO» — Período pré-guerra**
(toneladas)

Ano	Alemanha	Japão	Itália	Total dos 3 países	%	Total Geral
1935	39.289	2.487	1.847	43.623	77	56.911
1936	18.995	40.686	7.772	67.453	51	132.425
1937	39.018	49.725	4.786	93.529	61	152.324
1938	51.152	57.616	8.866	117.634	58	199.914
1939	37.433	72.064	13.134	122.631	47	258.536

E a respeito da contribuição do braço japonês à expansão da cotonicultura paulista, examine-se o quadro seguinte, organizado com dados estatísticos do «Serviço Científico do Algodão», do Instituto Agrônômico de Campinas. Note-se que a porcentagem de japoneses na lavoura algodoeira só começa a cair quando é desencadeada a guerra.

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA POR NACIONALIDADES

(Alqueires de 24.200 m²)

Ano agrícola	Brasileiros	Japoneses	% do total	Outras nacionali- dades	Total
1937/38	256.455	109.613	23%	109.498	475.566
1938/39	248.499	106.361	24%	90.879	445.739
1939/40	360.873	138.596	22%	121.913	621.382
1940/41	367.680	153.105	24%	107.455	628.240
1941/42	353.731	129.594	22%	95.103	578.428
1942/43	455.135	106.078	16%	97.870	659.083
1943/44	525.941	112.973	15%	114.077	752.991
1944/45	569.743	114.256	14%	109.051	792.050
1945/46	384.185	89.685	18%	26.217	500.087

Enquanto os japoneses se disseminavam pelas explorações agrícolas, outros súditos e firmas do Japão instalavam usinas de descarregamento nas principais zonas algodoeiras, destacando-se as fir-

mas «Algodoeira do Sul Ltda.», «Brazcot Ltda.» e «Algodoeira Bratac Ltda.», que também se dedicavam à exportação em grande escala. Essas firmas, posteriormente liquidadas pelo nosso Governo, durante a guerra, eram ramificações dos dois grandes trustes do Japão: Mitsui e Mitsubishi. Na safra de 1939/40, aquelas três firmas participaram com quase 25% da exportação pelo porto de Santos.

É claro que houve uma série de outros fatores, coadjuvando, poderosamente, o crescimento da produção algodoeira. O «crack» do café de 1929 foi um deles. Ao mesmo tempo que levou grande número de agricultores a se dedicar à nova cultura, tornava disponíveis milhares de trabalhadores rurais, em virtude do abandono de inúmeras lavouras cafeeiras. Outro fator importante foi o trabalho científico dos técnicos do Instituto Agrônomo de Campinas e do Instituto Biológico, que promoveram e asseguraram a excelente qualidade da fibra que produzimos, reputada em todo o mundo. Mas, tudo isso e o mais que se possa apontar como tendo concorrido para o surto verificado, só pôde frutificar porque houve aquela condição essencial, básica, a que nos referimos: a abertura de grandes mercados internacionais, realmente interessados em que produzíssemos algodão. A própria crise do café, que deslocou para o algodão o interesse de grande massa de produtores, confirma o papel marcante da **função exportadora** em nossa economia: não havia mercado externo compensador para o grande volume de café que produzíamos; puzemo-nos, então, a produzir outra mercadoria, porque podia ser vantajosamente exportada: o algodão. Continuávamos a nossa tradição de país exportador de matérias primas, com uma economia agrária em que o traço predominante era a exploração do homem e não a da terra.

A DECADÊNCIA E SUAS CAUSAS:

Imperialismo, Economia semi-feudal e Governo

«Percevejo rajado» é o nome de um inseto que se tornou bastante conhecido entre nós, ultimamente. Técnicos e cientistas oficiais, homens de governo e grandes firmas estrangeiras esforçam-se — em conferências, debates e farta publicidade jornalística — por apresentá-lo como o inimigo número 1 da lavoura algodoeira, responsabilizando-o pelo espantoso declínio da produção. Accessóriamente apresentam também como co-responsável pelo desastre, condições climatéricas desfavoráveis, sementes degeneradas e pragas de outros tipos, esquecidos até dos louvores que costumavam tecer, aliás com toda justiça, à organização técnica e científica dos peritos do Instituto Agrônomo. Há como que uma preocupação em alinhar fatores secundários e apresentá-los espalhafatosamente como fundamentais, fugindo ao exame aprofundado da questão.

Na verdade, nem tôdas as pragas juntas, conhecidas e ainda por se conhecerem, nem tôdas as intercorrências desfavoráveis de tempo, nem tôdas as possíveis falhas técnicas dos nossos agrônomos poderão se equiparar, nos males que tenham ocasionado, à atuação asfixiante dos trustes, às relações semi-feudais da produção agrícola, à inépcia de um governo que é a expressão política desse semi-feudalismo e daquela penetração imperialista.

1) A agressão imperialista

A ação destruidora do imperialismo contra o algodão brasileiro, sobretudo o paulista, manifestou-se por duas formas: no campo internacional, expulsando-nos de grandes mercados, no campo interno, assenhoreando-se das posições chaves na produção e no comércio.

Os trustes norte-americanos — maiores produtores de algodão do mundo — não puderam jamais tolerar que a nossa produção, ou a de qualquer outro país, viesse criar-lhes o menor embaraço. Por exemplo: nunca puderam conformar-se com o fato de suprimos o mercado canadense, seu vizinho tão próximo, do qual, em alguns anos, chegamos a ser o maior fornecedor. Depois de terem tentado, inutilmente, em conferência internacional, impôr a limitação de plantio aos países concorrentes, sob a fórmula de uma «cooperação» que só a eles beneficiaria, desfecharam o primeiro ataque instituindo, a 27 de julho de 1939, o subsídio aos mercados consumidores. A este respeito é interessante conhecer algumas informações do Sr. J. Garibaldi Dantas, técnico nestes assuntos e que mais de uma vez participou de conclaves internacionais de algodão, como representante do Brasil. Diz-nos em artigo publicado pelo «Digesto Economico», n. 41:

«A extensão impressionante e trágica da Segunda Guerra Mundial cortou praticamente dos países exportadores de algodão quase todos os seus grandes mercados consumidores. Enquanto os japoneses não cometeram a negra ofensiva de Pearl Harbour, ainda se abriam à nossa e à exportação dos demais países os mercados da Ásia. Depois, tudo ficou fechado. Só a Inglaterra e alguns poucos mercados europeus conseguiram adquirir algodão. O que se perdia na Europa e Ásia compensava-se, porém, na expansão das indústrias internas. Trabalhava-se febrilmente, dia e noite, nas indústrias americanas. A era doirada das fábricas se anunciava. Mas, ainda assim sobrava algodão. Por paradoxal que parecesse, as safras de S. Paulo atingiram seu auge, quando menores eram as possibilidades de mercados externos, o que levou o gover-

no a transformar-se, pelo financiamento, no quase único comprador ou recebedor. Entretanto, mesmo assim sobrava um mercado novo, atraente, que se expandia a olhos vistos. Era o Canadá. Para ali se canalizou a torrente algodoeira de S. Paulo. Foi a gota d'água na taça das contemporizações norte-americanas. E a resposta veio, inflexível, dura, tremenda: o subsídio à exportação. Medida tanto mais perigosa quanto era de caráter flexível: se baixassemos os preços, para poder viver ou respirar, aumentar-se-ia o subsídio».

.....

«Tornava-se assim patente, iniludível, que o subsídio era uma guerra direta ao algodão brasileiro, especialmente ao de S. Paulo».

Hoje, os Estados Unidos dominam inteiramente o comércio internacional de algodão, não necessitando mais subsidiar suas exportações. O Japão, outrora nosso grande freguês, é agora, sob a batuta do General McArthur, um mercado fechado para nós: os japoneses só compram o algodão que convém aos americanos. E mais, as suas fábricas de tecidos já estão fazendo concorrência aos nossos produtos. A Alemanha, também antigamente um dos nossos maiores fregueses, só negocia hoje com quem os trustes norte-americanos permitem. Mas, mesmo dominando economicamente os grandes mercados externos, não deixam os nossos «bons vizinhos» de ser cautelosos. Recentemente, na Conferência Internacional de Comércio, em Havana, impuzeram a adoção, na respectiva Carta, do princípio que torna permissível o subsídio às exportações. Em Genebra haviam sido derrotados, mas voltaram à carga em Havana e venceram. É uma arma, já agora legal, de que poderão dispor toda vez que devam enfrentar uma concorrência séria. E note-se, o representante do governo norte-americano, campeão dessa medida, outro não foi senão o Sr. William Clayton, chefe do truste internacional do algodão, Anderson Clayton & Co.. Mais tarde, discursando perante o Instituto Econômico da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, defendia o Sr. Clayton a aprovação da Carta de Havana pelo Congresso Americano, ressaltando que a sua não-aprovação «seria o abandono da liderança norte-americana em matéria econômica».

Examinemos agora qual a posição dos trustes em nosso mercado interno e vejamos a maneira por que veem agindo dentro do Brasil, muito semelhantemente à bróca da raiz, conhecida praga algodoeira que insidiosamente carcome a raiz da planta, levando-a ao completo aniquilamento.

O desenvolvimento da produção mundial de algodão até atingir os altos níveis da atualidade, tornou-se possível com a invenção do descaroçador de serras por Eli Whitney, em 1792. Até então a pluma era separada do caroço por processo manual. Chamam-se maquinistas ou usineiros de algodão as firmas e pessoas que mantêm, no interior, instalações apropriadas para processar o descaroçamento da fibra. Paralelamente ao crescimento de nossas lavou-ras, iniciado em 1930, começaram essas usinas a instalar-se, pelo interior afora, por iniciativa, predominantemente, de elementos nacionais. Os trustes, entretanto, sempre atentos às oportunidades de colocarem suas ventosas onde quer que haja condições de gordos lucros, não perderam um minuto sequer e para aqui se transportaram. Sanbra, Anderson Clayton, Louis Dreyfus & Cia., Mc Fadden & Cia., dispendo de largos recursos financeiros, foram a pouco e pouco derrotando as organizações nacionais que lhes faziam sombra no interior, delas restando agora, apenas 5 ou 6 de certa importância, com Matarazzo à frente.

«A grande riqueza que é o algodão — afirmou o Sr. Nuno Alvaro Pereira, um dos líderes dos maquinistas nacionais — muito deve ao pequeno maquinista. Foi ele que se meteu sertão a dentro, montando usinas e levando aos fazendeiros, sitiantes e arrendatários de terras, os recursos necessários para que ela fosse o que é hoje. Depois de tudo feito vieram as grandes organizações, e o elemento nacional, por absoluta falta de amparo, começou a desaparecer». E o «Observador Econômico e Financeiro», (número 129, de Outubro de 1946) insuspeito de animosidade contra os trustes estrangeiros, ouviu isto: «São tremendas as queixas contra estas firmas, que são as dominadoras do mercado exportador. Cinco delas dominam (escravizam, dizem os lavradores) dominam produtores e a quase totalidade dos maquinistas. São: Anderson Clayton, Sanbra, Matarazzo, Louis Dreyfus, McFadden. Iniciaram a sua atuação financiando maquinistas e, através destes, produtores. Pelo vai-e-vem dos preços e outras circunstâncias, foram executando; começaram suas atividades com um pequeno número de usinas descaroçadoras, que importaram com isenção de direitos, enquanto firmas nacionais não logravam tais benefícios. E o parque dos mesmos foi crescendo graças à execução de maquinistas nacionais».

É necessário esclarecer que naquele «vai-e-vem» de preços, a que se refere o «Observador», é que está o ponto nevrálgico da questão. Dispendo de recursos financeiros praticamente ilimitados, os trustes manobram à vontade as cotações da Bolsa de Mercadorias. Preços altos, às vésperas do plantio, afim de animar os produtores, e preços baixos durante a safra, afim de melhor extorquí-los, têm sido uma ocorrência comum no mercado de S. Paulo. Financiadores dos próprios concorrentes, os pequenos maquinistas nacionais, e dos lavradores que lhes entregam algodão em consignação,

para fechamento de preço posteriormente, os trustes sempre ficaram senhores absolutos da situação, tendo sido essa a causa da ruína de milhares de pessoas que se dedicaram à atividade algodoeira e foram sempre tragadas por eles. Daí o desânimo dos lavradores que se viam sistematicamente de mãos vazias, ao fim de cada safra.

Mas como tudo neste mundo tem o seu lado contraditório, vemos agora os próprios trustes alarmados com a queda da produção. Já não há algodão para alimentar suas usinas de descaroçamento e suas grandes refinarias de óleo. Por isso os vemos agora, tendo a Sanbra à frente, numa vasta campanha de propaganda pelo interior, gritando que é preciso plantar algodão, que o culpado de todos os prejuízos anteriores foi o «percevejo rajado», foi a semente ruim, mas que agora tudo vai mudar, a praga será combatida, a semente será extraordinariamente produtiva. Não falta mesmo, a essa campanha, o estímulo dos altos preços dos dias presentes. Resta agora saber se os lavradores, tantas vezes impiedosamente esfolados pelos trustes, acreditarão nessa conversa.

No processo de esmagamento do maquinista nacional, há ainda o seguinte: depois de lutar contra o truste, no interior, é o maquinista obrigado a capitular em S. Paulo onde terá que vender o seu produto aos exportadores, que são os próprios trustes. Estes compram a mercadoria com base nos certificados de classificação da Bolsa e, geralmente, pelos preços oficiais da Bolsa que, no fundo, são estabelecidos por eles mesmos. Acontece, porém, que a classificação oficial da Bolsa obedece a uma determinada padronagem, enquanto que os trustes teem a sua própria. Por exemplo: O que para a Bolsa é tipo 6, para o truste póde ser um tipo melhor, digamos tipo 5. Como porém existe uma diferença absurda de preços entre as diversas gradações de qualidade, resulta que o truste comprará um tipo 5 de seu padrão pagando por ele o preço do tipo 6, que é o tipo declarado no certificado oficial de classificação. Estará assim escorchando, mais uma vez, o produtor nacional que não dispõe de organização para exportar diretamente o seu produto. A este propósito, convém citar novamente o Sr. Nuno Alvaro Pereira, do Sindicato dos Maquinistas de Algodão. Falando na «mesa redonda» realizada em S. Paulo em setembro de 1946, levantou o problema dos ágios e deságios, falando sem reboços:

«Entre os tipos 5 e 6 de algodão em caroço a diferença é mínima, olhando-se o algodão, no entanto, (já beneficiado) chega a ser de 10 cruzeiros por arroba. Para o lavrador uma diferença de 10 cruzeiros em arroba de algodão em caroço é muito pior que tôda sorte de pragas e doenças do algodoeiro. Sendo assim, o lavrador não se conforma em absoluto com uma diferença de 10 cruzeiros entre um tipo e outro de algodão em caroço. Sente-se

roubado e não deixa de ter a sua razão. Apenas fazemos sentir que o roubo não é feito em nossa usina e sim na Bolsa de Mercadorias de S. Paulo onde o tipo 6 chegou a valer menos 34 cruzeiros que o tipo 5, quando em tempos normais essa mesma diferença era de apenas 1,5 cruzeiros por arroba. A verdade é dura mas precisa ser dita: chegamos a ter 118.000 lavradores de algodão. Estamos reduzidos a 68.000.. Temos mais ou menos 250 firmas nacionais, de maquinistas de algodão. Os 68.000 lavradores de algodão e as 250 firmas nacionais vivem escravizados a meia dúzia de firmas estrangeiras que dominam o mercado de algodão em S. Paulo, através da Bolsa de Mercadorias. Enquanto não limitarmos a atividade dessa meia dúzia tudo continuará errado».

Como resultado disso tudo, achamo-nos agora diante de uma situação que, concretamente, é a seguinte.

Domínio da produção pelos trustes

Em 1947, 7 trustes e firmas estrangeiras, possuidoras de 80 usinas de beneficiamento localizadas nos pontos estratégicos da produção (vide mapa), beneficiam 57% de todo o algodão do Estado que, assim, passam diretamente para as suas mãos, lá mesmo no interior. As firmas nacionais, em número de 128 — inclusive Mata razzo — possuem 175 usinas, e só beneficiam 43%. É preciso ainda frisar que apenas duas firmas, Anderson Clayton e Sanbra, fazem 48%.

PRODUÇÃO BRUTA DE ALGODÃO EM PLUMA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(inclusive desclassificados e resíduos)

Ano — 1947

Trustes e firmas estrangeiras	Nº de usinas	Quilos brutos	%
Anderson Clayton	36	48.026.518	
Sanbra	28	36.790.830	
McFadden & Cia.	4	5.881.818	
Woolley & Cia.	3	3.271.508	
Esteve Irmãos & Cia.	2	3.052.084	
Brazilian Warrant Agency	3	2.327.276	
Com. Ind. Brasil. Coinbra	4	2.037.332	
Total das 7 firmas estrangeiras	80	101.387.366	57%

Firmas nacionais

16 firmas com produção superior a 1 milhão de quilos	61	45.560.752	26%
112 firmas com produção inferior a 1 milhão de quilos	114	30.612.999	17%
Total dos 128 firmas nacionais ..	175	76.173.751	43%
TOTAL GERAL	255	177.561.117	100%

Domínio da exportação pelos trustes

O trabalho de penetração dos trustes na economia algodoeira de São Paulo, entretanto, não se limitou ao controle da produção. Se na produção eles têm, de maneira concentrada, o domínio de 57%, na exportação esse domínio é quase total. Com efeito, em 1946, 81% das exportações pelo porto de Santos foram realizadas pelas firmas estrangeiras. Em 1947 essa percentagem atingiu a 85,5% e, nos primeiros meses de 1948 subiu a 93,5%. As firmas Anderson Clayton e Sanbra estiveram sempre na vanguarda, como se vê no quadro seguinte.

EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO PELO PORTO DE SANTOS

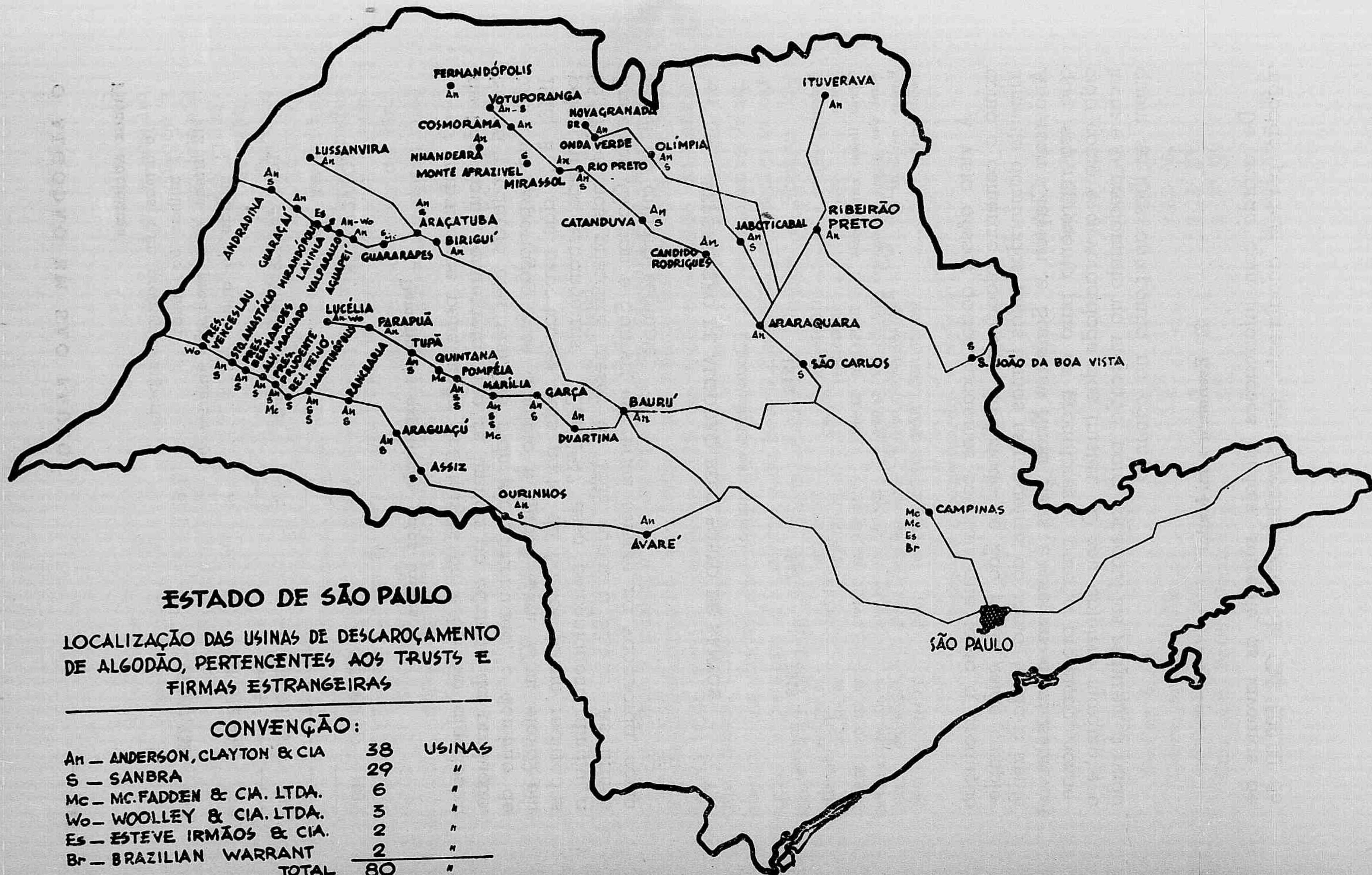
(Quantidade em quilos)

	1946		1947		1948 (5 meses)
Anderson Clayton	116.524.388	60,64%	75.867.170	61,73%	25.857.259
Sanbra	93.425.304		75.670.512		20.342.286
Outras firmas estrangeiras ..	70.751.560	20,44%	58.394.662	23,79%	22.871.937
Total das firmas estrangeiras	280.701.252	81,08%	209.932.344	85,52%	69.071.482
Firmas nacionais	65.469.498	18,92%	35.546.159	14,48%	4.774.353
Total geral	346.170.750	100%	245.478.503	100%	73.845.835

À vista desses dados, podemos concluir que tanto a produção como o comércio algodoeiro do Estado de São Paulo estão completamente dominados pelas firmas estrangeiras do ramo, tendo à frente Anderson Clayton e Sanbra. Nada mais é preciso dizer sobre o que isso representa para os produtores e para a produção, conhecida como é a voracidade dos trustes. O seu objetivo máximo é o lucro e o predomínio no mercado; para conseguí-los reduzem à nada quem se lhes anteponha no caminho.

2) Economia semi-feudal

De acordo com informações oficiais, somente as lavouras de algodão perdem anualmente, pela erosão, cerca de Cr\$ 600,00 de



elementos nutritivos por alqueire, o que representa para o nosso Estado cerca de 300 milhões de cruzeiros por ano, tomada a área média dos últimos 10 anos, de 500 mil alqueires, o que no cálculo do Chefe da Secção de Conservação do Solo, do Instituto Agrônomo de Campinas equivale a 1/8 do valor do algodão produzido. Calcula ainda esse técnico que, em condições médias, a erosão nas lavouras algodoeiras torna improdutivo, em um ano, cerca de 6.700 alqueires de terra, ou 67 fazendas de 100 alqueires.

Constantemente ouvimos dizer que a erosão e o esgotamento do solo (a que não se devolve, pela adubação, o alimento que propiciou às plantas), são os grandes responsáveis pela quebra das safras algodoeiras. Ninguém pode negar os males que a erosão vem causando às nossas lavouras, principalmente às de algodão. Cumpre entretanto indagar os motivos por que esse fenômeno não tem sido devidamente combatido, já que todos reconhecem os prejuízos tremendos que causa. Encontramo-nos, então, em face de uma das três grandes causas do declínio algodoeiro: — o sistema semi-feudal em que se processa parte substancial da produção. O regime de arrendamento e parceria, existente em larga escala, é o principal responsável pela impressionante devastação do solo. A terra não é propriedade dos arrendatários e parceiros e, assim, evidentemente, não lhes interessa conservá-la. Esgotada uma gleba, passam adiante, avançando sempre pelo sertão em busca de terras virgens e produzindo no seu nomadismo, desertos inaproveitáveis, quando muito cobertos por colônia ou outros capins.

À falta de dados estatísticos sobre as áreas de cultura do algodão, exploradas por arrendatários e por proprietários, o quadro seguinte serve para demonstrar que é considerável o número de arrendatários empenhados no cultivo dessa matéria prima. É preciso considerar, ainda, que muitos proprietários adquirem as sementes e figuram como produtores no quadro abaixo, mas, na realidade, fornecem essas sementes aos parceiros que exploram.

NÚMERO DE LAVRADORES DE ALGODÃO SEGUNDO OS TÍTULOS DE POSSE

Ano agrícola	Arrendatários %		Proprietários %		Total
1939/40	47.204	42,3	64.337	57,7	111.541
1940/41	51.759	43,8	66.282	56,2	118.041
1941/42	42.341	40,4	62.501	59,6	104.842
1942/43	52.049	44,3	65.516	55,7	117.565
1943/44	45.631	47,8	49.909	52,2	95.540
1944/45	44.680	46,0	52.423	54,0	97.103
1945/46	28.029	40,9	40.577	59,1	68.606
1946/47	30.699	40,4	45.235	59,6	75.934

Segundo investigação do engenheiro Mário Zaroni, da Secretaria da Agricultura, o movimento de distribuição de sementes de algodão para plantio, por zonas, sofreu a seguinte evolução, bem ilustrativa da fuga que se processa para as regiões de terras novas, ainda não exauridas:

Ano agrícola	Zona nova	Zona velha
1941/2	340.105 sacos	436.629 sacos
1947/8	401.701 sacos	245.972 sacos

A zona nova compreende os **setores** de Presidente Prudente, Marília, Araçatuba e S. José do Rio Preto, e a zona velha compreende todos os demais.

Mas o sertão também acaba ou pelo menos se torna, a certa altura, inacessível. E a produção entra então em ponto morto, diminui de ano para ano, pois as áreas apropriadas e de bom rendimento serão cada vez menores.

Rancharia, por exemplo, zona nova e grande centro agrícola da alta Sorocabana, costumava contribuir macissamente para a produção algodoeira do Estado. Prevaecem ali, no entanto, dentro dos seus grandes latifúndios, o sistema de trabalho semi-feudal a que vimos nos referindo. E assim já se póde sentir, nesse município, os sintomas de um sério desequilíbrio.

Vale a pena registrar aqui a observação feita naquela localidade por um enviado especial das «Folhas»:

«A agricultura aqui está entregue, predominantemente, a nordestinos, os quais sub-arrendam áreas e plantam sobretudo algodão, auxiliados por financiadores particulares, pois nada possuem, pelo menos em princípio, que possa garantir financiamentos bancários: conseguem crédito em confiança, com particulares. Estes, por sua vez, se reservam o direito de adquirir-lhes a safra e orientá-los na cultura. Nenhum interesse os estimula, pois, a cuidar da terra, fator a que se acrescenta sua instabilidade profissional. E os proprietários das grandes áreas, não podendo cultivá-las, contentam-se em arrendar lotes por vários anos seguidos e contratos, para recebê-los, depois, semeadas de «colônia» — o capim das invernadas. Assim, a Fazenda Continental, do Frigorífico Wilson, possui cerca de 14 mil alqueires de invernadas, que se estendem para os lados de Bastos. Essas terras já foram dadas em arrendamento, em grande parte com a condição de posterior semeadura de capim. Quando o capim voltar a rarear nas invernadas, as terras serão novamente loteadas e arrendadas para, dois ou quatro anos depois, tornar a receber a semente

do «colônião». Há ainda, aqui, quase uma dúzia de fazendas de área superior a mil alqueires, tôdas elas transformadas, preponderantemente, em pastagens. A própria fazenda «Brazilândia», pertencente ao govêrno da União, até há dois anos, foi vendida, sendo 500 alqueires de suas terras transformados, depois de revendidos, em campo de cooperação, ao passo que 7 mil alqueires passaram para o regime de arrendamento. Assim, as perspectivas do futuro da lavoura em Rancharia não são nada promissoras, a não ser que sejam creadas facilidades aos pequenos lavradores, no sentido de adquirir e tratar suas terras, pois só assim poderão interessar-se por sua recuperação e maior produtividade».

Por outro lado, êsse sistema de produção semi-feudal impede o progresso técnico da lavoura, que se processa por meios os mais rudimentares e anti-econômicos. A enxada — nesta época da energia atômica — é ainda o nosso grande instrumento. Comprova-o a estatística oficial:

PROCESSOS DE CULTURA DO ALGODÃO

Ano agrícola	à mão	área cultivada (alqueires)		total
		mixta	mecânica	
1939/40	401.719	174.409	45.254	621.382
1940/41	421.173	172.331	34.735	628.246
1941/42	419.413	121.479	37.535	578.428
1942/43	387.997	229.993	41.159	659.083
1943/44	441.434	276.152	35.403	752.990
1944/45	455.357	304.174	32.518	792.050
1945/46	277.316	205.129	17.641	500.087
1946/47	360.035	167.100	13.515	540.650

Dois terços da área cultivada são trabalhados à mão, exclusivamente, quando até a colheita, hoje, já é possível fazer-se mecanicamente.

No capítulo da adubação das terras, não menos primitivo é o estado em que nos encontramos. Baste-nos dizer que mesmo sendo a cultura que mais consome adubos químicos, é irrisória a porcentagem da área algodoeira adubada. Segundo os dados contidos no caderno n. 3 (1947) dos Estudos de Economia Rural (Secretaria da Agricultura), tem sido a seguinte essa porcentagem:

1938	—	8,9%
1940	—	6,8%
1942	—	7,6%
1944	—	6,6%

Constatações como essa levam, entretanto, muitas pessoas a achar que a solução do problema algodoeiro está por exemplo, em aumentar a adubação, ou em mecanizar a lavoura, ou fazer uma campanha de ensinamentos sobre a defesa do solo, etc.. É que tais pessoas, entre elas principalmente os técnicos oficiais, limitam-se a considerar o problema de um ângulo apenas, esquecendo a conexão existente entre os variados fatores de que resulta a produção. É necessário, antes de tudo, compreender a sua estrutura social para distinguir o fundamental do accessório.

c) Governo

Qualquer maquinista ou lavrador de algodão, ao referir-se ao seu problema, começa por invetivar o governo, cuja incapacidade e erros graves não podem perdoar. Entretanto, que se poderia esperar do atual governo e dos que o antecederam? Pois não é esse governo a fiel expressão política das relações semi-feudais de nossa produção e do domínio imperialista que tem o seu apôio nesse sistema?

A revista «Brazilian Business», órgão das Câmaras Americanas de Comércio do Brasil, divulgou, em 1945, um artigo do Snr. Lawrence White, que pertence ao Departamento de Relações Exteriores para a Agricultura dos Estados Unidos, no qual este senhor, apreensivo, dizia o seguinte: «As transformações que se operam na região São Paulo-Minas, a parte economicamente mais importante do país, indicam que vários conflitos econômicos, no setor da agricultura, adquirirão uma importância crescente nas relações americano-brasileiras. A produção de algodão já tem levantado fortes discussões.»

Se acham os americanos que não devemos produzir muito algodão, é claro que o nosso governo, tão dócil e pressuroso às imposições do imperialismo ianque, se esforçará por agradá-lo. E, então, compreendemos porque em Havana, sob as vistas complacentes dos «representantes» brasileiros, o Snr. Clayton conseguiu introduzir na Carta Internacional de Comércio o princípio do subsídio para, eventualmente, usá-lo contra nós próprios, como já foi feito há anos atrás. Compreenderemos, igualmente, porque é que, enquanto os Estados Unidos subsidiam a sua exportação, o nosso governo insiste em manter sobre a nossa o imposto ilegal de quatro cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 4,50) por arroba. Este imposto foi criado para fazer face aos riscos do financiamento oficial do algodão em pluma, proporcionado durante a guerra. O financiamento já acabou, o governo já vendeu quase todo o algodão que comprou em consequência dele, lucrando perto de 600 milhões de cruzeiros, a taxa referida nem sequer figura mais no orçamento da República, entretanto, continua a ser cobrada.

Compreendemos igualmente por que é que o Plano Salte — estrondosa mistificação de um governo inoperante — reserva ao problema do algodão e de outras fibras a soma ridícula de 22 milhões e 450 mil cruzeiros, quando a execução do mesmo plano contará com recursos originários do algodão calculado em 2 bilhões de cruzeiros.

Nunca houve financiamento oficial amplo, no tempo adequado, em bases eficientes, aos plantadores de algodão, principalmente aos pequenos lavradores, nos períodos de entre-safra. O pouco que o Banco do Brasil lhes deu foi sempre com atraso e sob um regime de papelório e dificuldades. O grosso da lavoura viveu sempre escorchada pelos intermediários, pelos financiadores e bancos particulares, sujeitando-se às mais leoninas condições, pagando taxas de juros e comissões absurdas, que absorviam todos os seus problemáticos lucros. Enquanto isso, o governo americano garante aos seus produtores um financiamento oficial sem limite de volume, com garantia de compra da mercadoria, isto é, com garantia de um preço mínimo, na importância correspondente a noventa e dois e meio por cento (92,5%) do valor do produto segundo o preço da paridade oficial.

Longa é a história dos memoriais, telegramas, representações, delegações etc. que todos os anos, invariavelmente, os produtores enviam ao Governo Federal pedindo sempre a mesma coisa, nunca realizada: financiamento oficial da entre-safra.

Mas, ainda tem mais. E quem nô-lo vai dizer é o Snr. Flávio Rodrigues, antigo presidente da ULA (União dos Lavradores de Algodão). São suas estas palavras, pronunciadas na «mesa redonda do algodão», em setembro de 1946:

«Vejo com tristeza o nosso pessoal desdentado, esfarapado, pobre e miserável, e ainda por cima o Banco do Brasil tomando-lhe os arados e as ferramentas de trabalho. Na zona entre Assis e Paraguassú, o Banco do Brasil tem agido dessa maneira com os pequenos agricultores. Isto me faz lembrar a mesma coisa que numa guerra ferocíssima tirarem-se aos soldados, em plena batalha, os seus apetrechos e os seus fusis».

Eis a eficiente combinação utilizada para destruir a lavoura algodoeira: enquanto trustes executavam os maquinistas, apossando-se de suas usinas ou comprando-as graças à anemia econômica de seus proprietários, o governo, por intermédio do Banco do Brasil, executava os pequenos lavradores, tomando-lhes os arados e instrumentos de trabalho.

Mas, houve durante a guerra um financiamento oficial que atingiu elevada importância. Foi o financiamento do algodão em plu-

ma, pelo Banco do Brasil, que se grandes proveitos não trouxe aos maquinistas e lavradores, trouxe sem dúvida fama e dinheiro ao Snr. Hugo Borghi. Até hoje andam os maquinistas atrás do governo federal para que cumpra uma promessa feita há dois anos: devolução de dez (10) cruzeiros por arroba de algodão entregue, correspondentes ao prejuízo que — segundo argumentam e demonstram — o governo lhes deu com o «não cumprimento do decreto de financiamento, tanto no espírito como na letra». De fato, não tendo o governo mantido a estabilidade dos preços, como se comprometera, viram-se os maquinistas, nos vencimentos dos contratos, obrigados a entregar-lhe a mercadoria mediante da dívida, que não correspondia ao custo e despesas dessa mesma mercadoria. Isto está dando hoje ao governo um lucro fabuloso, superior a seissentos (600) milhões de cruzeiros, enquanto os maquinistas estão por aí se arrastando, muitos até já falidos.

Enfim, o governo do Brasil — esta é a verdade — comporta-se em face do algodão brasileiro, como representante dos nossos concorrentes americanos.

* * *

Ao iniciarmos êste trabalho, não tínhamos a intenção, e não temos, de apresentar solução para o problema algodoeiro de São Paulo e muito menos para o do Brasil. Pretendíamos apenas divulgar dados interessantes sôbre o assunto, uns inéditos e outros agora apresentados sob prisma diferente, e assim contribuir, de certo modo, para a compreensão do que está acontecendo com o «nosso algodão».

Do que expuzemos, porém, parece-nos certo que só teremos criado condições de estabilidade e segurança para a nossa produção algodoeira, como de muitas outras, quando não dependermos mais, exclusivamente, como hoje acontece, da exportação, com os nossos interesses de nação fornecedora de matérias primas inteiramente a mercê dos poderosos concorrentes. Impõe-se que creemos um sólido mercado interno, base segura de tôda a nossa produção, expulsando de nosso organismo econômico os trustes estrangeiros que nos asfixiam e matam. A nossa produção algodoeira, a de tecidos e as demais, terão outra sorte quando milhões de brasileiros que andam por êsse interior afora, explorados sob as mais vís condições de trabalho, tiverem a sua própria terra para cultivar, forem donos de sua própria produção, vendendo-a livremente e, com isso, conseguindo os necessários recursos para, entre outras, poderem fazer essa coisa tão elementar e ao mesmo tempo tão difícil nas condições atuais: vestir-se.

O Snr. Guilherme da Silveira Filho, depondo na Câmara Federal, em 17 de julho de 1947, perante a Comissão Especial de Inquérito para a Indústria Textil, fez a seguinte declaração:

«O consumo de tecidos e artefatos de algodão pelo mercado interno é calculado em cêrca de 800 a 900 milhões de metros anuais. Subtraindo-se dêsse total 100 milhões de metros de pano para sacos, que não se destinam a vestuário, encontramos 700 a 800 milhões de metros, correspondentes ao consumo anual per capita de 17,5 metros, aproximadamente, que é bastante baixo em comparação com o consumo dos países mais civilizados (30 a 38 metros).

Aí está. Podemos produzir matéria prima, temos fábricas de tecidos, mas o nosso povo não pode vestir-se. Em consequência, periodicamente, temos crise na lavoura, temos crise na indústria, as exportações se tornam difíceis. Não podemos chegar a outra conclusão senão esta: o aumento da capacidade aquisitiva do povo só poderá ser conseguido pela reforma agrária e pela consequente liquidação das relações de produção pré-capitalistas existentes em nossa agricultura; é urgente a luta contra o imperialismo absorvente e aniquilador para que não destrua toda a indústria nacional que lhe faça concorrência, tal como no caso dos maquinistas nacionais. Temos necessidade de um governo verdadeiramente patriótico, democrático e anti-imperialista, que saiba realmente defender os interesses de nosso povo, protegendo a agricultura, a indústria e o comércio brasileiros, contra os assaltos dos magnatas estrangeiros que nos exploram.

Na atual estrutura econômica do Brasil, são os latifundiários os maiores e mais ferrenhos aliados do imperialismo. Os grandes proprietários de terras, apegados aos processos de exploração característicos do latifúndio, impedem a implantação de relações capitalistas nos seus domínios e, consequentemente, impedem o progresso industrial que depende diretamente do aumento do poder aquisitivo de nosso povo, para criação de amplo mercado interno. Assim, é fácil compreender porque, contra as forças progressistas do país e em defesa de interesses antinacionais, os latifundiários e seus prepostos colocam-se a serviço do imperialismo e desencadeiam já, entre nós, as mais tôrpes perseguições fascistas, liquidando, na prática, a Constituição que haviam promulgado.

A experiência dos «benefícios» dispensados pelos trustes imperialistas à nossa economia algodoeira deve servir como advertência àqueles brasileiros que, de boa fé, ainda têm dúvidas sobre qual o regime de exploração adequado ao desenvolvimento de nossas riquezas em geral, em especial as minerais e, principalmente, o petróleo.

Bibliografia consultada (além da já indicada no texto)

1. Relatório do Banco do Brasil — 1947.
2. Boletim de Informações da Bolsa de Mercadorias de São Paulo N° 275, de 1/6/1948.
3. «O Problema das Gorduras e Óleos Alimentícios em São Paulo» de J. C. M. Nogueira — Subdivisão de Economia Rural, Secretaria da Agricultura — São Paulo, dezembro de 1947.
4. Anuário Algodoeiro da Bolsa de Mercadorias de São Paulo. São Paulo — 1941 e 1942.
5. «O algodão em São Paulo». Estudo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo oferecido ao Snr. Secretário da Agricultura em 26/6/1947.
6. In «Colheitas e Mercados», de junho de 1947, um trabalho do engenheiro-agrônomo Mário Zarone.
7. «O Algodão em São Paulo», de Garibaldi Dantas in «Digesto Econômico», ns. 28, 29, 31, 35 e 41 — São Paulo.
8. Estatísticas mensais de exportação, publicadas pela firma L. Figueiredo, S. A. — São Paulo, 1946/48.
9. «O Observador Econômico e Financeiro» — N. 129. Rio de Janeiro — Outubro de 1946.

Aydano do Couto Ferraz e a Liberdade de Criação Intelectual

JACOB GORENDER

FREQUENTEMENTE, ouvimos falar em liberdade de criação intelectual, em liberdade de criação científica, artística ou simplesmente cultural. Mas, nem sempre essa liberdade de criação é compreendida como uma faculdade concreta, que só existe dentro de determinadas condições políticas e sociais. A liberdade de criação aparece para certas pessoas, nem sempre bem intencionadas, como um privilégio abstrato, que surge do nada e que paira muito acima de fatos tão terrenos como os regimes políticos. Afinal, ninguém poderá afirmar que não existe liberdade de criação enquanto ao poeta fôr permitido cantar certos efeitos da lua e ao filósofo especular sobre «existência» e «essência». Que tem a vêr o cientista, dentro do seu laboratório, com as condições sociais de sua época?

Essa argumentação, em alguns casos ingênua, em muitos outros não passa de hipocrisia daqueles que apenas esperam melhor ocasião para se declarar abertamente ao lado do fascismo, ou, pelo menos, para aceitá-lo tacitamente, como mais um de tantos fatos consumados, que pouca diferença fariam para o destino dos homens.

Acontece ainda que essa argumentação também não surge do nada, também ela está indissoluvelmente ligada a condições políticas e sociais, cuja base reside sempre nas condições econômicas. O poeta pode cantar a lua, mas vive na terra, dentro de certa sociedade politicamente organizada. Se o poeta, o filósofo ou qualquer outro tipo de ideólogo não assumem uma atitude crítica em face de uma ordem social decadente é porque com ela se conformam, é porque, consciente ou inconscientemente, a aceitam. Bem analisadas as coisas, verifica-se, aliás, que os gorgeios do poeta ou as especulações do filósofo não passam de hábeis «consagrações» do regime político e social vigente.

A verdade é, porém, que o problema da liberdade de criação não existe para os intelectuais dessa espécie, precisamente porque eles não são capazes de **criar** coisa alguma. Além da possibilidade de criar, falta-lhes mesmo, em geral, a mais elementar intenção nesse sentido. Limitam-se a cobrir de vestes recentes as inúteis velharias do passado e com isso ajudam, consciente ou inconscientemente, os grupos sociais interessados em imbecilizar os homens afim de afas-

tá-los das magnas tarefas renovadoras que o **momento atual** lhes apresenta.

Para os verdadeiros intelectuais, todavia, a liberdade de criação é uma faculdade concreta, que a experiência tem demonstrado só poder ser exercida dentro de determinadas condições políticas sociais e, em última instância, econômicas. Isso porque o intelectual criador é aquele que está identificado, embora nem sempre de maneira nem sempre de todo consciente, com a realidade das coisas, única matéria prima de tôdas as criações, no campo da ciência ou da arte. Ora, a realidade mais importante para os homens é a realidade social, fonte da própria existência dessa categoria que se classifica de «humana». Como, então, tratar tal realidade de maneira **realista**, isto é, **criadora**, como colocar-se dentro dela numa posição fecunda para a arte ou a ciência, quando existem grupos ou classes sociais que o impedem pela força, porque é do seu interesse que sôbre as questões reais apenas ilusões sejam disseminadas? Está claro que, em circunstâncias dessa natureza, a liberdade de criação desaparece como uma faculdade concreta para o verdadeiro criador e o campo fica disponível apenas para os mercenários declarados da reação ou para os impenitentes hipócritas, que se encerram em torres de marfim e se dão ao luxo de cantos adocicados, quando a realidade quotidiana para milhões de seres humanos é uma opressão muitíssimo amarga.

Sem dúvida alguma, os sutis argumentos da reação conseguem ainda influenciar muito intelectual, convencendo-o de que em benefício da sua atividade cultural é necessário que êle evite compromissos com uma posição definida e ativa em face dos chamados fatos políticos imediatos. Que êsses intelectuais inadvertidos meditem, contudo, sôbre experiências ainda recentes e verifiquem como tantos artistas e cientistas, que não souberam compreender os fatos políticos imediatos e lutar por condições concretas favoráveis á sua atividade cultural, acabaram muitas vezes impedidos de exercer essa atividade ou mesmo brutalmente sacrificados em campos de concentração...

Já houve, entretanto, no passado, casos isolados e raros de artistas politicamente reacionários, mas revolucionários na sua obra criadora. Foi o caso, por exemplo, de Balzac. O que, todavia, ficou de Balzac para a posteridade não foram as suas lamentáveis opiniões de monarquista empedernido e sim a sua obra de romancista, a «Comédia Humana», que em face da sociedade burguesa representa uma poderosa dinamite subversiva, simplesmente porque uma obra **realista**.

Êsses casos raros de dissociação entre a ideologia política e a obra criadora do artista já são, hoje, porém, quase impossíveis, em virtude do aguçamento, nunca antes conhecido, das lutas que se travam pelo mundo inteiro. Basta constatar a absoluta esterilidade do fascismo com relação á arte. Referimo-nos à ideologia política, porque

não o devemos fazer de maneira tão taxativa com relação à ideologia filosófica, que, pelo seu grau de extrema abstração, dá ensêjo a dissociação e incoerências tantas vezes surpreendentes. Dissociações e incoerências que podem ser até certo ponto desculpadas no verdadeiro artista criador, que vive numa sociedade dividida em classes, mas não eximem, está claro, de plena responsabilidade aos filósofos profissionais. Estes não podem ser de modo algum desculpados quando são filosoficamente reacionários, precisamente pela influência que exercem sobre o artista e os demais criadores ideológicos.

Os problemas políticos são, todavia, sempre muito concretos e com eles ninguém tem mais o direito de se deixar iludir. É significativo a esse respeito o que está sucedendo, nos Estados Unidos, com os cientistas ligados às pesquisas atômicas, os quais vêm se recusando a entregar o controle dessas pesquisas e a própria fabricação da bomba atômica aos militares ianques, justamente desconfiados, os cientistas, ou em franco desacôrdo (é o caso de Einstein) com a política externa daquela potência imperialista. Nenhuma tagarelice sobre a «ciência pura», pretensamente desinteressada, pode retirar aos cientistas a terrível responsabilidade, que assumiram em face dos homens com a fabricação da bomba atômica. E essa responsabilidade só deve ser compreendida em termos de **política**, de atitudes políticas, até mesmo para os cientistas «puros», que desejam se alheiar do mundo para se entregar exclusivamente ao trabalho científico, mas que não têm o direito de ignorar que as armas de destruição podem acabar destruindo a própria ciência. Além disso, nenhum sábio pode ignorar o quanto o regime capitalista tem deshumanizado a ciência, sabotando, por interesse comercial, durante anos a fio, invenções que beneficiariam a humanidade ou dirigindo as pesquisas, deliberadamente, para fins não só de exploração mas de **destruição** também de milhões de seres humanos.

Dois problemas políticos existem, atualmente, que se apresentam diante de todos os intelectuais, da mesma forma como diante de todos os homens: são os problemas da paz e da democracia. Se tais problemas não precisam ser universalmente encarados sob um prisma político-partidário, é inevitável, porém, que sejam encarados sob um prisma simplesmente político, sem excluir, está claro, concepções filosóficas variadas, inevitáveis, como já dissemos, numa sociedade dividida em classes.

Não precisamos dirigir os olhos para muito longe. Basta vêr o que se passa nesta nossa América. Nos Estados Unidos, foi condenado a um ano de prisão o romancista Howard Fast, famoso autor de «Citizen Paine». No Chile, está sendo procurado pela polícia o poeta Pablo Neruda, o maior do continente. No Brasil, encontra-se encarcerado o poeta e sociólogo Aydano do Couto Ferraz, condenado a seis meses de prisão e ameaçado por um novo processo que visa estender essa pena por não se sabe quanto tempo. Lembre-

mos ainda que, aqui mesmo, em São Paulo, foram há pouco tempo libertados do cárcere, mediante «habeas corpus», permanecendo, pois, sob a ameaça de um iníquo processo, o físico Mário Schemberg e o sociólogo Caio Prado Júnior, ambos, como Aydano, figuras das mais representativas da cultura de nosso país.

Podem os hipócritas afirmar que todos êsses casos são de ordem apenas política e que em nada afetam a liberdade de criação intelectual. Qualquer pessoa, porém, medianamente informada, sabe que não se trata aí de meras coincidências, de casos políticos em que foram envolvidas personalidade intelectuais. **O fato grave é que nos Estados Unidos, no Chile como no Brasil, já não existem aquelas condições políticas e sociais, que permitem o exercício da liberdade de criação como uma faculdade concreta extensiva a todos os homens.** O fato grave é que nesse países já não existe democracia e que, como uma decorrência inelutável, todos êles se encontram no plano inclinado de uma política exterior da mais genuína provocação guerreira. É natural, porisso, que as primeiras vítimas tenham sido colhidas entre os intelectuais conscientes e combativos, atentos, com razão, aos fatos políticos imediatos e que se colocaram numa posição de vanguarda na luta pela democracia e pela paz. Mas as primeiras vítimas não são as únicas, nem certamente serão as últimas. Ressaltemos, entretanto, que não existe maior honra para um intelectual do que estar na vanguarda sobretudo quando aumentam as dificuldades e os perigos.

Sabe-se que o arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, um dos cinco maiores do mundo, teve a sua entrada proibida nos Estados Unidos. Sabe-se que a cientista Irene Joliot-Curie, prêmio Nobel de Física, foi detida pela polícia ao saltar no aeroporto de Nova York. São notórios os ridículos inquéritos da famigerada Comissão Rankin-Thomas, que envolveram dezenas dos melhores artistas de Hollywood. Onde, pois, a liberdade de criação nos Estados Unidos?

Pablo Neruda está sendo perseguido porque escreveu uma carta denunciando os crimes do tiranete Videla. Naturalmente, a maior vítimas dêsses crimes é o povo chileno. Mas do ponto de vista dos interesses gerais da cultura, ainda assim não é Neruda a única vítima, mas toda a imprensa daquele país, que se encontra sob o regime de uma censura terrorista. Que espécie de liberdade existe, então, no Chile?

Não são necessários, sem dúvida, muitos detalhes para caracterizar a situação brasileira, se acrescentarmos à prisão de Aydano do Couto Ferraz os repetidos assaltos policiais à mão armada contra o jornal de que êle é redator-chefe, por sinal o órgão mais popular da imprensa carioca, vítima de várias monstruosas suspensões, a última das quais por um período de seis meses. Vinte e dois gráficos dêsse jornal e, além de Aydano, outro elemento da sua redação, o jornalista Antonio Paim, encontram-se processados e condenados porque souberam defender as oficinas compradas com o ge-

neroso dinheiro do povo. Assaltos à mão armada ou arbitrárias suspensões, também sofreram outros jornais, em diversos pontos do país. O pensamento progressista, que tantas dificuldades materiais encontra para se expressar, mesmo nos países capitalistas onde a liberdade de expressão está juridicamente assegurada, se defronta, em nosso país, além do mais, com um obstáculo tão violento como a brutalidade policial das autoridades. Essa mesma brutalidade que se manifestou na apreensão do folheto «Zé Brasil», uma das últimas criações de Monteiro Lobato, que era um exemplo do intelectual que não sabia aceitar o pensamento dissociado da ação e que do pensamento e da ação fazia uma arma de luta democrática.

O que está acontecendo, por conseguinte, a Aydano do Couto Ferraz, o primeiro intelectual brasileiro condenado, nesta fase de após-guerra, por um suposto crime de opinião, longe está de constituir um fato que não interesse ao interesse apenas vagamente aos outros intelectuais. Não nos referimos somente àqueles que se filiam à mesma corrente política de Aydano, mas também a todos outros de diferentes filiações partidárias ou sem nenhuma filiação partidária. Aydano foi a primeira vítima, porque se encontrava corajosamente, como é próprio da sua admirável inteligência e do seu caráter, na vanguarda do combate pela democracia e pela paz, condições indispensáveis ao exercício mínimo da liberdade de criação intelectual. Mas a trincheira, que Aydano defendia e que com ele temporariamente caiu, já deixou aberto o caminho para novas e piores violências, que acabarão por atingir todos os intelectuais verdadeiramente criadores, embora, no plano «puramente» filosófico, possam apresentar-se como católicos, espiritualistas ou indiferentes. Esses intelectuais poderão talvez ficar, amanhã, com a sua concepção filosófica «pura», mas terão de abdicar da sua obra criadora. Mais uma vez estará o campo disponível apenas para os incapazes de criar, para os hipocritamente neutros ou «marginais», como se chamam alguns, enfim, para os eunucos da torre de marfim.

Se não considerarmos, pois, o caso do escritor Aydano do Couto Ferraz como um fato individual isolado, se nos lembrarmos de Giordano Bruno, de Galileu, de Garcia Lorca e de Georges Politzer, é evidente que deveremos considerar a própria causa da liberdade de criação e de expressão ameaçada por condições políticas e sociais, que lhe são profundamente inimigas. Verifica-se, por esse motivo, que os protestos contra os casos individuais podem ter valor, mas serão pouco mais do que uma formalidade se não forem ligados a uma oposição ativa contra aquelas condições, que dão origem a esses casos por enquanto aparentemente individuais. Nenhuma incoerência mais gritante, por exemplo, do que protestar contra a prisão de um escritor e, ao mesmo tempo, proclamar as excelências da democracia no Brasil. Aí está o caso edificante do sr. Afonso Arinos de Melo Franco, que, na qualidade de membro do

conselho fiscal da Associação Brasileira de Escritores, se apresenta solidário ao protesto daquela entidade contra a prisão de Aydano e as violências de que foram vítimas outros intelectuais, mas, na qualidade de deputado federal, foi um dos principais artífices da lei de reforma dos militares, que visa, sob pretextos fascistas cercear o próprio pensamento de milhares de concidadãos e equivale perfeitamente ao inominável «atestado de ideologia», que a polícia carioca está agora fornecendo ou recusando aos pleiteantes de ingresso no funcionalismo público.

Tais coerências, que, no caso do sr. Afonso Arinos, nada têm de ingênuo, infelizmente ainda se verificam, em maior ou menor grau, com muitos intelectuais inadvertidos. Na medida em que tais incoerências cessarem é que se poderá afirmar que a causa da democracia está sendo realmente defendida e que êsses intelectuais não estão se negando a si mesmos, deixando de defender, **conscientemente e ativamente**, aquilo que mais devem presar e que é a liberdade de criação intelectual.

A causa da democracia, que o intelectual deve defender acima de diferenças partidárias ou filosóficas, é uma causa muito concreta. Ela ficou ameaçada com o fechamento de um partido, com a cassação de mandatos, com a anulação de pleitos eleitorais, com o assalto a jornais, com a prisão de dirigentes políticos, em pleno uso dos seus direitos, com a prisão de líderes sindicais e de escritores. A causa da democracia se encontra, por outro lado, incondicionalmente ligada à causa da paz entre as nações e da independência nacional. Também esta causa foi posta em «cheque» no Brasil, com as crescentes concessões ao imperialismo ianque, com a aprovação pela Câmara do aval de nosso governo ao empréstimo de noventa milhões de dólares à «Light» e com a projetada entrega do nosso petróleo à «Standard Oil». São êsses fatos concretos que exigem definição e oposição ativas, porque constituem precisamente **condições políticas e sociais ameaçadoras da própria liberdade de criação intelectual**.

Para encerrar, nada melhor do que citar o magnífico exemplo de Julien Benda, que, embora aceitando, no plano filosófico, um racionalismo de conteúdo idealista, soube compreender e sentir que, como verdadeiro democrata e patriota, a sua posição política tinha de ser ao lado dos racionalistas, que defendem de maneira consequente o materialismo dialético. Julien Benda, porisso mesmo, tomou o seu posto de combate, como intelectual, sabendo afirmar sem reboços:

«Eu considero que hoje se deve dizer: A República será operária ou ela não representará, sob um falso nome, senão o governo de uma oligarquia» (*).

(*) Em «Europe», N. 27, pág. 9 — Paris, 1948.

O problema médico e as necessidades nacionais

LUIS REY

NÃO constitui novidade para ninguém o fato de nosso país encontrar-se entre os mais flagelados por um grande número de doenças e pagar nossa população os mais altos tributos às causas da mortalidade geral e da mortalidade infantil.

Nosso povo, sem assistência, subnutrido, sujeito aos mais duros regimes de exploração no trabalho, suporta uma luta desigual com a tuberculose, a malária, as verminoses, a sífilis e as disenterias, morrendo por ano maior taxa de gente nossa do que é habitual entre as populações dos países civilizados ou, mesmo, dos que não merecem tal qualificação.

Não é por acaso que nosso território se encontra despovoado, quatrocentos anos depois de sua ocupação. De cada 100.000 crianças nascidas no Rio de Janeiro, sobrevivem ao termo de um ano 33.000; alcançam os 10 anos somente 72.000; os 20 anos, 69.000. Apenas metade atingirá os 45 e um terço os 60 anos. Nos Estados Unidos, bem como Nova Zelândia e na Suécia, a situação seria esta: de cada 100.000 nascimentos, 93 mil chegam aos 10 anos; 92 mil aos 20; 84 mil aos 45; e mais de dois terços podem festejar o 60º aniversário. Mas a situação do Rio não é das piores, porque Belém, Salvador e Recife estão em condições mais sérias. Na cidade do Recife, por exemplo, apenas 58,5% das crianças chegam aos 10 anos e mais de metade morre antes dos 30. Só a Índia a excede nesse particular.

Fora das principais capitais, não temos dados estatísticos suficientes; mas não é difícil adivinhar o que sucede.

Com 80 a 90% da população sofrendo de verminose, com 80.000 óbitos por tuberculose anualmente, com vários milhões de impaludados, com 1 caso de lepra por mil habitantes e com a reação de Wassermann (para a sífilis) positiva em 10 a 20% da população geral, os problemas médicos do Brasil têm uma importância que não é preciso encarecer. E, nos últimos anos, as pesquisas dos cientistas patricios só têm feito aumentar o sombrio aspecto do quadro, mostrando a importância de doenças até a pouco desconhecidas ou sub-

estimadas, como a esquistossomose, a leishmaniose, a moléstia de Chagas, etc..

Na luta contra as doenças, encontram os médicos e os responsáveis pela saúde pública dificuldades enormes: o baixo padrão de vida de nossos homens (especialmente dos 30 milhões da zona rural), condicionando um estado crônico de subnutrição, falta de higiene e ignorância, torna o meio propício para a existência de tôdas as endemias e fácil para a eclosão de epidemias. A miséria é, na verdade, o melhor meio de cultura para os germes de tôdas as doenças. E como ela é a expressão da subprodução, em nosos campos, não será abolida antes que se remova o caráter colonial-feudal de nossa agricultura.

Faltam recursos financeiros para as campanhas sanitárias. E, se bem que o orçamento da União destine apenas 5,38% para Educação e Saúde ou que os Estados, em conjunto, não gastem mais de 8,5% com saúde e assistência médica, torna-se evidente que só o aumento da produção poderá trazer recursos substanciais para essa luta contra nossos maiores inimigos.

Faltam médicos, sanitaristas, enfermeiras, laboratoristas, guardas sanitários, etc. E falta uma organização médico-sanitária de âmbito nacional que centralize, coordene, uniformize e empreste orientação eficiente a todos os esforços que até aqui se desenvolvem anárquica e quase esterilmente em todo o país.

* * *

Esquecendo por um momento todos êsses complexos fatores do problema e focalizando a situação apenas quanto ao pessoal médico, vejamos com que obreiros contamos para curar o Brasil.

As estatísticas referentes a 1945 acusam a existência de 18.080 médicos ativos. De quantos precisamos nós? As autoridades norte-americanas em sanitarismo consideram, como mínimo desejável, 1 médico por mil habitantes, o que significaria, entre nós, a necessidade de 47.000 para o ano em curso. E seguramente os nossos profissionais teriam, ainda assim, um trabalho intenso devido aos coeficientes de morbidade muito mais altos aqui do que nos Estados Unidos e devido á carência de obras de saneamento. Mas, se continuarmos com o atual ritmo de produção universitária, quando alcançaremos êsse mínimo, se tôdas as escolas do país diplomaram, em 1946, apenas mais 860 médicos?

Daqueles 18 mil profissionais, na verdade, 62% estavam trabalhando nas capitais, onde se concentram 6 milhões dos habitantes, e 38% no interior, onde se encontram os restantes 40 milhões. Enquanto no Distrito Federal e na cidade de São Paulo estão 7% dos habitantes e 40% dos médicos, numa proporção de 1 médico para

550 pessoas, no interior a desproporção cresce assombrosamente atingindo em algumas regiões a relação de 1 para 60.000.

As estatísticas mostram ainda que, no interior, os médicos se concentram nas regiões e municípios mais ricos. Porisso o Norte e o Nordeste estão pior servidos do que o Sul. Uma constante corrente migratória traz os doutores de diferentes pontos do país para as zonas novas e municípios mais prósperos de São Paulo, Paraná, etc.. No estado bandeirante, dois em cada três facultativos são formados por escolas de outras unidades da federação. No Rio, somente 36% dos médicos são cariocas, se bem que a maioria dos outros também tenha estudado lá.

Encontram-se inteiramente sem assistência 4.500.000 patrícios que vivem em 312 municípios e 2.936 distritos sem médico residente. Outros 16.000.000 vivem em regiões com menos de 1 médico para cada 7.500 pessoas. O número de habitantes por médico diminui rapidamente à medida que cresce a densidade de população e a renda municipal. Mesmo nos municípios mais ricos a concentração dos esculápios se faz, naturalmente, nos centros urbanos, com prejuízo das áreas rurais.

Esse quadro de distribuição demonstra claramente que os médicos estão onde se encontram os pacientes de mais recursos e não onde estão os mais doentes. Que uma grande parte da população não pode pagar seus tratamentos por profissionais habilitados, devendo se conformar com a terapêutica mais barata de farmacêuticos e charlatães ou, mesmo, com «curandeiros» e «remédios caseiros». Dentro do próprio Estado de São Paulo, dos 26 municípios que não conseguem manter médico, há 4 com mais de 10.000 habitantes.

A situação vem se agravando de ano para ano sem que se notem perspectivas de melhora. O interior já não atrai, e os moços preferem ficar nas grandes cidades, quaisquer que sejam as condições. Se no «Registro de Médicos do Estado» as turmas formadas antes de 1939 estão representadas por 52,5% de médicos ativos fixados na capital (contra 47,5% no interior), as diplomadas entre 1939 e 1943 o estão por 60,6% e as de 1944-1945 por mais de 79%. A maioria esmagadora de todos os médicos formados pelas duas escolas de São Paulo (cerca de 82%) permanece na capital.

Evidentemente a profissão está em crise. Mas em crise fundamentalmente econômica que decorre do empobrecimento geral da população e consequente limitação do mercado médico. Nas clínicas particulares, os serviços médicos vão sendo dispensados a camadas da população cada vez mais restritas que podem pagar. Os consultórios acumulam-se no centro das cidades para atender à «clientela selecionada». No Rio, 58% dos médicos estão instalados no Centro contra 25% com consultórios nos bairros. Aqui eles se acotovelam na Rua Marconi e imediações.

O preço das consultas e exames eleva-se continuamente, perseguindo, ainda que de longe, a ascensão do custo de vida. Os que não podem pagar vão agora aos hospitais, ambulatórios e policlínicas gratuitas ou semi-gratuitas. E a especulação e a demagogia oferecem, cada vez mais, assistência barata e má, procurando atrair sócios para os sindicatos ou tentando acalmar a inquietação dos trabalhadores com os chamados Serviços Sociais.

Institutos, Caixas, Sesi, Sesc e similares procuram distrair o povo laborioso e sofredor que vê, já em 1946, o custo de alimentação subir a índices de 351 no Rio, 399 em São Paulo, 412 em Salvador e 428 no Recife, em relação a 1935 tomado como 100 (segundo os dados do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Anuário Estatístico do Brasil, 1947), enquanto o salário médio dos industriários passa de Cr\$ 411, em 1944, a Cr\$ 613, em 1946 (estimativa do IAPI — ibidem). Os serviços prestados por tais organizações reduzem-se praticamente a assistência médica de ambulatório, e se baseiam na exploração do trabalho médico.

Premidos pelas circunstâncias, os profissionais que não conseguem equilibrar-se com uma clínica especializada para clientes ricos, submetem-se à condição de assalariados do Estado ou dos tais «serviços de previdência e assistência social» percebendo um ordenado bastante baixo para serem obrigados a acumular duas ou três atividades.

Dentro de um círculo vicioso, os serviços gratuitos ou semi-gratuitos, multiplicando-se para atender à crescente procura não só do operariado e funcionalismo menor como de todos os setores empobrecidos da pequena burguesia, agrava dia a dia a crise dos médicos. O assalariamento tende a generalizar-se e a classe a proletarizar-se.

Não tardará e teremos aqui a mesma situação encontrada no Chile, descrita erradamente como «socialização da medicina». Trata-se, realmente, da exploração da classe como um todo, não em benefício da coletividade que receberá assistência de padrão cada vez mais baixo, mas da demagógica política trabalhista com que os tubarões da indústria e do comércio procuram anestesiar a consciência do povo.

A solução do problema, para a classe médica, é a solução dos fundamentais problemas nacionais. É o aumento da produção e a melhoria da distribuição, para suprimir a miséria e elevar o padrão de vida da população; para aumentar a renda nacional e permitir a inversão de maiores recursos nos trabalhos de saúde e assistência médica.

A simples elevação do padrão de vida, que no campo será consequência de uma reforma agrária e na cidade do desenvolvimento industrial, trará uma melhoria automática nas condições de saúde do povo, independentemente mesmo da intervenção do médico; pois

a grande maioria das doenças que nos afligem são condicionadas ou agravadas pela subnutrição e miséria. A ancilostomose desaparecerá com boa alimentação, e as taxas de morbidade e mortalidade por tuberculose (nossa principal causa de morte, nas estatísticas) cairão progressivamente. Todas as moléstias infecciosas e parasitárias serão atenuadas pelo aumento da resistência orgânica dos indivíduos. A instrução e educação sanitária, exigidas para a defesa da saúde, também dependem das possibilidades econômicas. Com recursos financeiros, as obras de saneamento agora impossíveis, tornar-se-ão exequíveis. E, dentro ou fora da organização estatal, os médicos poderão trabalhar produtivamente.

Presentemente a carreira médica é pouco convidativa, a não ser pelo título que confere, e muitos profissionais estão a abandoná-la. Mas nossas faculdades, que devem equipar o Brasil de amanhã com gente capaz e em número suficiente para sua reconstrução, têm a obrigação de fazer o máximo nesse sentido. Seus cursos demasiadamente longos e teóricos devem ser modificados. Sua orientação também. É preciso formar médicos práticos, com conhecimentos sólidos sobre nossos problemas médicos mais urgentes, particularmente os da zona rural, até aqui negligenciados. É preciso que em 4 ou 5 anos de curso adquiram também uma visão de sanitaristas.

As escolas de São Paulo, que produzem especialistas incapazes de abandonar a área asfaltada, precisam tomar um rumo mais útil aos interesses nacionais. Elas têm capacidade para formar anualmente um número consideravelmente maior de moços para lutar pela saúde de nossa gente.

NOTA: Os fatos citados, escrupulosamente baseados em dados concretos, se apoiam nos números das estatísticas oficiais colhidos nas seguintes fontes:

- 1 — «ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL», Ano VIII, 1947.
- 2 — «MÉDICOS DO DISTRITO FEDERAL» — Departamento de Geografia e Estatística, Serv. de Estatística Militar, Rio, 1947.
- 3 — «REGISTRO DE MÉDICOS DO ESTADO» — Departamento Estadual de Estatística, S. E. M., São Paulo, 1944.
- 4 — «REGISTRO DE MÉDICOS DO ESTADO — 1946» — Departamento Estadual de Estatística, S. E. M., São Paulo, 1948.
- 5 — DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA de 31 de Agosto de 1946 — Capital Federal.

BIOGRAFIA

Bento de Jesus Caraça

ANTONIO ANICETO MONTEIRO

DESAPARECE UMA PRESTIGIOSA FIGURA DA VIDA PORTUGUESA

Faleceu em Lisboa, no dia 25 de Junho passado, com 47 anos de idade, o Dr. Bento de Jesus Caraça. Era um eminente professor de matemática, insigne pensador e uma alta e prestigiosa figura da Democracia portuguesa.

Homem vindo do povo — filho e irmão de componêses pobres — conseguiu conquistar pelas suas qualidades morais, pela sua extraordinária capacidade de trabalho, pelo seu amor e dedicação ao estudo, um lugar de grande destaque na sociedade portuguesa.

Foi ao mesmo tempo: um distinto professor de matemática, um grande impulsionador da cultura popular e um eminente escritor e conferencista de temas científicos, literários e artísticos. Era um grande character, conservando sempre a feição modesta de homem do povo, de trato fino e amável, e idéias generosas.

Dêsde a formação, em 1945, do Movimento de Unidade Democrática (MUD) pertenceu, na qualidade de Vice-Presidente, à sua Comissão Central que dirigia a luta legal do povo português pelo restabelecimento da Democracia. Como represália pela sua dedicação à causa do povo, foi demitido da sua cátedra, em Outubro de 1946, mediante processo disciplinar deshonroso para o governo português e do qual interpôs recurso ainda pendente. A doença de coração de que vinha sofrendo há algum tempo, agravava-se cada vez mais, com as prisões e perseguições que sofreu a partir deste momento. No início deste ano o governo fascista de Salazar ordena novamente a sua prisão que não pode ser levada a efeito em virtude do seu estado de saúde. Morreu com o estoicismo e a serenidade que sempre mantivera em vida.

DADOS BIOGRÁFICOS

Nasceu em Vila Viçosa em 18 de Abril de 1901. Era casado com a Doutora Cândida Rodrigues Caraça e deixa órfão um filho de 2 anos. Terminou o curso primário em 1911, tendo revelado

dêsde logo grande amôr pelo estudo. Conseguiu encontrar quem o ajudasse a fazer os seus estudos secundários que terminou em 1918 no Liceu Pedro Nunes de Lisboa. Matriculou-se então no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) onde se formou, em 1923, com altas classificações. As qualidades que logo revelou, e a sua verdadeira propensão para os estudos matemáticos, justificaram a sua nomeação para assistente da cadeira de Álgebra Superior daquele Instituto, em 1919, aos 18 anos de idade, quando era ainda um estudante do 2º ano.

Foi nomeado professor auxiliar em 1924, professor extraordinário em 1927 e professor catedrático em 1929.

Regeu em 1924-25 a cadeira de Cálculo Infinitésimal, Cálculo das Probabilidades e suas Aplicações. A partir de 1925-26 regeu a cadeira de Álgebra Superior e Geometria Analítica.

Fundou em 1938 o Centro de Estudos de Matemáticas Aplicadas à Economia, do ISCEF, cujos trabalhos dirigiu sempre.

Em 1940, fundou com outros compatriotas a revista *Gazeta de Matemática*. Foi sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Matemática e escolhido para seu Presidente no biênio de 1943-44.

Foi delegado da Sociedade Portuguesa de Matemática aos Congressos da Associação Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências em 1942 (Congresso do Pôrto) e 1944 (Congresso de Córdoba).

Era um trabalhador incansável; preparando meticulosamente as suas lições que realizava com grande brilho e elegância. Conhecido como um dos professores mais exigentes do ISCEF gozou no entanto grande prestígio entre os alunos, que reconheciam além da sua autoridade um fundo de bondade que constituia a base do seu carácter.

Foi Presidente da Direcção da Universidade Popular Portuguesa, instituição a que dedicou um especial carinho durante toda a vida. Nela desenvolveu uma notável ação pela expansão da cultura e da educação popular.

TRABALHOS CIENTÍFICOS E LITERÁRIOS

Publicou trabalhos de matemática em revistas da especialidade e foi autor de importantes obras didáticas, algumas das quais bem conhecidas no Brasil, entre as quais destacamos: *Integração e Interpolação Numérica*; suas esplêndidas *Lições de Álgebra e Análise* em 2 volumes e um livro sobre *Cálculo Vetorial*. A sua obra mais divulgada no campo da Matemática tem por título: *Conceitos fundamentais da Matemática*, cujo 3º volume se encontra em publicação.

Bento Caraça era um humanista no verdadeiro sentido da palavra. Publicou vários trabalhos literários e pedagógicos entre os quais destacamos os seguintes: A Vida e a Obra de Evaristo Galois (1932); A Cultura Integral do Indivíduo, Problema central do nosso Tempo (3ª edição 1941) que teve uma larga e benéfica influência na juventude portuguesa; Galileo Galilei, valor científico e moral da sua obra (2ª edição 1940); A arte e a Cultura Popular (1936); Rabindranath Tagore (1939); Algumas Reflexões sobre a Arte (1941); A Escola Única (1935).

Escreveu numerosos artigos nas revistas Seara Nova, Vértice, Técnica, Gazeta de Matemática, Revista de Economia, no quinzenário O Globo, que dirigiu com o escritor José Rodrigues Migueis e nos semários «O Diabo» e «A Liberdade».

Era Director desde 1941, da «Bibliotéca Cosmos» na qual realizou uma obra pedagógica e de divulgação da ciência de grande alcance, com a publicação de 142 volumes. Dirigia também atualmente outra coleção de grande tomo: «Panorama da Ciência Contemporânea que já tem 7 volumes publicados.

A educação popular e a expansão do pensamento racional foi uma preocupação permanente do seu espírito.

Tinha entre mãos duas obras: um grande estudo sobre «Leonardo da Vinci» e uma «História da Ciência».

ATIVIDADE POLÍTICA

Foi um combatente da primeira linha na luta contra o fascismo. Teve uma acção notável na organização do auxílio aos internados nos campos de concentração hitlerianos e dos combatentes republicanos da guerra civil espanhola. Por ocasião da demissão do seu lugar de catedrático, que assinalamos anteriormente, foi alvo de uma grandiosa manifestação dos estudantes que a polícia reprimiu. Muitos assistentes e professores se solidarizaram com o Prof. Bento Caraça e com o Prof. Azevedo Gomes demitido simultaneamente e nas mesmas condições. Em Junho de 1947 vinte e dois (22) dêsses professores e assistentes — entre os quais se encontravam os maiores cientistas de Portugal — fôram por sua vez demitidos.

Pouco depois da sua demissão de catedrático sofreu a sua primeira prisão levada a cabo pela PIDE (Polícia de Investigação e Defesa do Estado) que durou alguns dias os primeiros dos quais incomunicável. Voltou a ser preso em 1947. Em qualquer dos casos os protestos que se levantaram do Norte a Sul do país contra essas prisões ilegais e arbitrarias, levaram o governo a recuar.

No início dêste ano todos os membros da Comissão do MUD foram novamente presos durante cerca de um mês. Só a interven-

ção do seu médico assistente — Professor Pulido Valente da Faculdade de Medicina de Lisboa impediu que o professor Caraça — já em grave estado de saúde — fôsse novamente preso. Foi neste ambiente que êle faleceu em 25 de junho rodeado dos carinhos de sua espôsa e de alguns amigos.

O FUNERAL

O professor Bento Caraça era uma figura de grande prestígio em Portugal. A notícia de sua morte repercutiu fortemente em todo o país. Milhares de telegramas de condolências fôram recebidos em sua casa e nas redações dos jornais.

O corpo do Professor Bento Caraça, vestido modestamente, foi envolvido na bandeira da Sociedade «A Voz do Operário» de que era sócio. O seu funeral foi uma impressionante manifestação em que participaram mais de 15 mil pessoas de tôdas as classes sociais, entre as quais representantes de estudantes, professores e associações acadêmicas das escolas de Lisboa, Pôrto e Coimbra; architectos, funcionários públicos, médicos, engenheiros, advogados, escritores, jornalistas etc.. Representantes da Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal, empregados de farmácia, das construções navais, jovens trabalhadores, Cooperativa dos Tanoeiros, Caixeiros democratas de Santarém etc. Representantes das Mulheres Portugêsas, Associação Feminina Portuguêsa para a Paz, Democratas de Alcântara, Sindicato dos Comercialistas e numerosas personalidades civís e militares de grande prestígio e elevada situação.

No cemitério a urna foi conduzida no último turno por um grupo de operários portuguêses.

Não se chegou a proferir nenhum discurso e a multidão desfilou em profundo silêncio, sob a vigilância das autoridades, enviadas pelo governo fascista português, que revelou assim mais uma vez o seu ódio à Cultura e à Democracia.

O Fandango em Cananéia

ALCEU MAYNARD ARAUJO

Costuma dizer-se que o povo da roça é um povo triste e indolente e que seus cantos são tristonhos. Verifiquei, entretanto, serem inexatos tais afirmações, eivadas de etnocentrismo. O nosso caboclo não é triste e nem tão pouco indolente. A indolência que lhes atribuímos é certamente devido à comparação que fazemos com o nosso «modus vivendi», governado pela rigidez mecânica e inflexível dos ponteiros do relógio. Somos mais tristes do que eles, pois vivemos a comprar a nossa alegria, as nossas diversões, nas filas dos cinemas, etc.. O caboclo sabe aproveitar muito bem as horas de lazer. Depois de um dia de trabalho, de um mutirão, que é um jogo coletivo, vêmo-lo a «rufar»⁽¹⁾ os pés num Fandango, a noite toda, sem dar mostras de enfado ou consaço. As suas modas são alegres e jocosas, buliçosas, inspiradas nas coisas cotidianas, as quais emprestam um sabor satírico. Suas músicas se nos apresentam tristes porque é a nossa própria alma que descanta a saudade de algo que foi nosso e hoje não mais temos, isto é, aquela plenitude de vida em contato com a natureza que o caboclo e o caçara ainda possuem.

Cananéia, com seu luar inegalável, com suas crianças brincando de roda nas ruas, seus pescadores cantando em seus barcos sob o ritmo undiflavo, aquele conjunto de harmonia, côr, luz e singeleza, quase chega a dificultar o pesquisador que se sente envolvido numa atmosfera de poesia e romance.

Em nossa segunda⁽²⁾ viagem a Cananéia, chefiando a Equipe de Pesquisas Folclóricas da Divisão de Turismo e Expansão Cultural do Departamento Estadual de Informações, ali permanecendo uma semana (Agosto de 1947), pudemos registrar, em aparelhos, as músicas e rufados de pés dos fandangos e os lindos cantos de roda das crianças. Foi também possível filmar o belíssimo espe-

(1) RUFAR — É bater os pés no solo sob o ritmo dos instrumentos musicais, no Fandango ou Dança de S. Gonçalo. Segundo o Dr. Nicanor Miranda, conhecido técnico e crítico de dança, autoridade de renome internacional, há sapateado, pateio e taconeio. Sapatear é bater a ponta do pé, meia planta. Pateio é o bater em cheio no solo, planta, meia planta ou pé todo. Taconeio é o bater só o calcanhar no solo.

(2) Nossa primeira viagem foi em Agosto de 1946, em companhia do antropólogo Emílio Willems, na qualidade de seu assistente de pesquisas.

táculo que é a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, com sua imponente procissão marítima.

Na Ilha de Cananéia, litoral sul do Estado de São Paulo, ainda está em voga nos sítios, o Fandango. Na vetusta cidade litorânea, o Fandango é apenas a denominação de um baile realizado em casas pobres, nos arrabaldes como o Quilombo, Rocío, Carijó, etc.. Tivemos a oportunidade de assistir a um deles, que durante a noite toda não passou de um simples arrasta-pé, um baile urbano. Do Fandango apenas guardava o nome, pois foram abolidos os figurados, as «miudezas» como dizem, as danças em que o homem fazia um movimento e a mulher executava outro, trocavam de pares e faziam rodas. Abandonaram, principalmente, o bate-pé, o «rufado dos pés». Para aqueles fandanguheiros da cidade, «o bate-pé é coisa de gente da roça, de gente de menos valia».

Para os moradores da cidade, fandango é termo pejorativo para determinar o baile das pessoas de classe social inferior onde há mistura de marafonas e embarcadigos.

Num sítio modesto, pouco além do Rocío dançavam um Fandango bate-pé. Para lá nos dirigimos. O Fandango era igualzinho ao que ainda é dançado nos sítios e roças daquela ilha, mormente lá pelas bandas do mar de Trapandé, lá no Guaxixi, no Saguacú ou Brocuanha. Nas roças o Fandango tem o significado genérico de conjunto de danças, realizadas após o mutirão. As danças são tradicionais e o bater de pés e palmas é necessário.

Os dançadores de fandango do litoral paulista, costumam dividir o fandango em três categorias: rufado ou batido, bailado ou valsado e rufado-valsado (ou rufado-bailado) ⁽³⁾. Segundo informou o sr. Hipolitinho e, mais tarde, o sr. José Arcanjo Sanclair, que serviu de cicerone e acompanhou-me aos Fandangos da roça, o Fandango rufado é um conjunto de danças em que entram batidas de pés e palmas, e que são dançadas até meia noite, exigindo do fandangueiro grande dispêndio de energias. O «Chico», «Tirana ou Tirraninha», «Sapo», «O Vilão de Lenço», «Sarrabalho», «Querumana», «Anú-velho» e «Recortado» são fandangos rufados ou batidos. O Fandango valsado ou bailado é um conjunto de danças na qual não entram batidas de pés e palmas. Dança-se madrugada a dentro, quando já estão mais ou menos cansados. O «Manjerição», «Faxineira», «Chamarrita ou Chimarrita», «Graciana», «Dandão» e «Cana Verde» são fandangos bailados ou valsados. Entre meia-noite e três horas da manhã alternam os fandangos valsados com os «rufados-valsados», no qual as danças têm partes de batidas de pés e palmas e deslizamentos e giros de valsa. Dentre os rufados-valsados, anotamos o «Pipoca», «Anú-corrido», «Pica-pau», «Sinsará» e

(3) Mário de Andrade — Pequena História da Música — pág. 189, dá apenas as duas primeiras.

«Tonta ou Tontinha». Ao romper do dia, e como última dança, dançam o «Recortado», que é rufado, ou melhor seria dizer, rufadíssimo, pois é violento o bater de pés.

Os moradores da roça afirmaram-nos que os fandagueiros da cidade não sabem dançar o fandango; têm vergonha de bater os pés e, Fandango sem rufar dos pés, não é fandango.

Conversamos demoradamente com o sr. Eduardo Lisboa, branco, de 80 anos de idade e o sr. Aquilino de Lima, mulato sarará, de 55 anos de idade, residentes em Porto da Pedrinha, na Ilha Comprida, no dia 12-8-1946. Com êsses dois bondosos caiçaras pudemos conferir as observações feitas na noite anterior e ouvi deles os seguintes informes: — «O fandango veio com os portugueses que eram muito folgazões. Era dançado depois de um mutirão, ou na ocasião das festas. O povo muda muito; os moços de hoje têm vergonha de dançar o fandango, acham que é uma dança de gente da roça. O fandango só é fandango quando tem batida de pé, e não como fazem agora lá na cidade (referiam-se a Cananéia) um arrasta-pé a noite toda. O fandango foi muito bem inventado, e é melhor do que as danças de hoje, que é um agarra-agarra só, disse o sr. Aquilino, e o sr. Eduardo, ao lado dêle, confirmou, acrescentando que no seu tempo ainda era melhor, pois dançavam mais algumas danças que atualmente ninguém mais sabe dançar, «Marrafa», «Andorinha», etc..

Após os trabalhos do mutirão, o promotor dêste, para alegria dos trabalhadores, realiza um Fandango e, antes de começar a função de bate-pé, há uma dança dedicada a São Gonçalo.

«Quando vão fazer um mutirão e ameaça chuva, êles fazem promessa para São Gonçalo assim: «olha São Gonçalo, se não chover, a primeira que dançarmos será sua». Pela maneira de falar parece haver grande intimidade entre devoto e santo. «Fez promessa, êle não deixa chover». Acabado o mutirão vai ter início o Fandango. Como fizeram promessa para São Gonçalo, arma-se o altar e coloca-se a imagem do santo, e oferecem-lhe a primeira dança. O sr. Eduardo Lisboa, meu informante, octogenário, patriarca daquele porto, acrescentou: «antigamente, nos dias de festa, fazia-se a Reza para São Gonçalo e depois, num Fandango, dançavam três vezes a dança dêle; dançava-se a primeira vez antes de iniciar o Fandango, depois á meia-noite dançava-se a segunda vez e antes do Recortado, que é a última dança executada ao raiar do sol, dançava-se pela terceira vez. Agora o povo está muito mudado, sòmente dança a primeira vez, antes do Fandango e assim mesmo com pressa para começar logo a função (4). Quando havia aquelas festas, com

(4) Função — É como costumam chamar ao Fandango. Em Areias, Barreiros, Bananal, chamam de Pagode às danças da roça. Ouvimos em Silveiras, dizerem Batuque de Viola, Bate-pé, quando se referiam ao cateretê do Bairro dos Macacos.

Reza e Dança para São Gonçalo, no dia de romaria⁽⁵⁾ para êle, o santo suava no altar de contentamento. Eu vi o santo suar de alegria no seu andor, quando êle era carregado em procissão».

O altar é uma mesa coberta com uma toalha branca, rendada, bordada de crivo onde colocam o santo que é de madeira, e tem mais ou menos 30 centímetros de altura. Êle está de chapéu na cabeça, capa solta nas costas e viola na mão, ficando entre dois círios, acesos pelo promotor do mutirão, que também era o dono do Fandango, pois esta diversão oferecida aos que trabalharam naquela ajuda vicinal.

A orquestra é composta de duas violas, uma rabéca e um pandeiro. Disseram que há pouco tempo é que começaram a usar pandeiro. Antigamente não usavam. (Ouvi também a mesma afirmação em Ubatuba, no Fandango a que assisti no dia 14 de Setembro de 1946), em Barra Sêca, fim da Praia do Perequê-Açú, em casa do pescador sr. Manuel Teodoro).

Na casa onde se realiza a dança de São Gonçalo será mais tarde realizado o Fandango. O salão mede mais ou menos 7 por 5 ms. e é assoalhado. Uma pessoa informou-me que era hábito fazerem casas com um salão grande na frente por causa do Fandango, e também assoalhar êsse compartimento para ter som e fazer zoada o bate-pé. «Para que os comentários sejam elogiosos precisa que de longe se ouça o rufar dos pés». Não consegui constatar a veracidade de tal afirmação, porém verifiquei que, de fato, há muitas casas com a sala da frente, assoalhada e bem espaçosa.

Os dois violeiros cantam em dueto:

*«São Gonçalo do Amarante,
casamenteiro das velhas,
por que não casai as moças
que mal lhes fizeram elas?»*

Enquanto os violeiros cantam, os pares vão de mãos dadas até ao altar. O homem dá o seu lado direito á dama e pega-lhe com a mão direita, a esquerda. Êles estão no lado oposto ao altar, próximo aos violeiros. Enquanto o primeiro par, que é do promotor da função, de mãos dadas com a esposa ou filha, encaminha-se para o altar, dançando, outros pares vão se formando atrás, obedecendo a mesma disposição.

Os pares vão de mãos dadas sem bater os pés, colocam um pé á frente, arrastam de leve o que está atrás até chegar junto a êste, fazem com que o péso do corpo que estava sôbre a perna que ficou atrás passe para a que está na frente e colocam à frente aquele

(5) Romaria — é a dança de São Gonçalo, é assim conhecida em Xiririca, Jacupiranga, Itararé, Itapeva, Iguape.

pé que veio após o leve roçar dêle pelo chão, e assim consecutivamente. A dama executa o mesmo passo. Quando um coloca o pé esquerdo á frente o parceiro também o coloca, quando o pé direito, o outro faz o mesmo. Os braços que ficam livres, esquerdo do homem e direito da mulher, ficam ao lado do corpo. Alguns fazem um pequeno movimento ondulatório com os braços livres quando fazem a mudança dos pés. Vai o par dançando até ao altar e sem largar das mãos; param, sapateiam rapidamente (alguns segundos apenas), curvam-se e beijam o altar ou as fitas amarradas no santo. Primeiro é o homem quem beija, depois a mulher. A seguir voltam dançando executando os passos para trás, sem dar as costas para o santo, vão voltando até chegar próximo aos violeiros. Estes cantam com a mesma música um sem número de versos a São Gonçalo. Os dançantes vão entrando por uma porta e saindo depois que dançam, por outra, ficando portanto o salão mais ou menos vazio.

Quando não há mais quem deseje dançar o São Gonçalo, os violeiros param de cantar. Retiram o santo que é levado para outro cômodo da casa, no quarto de dormir, colocam-no mais ou menos em lugar fácil de ser visto, pois certamente será procurado por alguma moça. O sr. Eduardo disse: «dizem, não sei bem, parece que em Portugal, há um São Gonçalo bem grande e que está com a perna um pouco na frente, e que as moças que querem arranjar marido, vão e se esfregam na perna do santo». «Quando num Fandango uma mulher solteira, que já passou da idade de se casar, está dançando com um rapaz que ela gosta, se quizer mesmo casar com êle, deve dar uma fugidinha durante a função e, ás escondidas, esfregar o santo no sexo, mesmo por cima da roupa. É casamento na certa».

Cumprida a obrigação isto é, dançada a primeira dança, que é dedicada a São Gonçalo, que se nos apresenta com dois motivos de fertilidade: um negativo e outro positivo; o primeiro para afastar chuva e o segundo gerar filhos; uma vez retirado o santo e desmanchado o altar, inicia-se o Fandango, que se prolongará até ao raiar do dia.

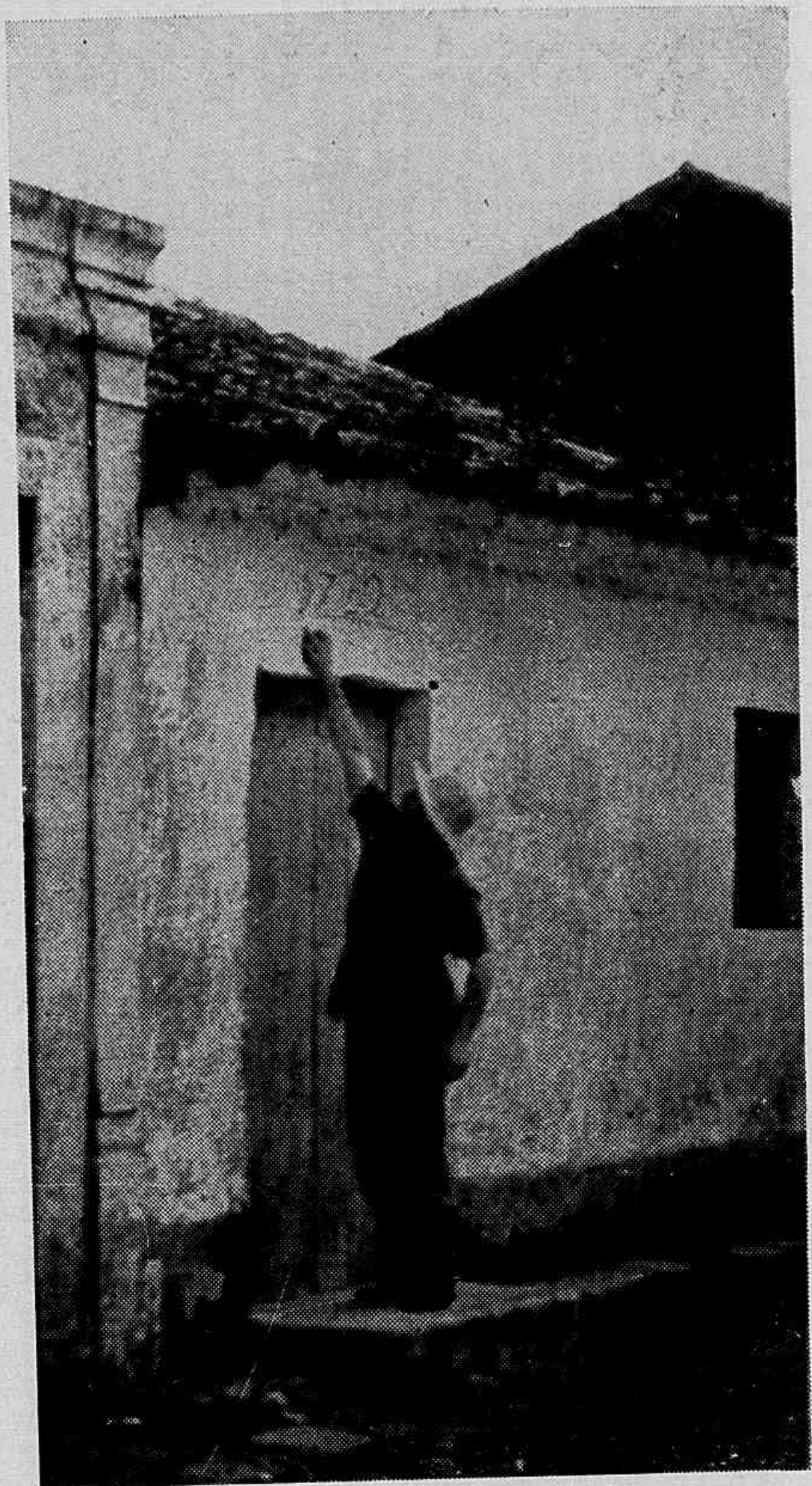
O violeiro Sr. Antonio Hipolito Veríssimo, vulgo Hipolitinho preto de 47 anos idade, carapina, cantou dentre muitos versos êstes que forma anotados:

*«São Gonçalo do Amarante,
protetor das velhas,
não fazei dançar as moças,
que mal lhes fizeram elas?»*

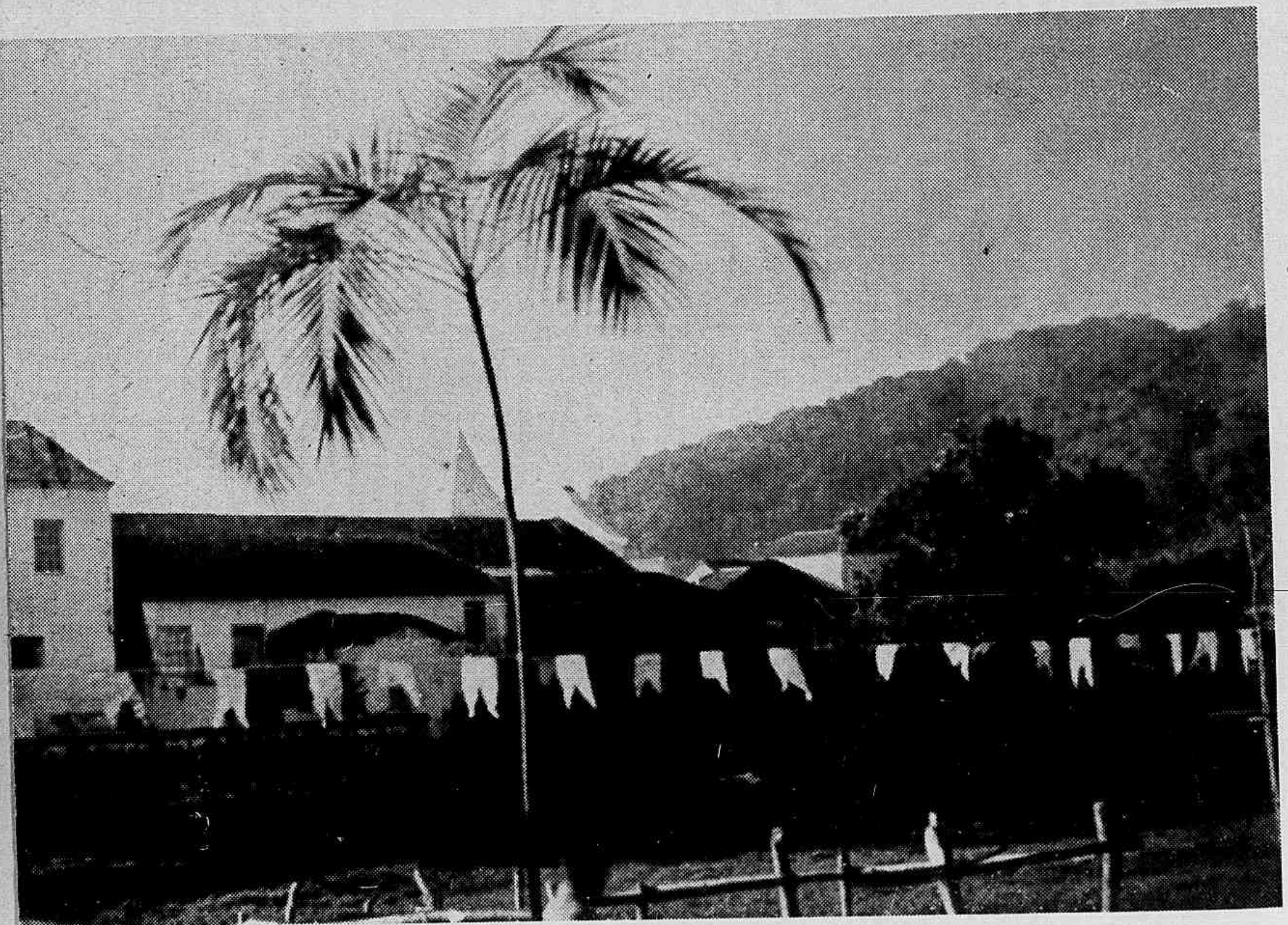


Aspecto geral de Cananéia
(Foto da coleção de A. M. Araujo)

A casa mais velha da cidade
(Foto da coleção de A. M. Araujo)



Aspecto característico da velha cidade
(Foto da coleção de A. M. Araujo)



*«São Gonçalo já foi santo,
êle já foi marinheiro,
êle andou embarcado
até ao Rio de Janeiro».*

Observei que em Cunha, São Luiz do Paraitinga, Taubaté, há mais respeito na dança de São Gonçalo, a reverência é muito maior, chegando mesmo a não se dançar fandango na casa onde fizeram romaria para o santo.

A dança de Cananéia, deu-nos a impressão que foi realizada, com o fito apenas de desobrigar-se de uma promessa.

Na dança de São Gonçalo, como no Fandango, não usam roupas especiais, e também o instrumental de música é o mesmo.

Os dançantes estão vestidos com roupa de brim, geralmente de côr clara, poucos de paletó, camisa aberta no pescoço, meia manga. Há um mulato faceiro de paletó de casimira azul-marinho. Os homens estão quase todos calçados, alguns de botina ou sapato, porém, a totalidade está de tamanco de madeira e que tem bom som como os que são feitos de saranduva, raiz de laranjeira, páu dos Teixeira, folha larga. Um bom dançador de fandango chega a partir um dois ou três pares de tamanco por noite. As mulheres estão vestidas com roupa comum, ou melhor, domingueira, onde a côr vermelha predomina; algumas de azul e umas poucas de côr-de-rosa. As mais mocinhas com os cabelos soltos atrás, flores na cabeça, seguram um lenço na mão esquerda. Algumas estão calçadas e muitas descalças.

A orquestra é composta de duas violas, uma rabéca e um pandeiro. As violas do litoral são diferentes das usadas no Interior do Estado de São Paulo, como as que vimos em Cunha, Botucatu, Tatuí, Piracicaba, Tietê, Taubaté, etc.. A caixa sonora da viola é mais larga, como a do violão tem mais ou menos 10 ou 12 cm., ao passo que a do Interior é bem estreita, não tem mais que 6 cms. Alguns violeiros costumam colocar a corda «cantadeira». Num dispositivo — «periquito» — colocado ao lado do braço da viola, bem junto á caixa sonora, estiram uma corda branca do cavalete até aí, e afinam uníssona á prima. A viola do litoral tem apenas 7 cordas, mas tem lugar para colocar 10; portanto, as três cravelhas continuam em seus respectivos lugares sem serem usadas. As cordas estão dispostas da seguinte maneira: contra canotilho (corda nº 9) canotilho (corda coberta, geralmente é um bordão de violão), contra tua-ra (corda branca nº 10), tua-ra (corda coberta), requinta (corda branca), segunda (corda branca) e prima (corda branca). As cordas: requinta, segunda e prima não têm companheira. Também não ouvi chamarem de Turina á terceira corda e sim Requinta, e no lugar de Requinta que é a quarta corda, dizem, segunda, certamente pelo fato de ficar próxima da prima. A Cantadeira, quando existe, se-

ria a oitava corda, ou melhor, a primeira, pois ela fica acima do contra-canotilho. Diz Hipolitinho que a «cantadeira» é invento de português e que o «periquito» é chamado também de «benjamim» por ser uma cravelha pequeninha.

Para o Fandango usam a afinação «oitavado». Às vezes usam a afinação «pelas três» e deixaram de usar o «pontiado do Paraná». Sòmente os antigos é que gostavam dessa afinação, bem difícil de «temperar».

A rabéca é um violino rústico, usam apenas 3 cordas: lá, ré, sol. É tocada com arco que é feito de crina animal. A rabéca é feita de cedro, a caixa sonora é escavada, e o tampo é pregado com pregos de madeira brejaúva e cola vegetal. O rabequista toca o seu instrumento apoiando-o no peito, mais ou menos na região mamilar.

O pandeiro é feito de couro de cabrito, estirado sôbre um pequeno aro de madeira, mais ou menos de 30 cms. de diâmetro. Dos lados, há pequenos vãos escavados na madeira, onde colocam pratinhos de metal, que dão o som parecido com o de castanholas.

Os cantadores, no começo das suas modas, fazem a «anglesia». Anglesia são dois versos que costumam cantar como introdução de suas modas, por exemplo:

*«companheiro meu, ajudai,
ô lai...
prá cantá neste salão,
ô lai... etc...*

Outra anglesia:

*«ajudai meu companheiro,
ô lai...
no braço dêste pinheiro,
ô lai... etc...*

Os músicos são bem tratados; á meia-noite, há um pequeno intervalo e eles são os primeiros a serem servidos, participando dos comes-e-bebes. Oferecem-lhes café, feito com guarapa de cana, sequilhos de arroz, às vezes biscoutinhos e, sempre, farinha de milho ou mandioca.

De nossa observação participante segue-se a ligeira descrição dêstes apontamentos:

O CHICO — No salão forma-se uma grande roda, ficando homens e mulheres alternadamente, um homem atrás de u'a mulher. A roda vai-se movendo no sentido dos ponteiros do relógio. A da-

ma que está na frente levanta os dois braços flexionados, pousa as costas das mãos nos seus ombros, as palmas ficam voltadas para cima; o cavalheiro, que está atrás, pega nas suas mãos. Quando os violeiros começam a tocar e cantar, eles saem marchando em círculo. O violeiro para de cantar e fica somente tangendo a viola, enquanto isso, os homens rufam os pés, segurando nas mãos das damas. Estas ficam mudando os passos para a direita e para a esquerda. A um dado momento, um sinal de «topo» que dá a viola, giram o corpo, sem largar das mãos, enfiam a cabeça por baixo dos braços, e passando pela direita, o homem fica à frente de sua dama e agora é ele quem está com as costas da mão nos seus próprios ombros, e a dama as segura. Inverteu-se, portanto, a posição inicial, porém este tempo é muito curto, pois a um sinal do violeiro, antes de começar a cantar, o homem larga das mãos da parceira que está atrás de si, e pega nas mãos daquela que está em frente. O violeiro canta e estão de novo marchando, repetindo o que foi descrito, sempre mudando de par. As diversas fases da dança obedecem ao canto e sinais conhecidos que o violeiro dá. O cavalheiro de fato executa um pateio, pois ele quando rufa os pés, bate-os em cheio no solo.

«Os romeiros paranaenses é que gostam imensamente de dançar o Chico. Quando eles vêm para os festejos do Senhor Bom Jesus de Iguape, no mês de Agosto, essa é a dança que eles mais apreciam, e é por isso que hoje sempre iniciamos o Fandango com o Chico. Todo mundo quer dançar e todos pedem o Chico... o Chico... e ela se prolonga durante uns bons minutos», assim se expressou um Fandanguero.

É de fato uma dança voluptuosa. Nos volteados, os homens, barafustando-se, o corpo roça no de sua dama. Parece-nos que esse é um dos motivos que aumenta o interesse pela dança.

A QUERUMANA — Os homens ficam em fileira e vão andando até fechar uma roda que ocupa todo o salão, quando as mulheres se colocaram. Entre um cavalheiro e outro há uma dama. Cada cavalheiro encara uma dama. Enquanto o homem rufa os pés, a mulher fica dando passos de valsa, dando uma volta ao redor de seu par. O homem para de rufar os pés, bate palmas sob o compasso da música. A um sinal do violeiro, param de bater palmas e o violeiro recomeça a cantar; o cavalheiro pega na mão direita da dama que finalizou a volta ao seu redor e com a mão esquerda na mão esquerda da parceira que está á sua frente. As damas passam trocando de cavalheiro. Largam as mãos. A «Querumana» é uma dança «batida de topo redondo», isto é, não batem os pés e param instantaneamente; vai porém, parando devagar, e as batidas têm repetição, isto é, aumenta a cadência e diminui, até parar.

Um dos versos dessa dança:

*«É devorde ó Querumana,
prá casá cum vaçuncê,
nem que seje água do rio,
de sua mão quero bebê»...*

SAPO — Dança parecida com a quadrilha, porém sapateada. Sòmente o homem rufa os pés. O cavalheiro está com a mão esquerda segurando a mão de sua dama, à direita, sôbre o quadril da companheira. Enquanto a dama vai e vem de lado, o cavalheiro rufa os pés. É um pateio bem ritmado. O violeiro faz o papel de «marcador» como na quadrilha, ou «mestre sala», canta uma história interminável do Sapo, ditando como devem dançar. Quando no desenrolar da história do sapo que foi visitar o céu, o violeiro imita o coaxar do batráquio e grita «CUAM»; os cavalheiros, imediatamente, trocam de dama. Estabelece-se uma confusão dada a disputa de determinada dama por alguns cavalheiros, mas... ela geralmente fica com o que chegou primeiro. Restabelecida a ordem, todos com suas damas, o rufar de pés continúa, até chegar novamente o momento do inesperado «çuan».

O VILÃO (às vezes chamado Vilão de Lenço) — Bem no centro do salão ficam duas colunas. À direita ficam os homens e, á esquerda, as mulheres. O cavalheiro fica em frente á dama que escolheu para aquela dança, e dá-lhe o lenço. Esta amarra a pontinha na ponta de seu lenço. Ambos seguram nas extremidades de seus lenços; o cavalheiro com a mão direita e a dama com a esquerda. É a mulher quem amarra os lenços. O cavalheiro fica olhando... às vezes, êle diz alguma cousa, tão ciciada e tão amorosa que mal entendemos... Quando o violeiro começa a tocar e a cantar, os pares levantam os braços e os lenços ficam mais altos do que a altura da cabeça, formando como que uma abóbada. O primeiro par, curvando-se, passa por baixo e vai ficar na outra extremidade. É necessário lembrar-se que enquanto cada par está passando por baixo, os pares que fazem aquela cúpola com o lenço continuam dançando; o homem rufa os pés e a mulher dá passos de um lado para outro, seguindo o ritmo das batidas do pé. O pateio não é vivo e rápido como nas outras danças, é mais calmo, parece menos cansativo. Quando o par que estava próximo aos violeiros atingiu a extremidade oposta, há um pequeno deslocamento dos dançadores. Os homens dão um passo à direita e mulheres à esquerda, todos a um só tempo, vindo, portanto, o segundo par a ficar no lugar em que estava o último, à sua direita. A dança prossegue até chegar o momento em que o primeiro par, devido aos deslocamentos sucessivos, está novamente no lugar em que estava quando começou a dança do Vilão.

Quando os pares chegam na extremidade oposta da inicial, o cavalheiro faz um cumprimento à dama. Dá-nos uma idéia do cumprimento no Minueto. O cavalheiro, segurando no lenço, faz uma flexão bem acentuada do tronco, tendo o pé esquerdo à frente, o braço direito para a frente e ao alto, pois está segurando o lenço com a ponta dos dedos indicador e polegar; o braço esquerdo, atrás do corpo, com as palmas das mãos voltadas para cima. Homens tão rudes, com um gesto tão elegante! Quando êle volta desta posição, outro inicia a trajetória por baixo dos lenços. Quando o cavalheiro faz o cumprimento à dama, todos param o pateio, só se ouve a viola. Logo que se levanta daquela reverência, o rufar de pés é reiniciado.

A dama quando recebe o cumprimento do seu par, levanta a cabeça e, com a mão direita, segura a saia, faz uma leve genuflexão, tendo a mão esquerda bem erguida, segurando o lenço com o polegar, indicador e médio. É um gesto bem feminino, pois o dedo mínimo está levantadinho.

No momento em que passam por baixo dos lenços, a dama faz um geitinho de quem está envergonhada, segura a saia com a mão direita. Atravessam por baixo daquela arcada com uma corridinha.

Há duas fases neste vilão de lenço. (No de Taubaté, constatamos uma só). Na primeira, todos passam, cada um por sua vez, sob a arcada dos lenços e, na segunda, que é logo a seguir, um par de dançantes passa sob os lenços do primeiro par da longa fileira; o segundo par da fileira aproxima-se, e o par que passára há pouco por baixo do lenço do primeiro par, levanta bem alto os braços e passam com êles por sobre a cabeça do par que se abaixou um pouco; já o terceiro par levanta os braços para que passem sob êles e o quarto imitando o que fez o segundo; assim, alternando, até o fim. Esse movimento ondulatório é bem do sabor dos nossos litorâneos.

O Vilão de Lenço é uma dança interessante para ser estudada minuciosamente. É uma sobrevivência deixada pelos espanhóis, pois o uso do lenço é peculiar a coreografia espanhola, ou deixada pelos portugueses, pois o Vilão é personagem do teatro popular português?

SARRABALHO — Uns dizem dançar o Farrabaio, outros o Ferrabio e ouvi também dizerem o Sarrabaio. Era um termo que designava um bailado campestre, hoje apenas o nome de uma dança do fandango batido. Dela participam homens e mulheres. Enquanto o homem rufa os pés, a mulher faz movimentos da direita para esquerda e fica imitando castanholas com os dedos e batem palmas. O homem para de rufar os pés e dá uma vira-volta de corpo, barafustando-se num movimento ágil e de belas linhas coreográficas. Os dançantes ficam dispostos em duas colunas que se defrontam.

TIRANA, Tirania ou Tiraninha. — Não sei se porque era quase meia-noite, já havia diminuído aquele alvoroço com dançaram o Chico; talvez fôsse por causa da música amolentada e gostosa ou mesmo lasciva da Tiraninha. É uma dança muito mais calma do que qualquer outra assistida em Cananéia, do grupo de Fandango Rufado ou Batido. Tem o pateio e é bem parecida com a «Pipoca».

As damas fazem roda no centro e os homens por fora, defrontando-se os pares. Enquanto os homens rufam amolentadamente os pés, as damas balanceiam ao som da música. As rodas se deslocam, vagarosamente, ambos no sentido dos ponteiros do relógio. Dançaram cerca de 20 minutos essa dança. Em geral as demais descritas têm uma duração que varia entre 15 a 25 minutos.

ANÚ-VELHO — É uma dança parecida com a Querumana. Os homens ficam em fileira, logo que as mulheres entram, todos se deslocam, formando uma grande roda. Ficam alternadamente, homem e mulher. Enquanto o homem rufa os pés, a mulher baila, vai caminhando, uma dama passa para outro cavalheiro. O homem pega na mão de sua dama, e depois na daquela que se aproxima; a mulher dá uma volta em torno do homem, e passa logo a dançar ao redor do cavalheiro que fica à esquerda dêste. O homem alterna o pateio com os passos de marcha normal, andando normalmente dando uma volta no salão, no sentido dos ponteiros do relógio.

Acabado êste primeiro grupo de danças, uma pessoa da casa do festeiro, o filho do dono do Fandango, vem com uma garrafa de pinga na mão direita e na esquerda uma xícara, na qual vai distribuindo a bebida aos presentes. Todos bebem na mesma vasilha. Os músicos já enveredaram para a cozinha.

Depois da meia-noite, as danças são de grupo do Fandango rufado-bailado.

PIPOCA — É parecida com o Chico em alguns pontos e também com a Tiraninha noutros. O cavalheiro bate os pés, para, bate as mãos e depois valsa com a dama. Na Pipoca os cavalheiros estão valsando enquanto os violeiros cantam. Param os violeiros de cantar, ouve-se somente a viola tocar; então rufam os pés, na frente de sua dama. Quando param de rufar os pés, batem palmas e começam novamente a valsar e os violeiros recomeçam a cantar.

TONTA ou Tontinha. — No salão, os pares se movimentam em roda, no sentido dos ponteiros do relógio. Quando os violeiros fazem uma pausa na moda, os homens dos pares que estão próximos dos quatro cantos do salão, rufam os pés; enquanto isso os demais pares continuam valsando.

ANÚ-CORRIDO — Semelhante ao Anú-Velho, porém mais bailado do que rufado. Pode ser incluído naquele grupo de danças que são rufados-bailados. Logo que o homem para de rufar os pés, o cavalheiro baila com sua dama ao invés dela bailar ao seu redor como no Anú-Velho.

PICA-PAU — É rufado-bailado. O ritmo é pouco diferente do Anú-Corrido, mas no restante há grande semelhança na coreografia.

SINSARÁ — Os pares ficam no salão e movimentam-se de acordo com o que o violeiro canta. Quando é para valsar, valem e quando é para rufar os pés, eles batem-nos sem parar e a dama fica bailando de lá prá cá, no mesmo lugar.

Há um novo intervalo em que os comes-e-bebes são distribuídos, mas observamos mais «líquidos» do que «sólidos», e dentre os «líquidos» o mais procurado é a pinga.

Após o intervalo as danças passam a ser exclusivamente bailadas. Têm quase a aparência de um baile urbano. Já vai alta a madrugada.

CANA VERDE — Causou-me surpresa a inclusão da Cana Verde no Fandango de Cananéia. Tenho participado dela noutros lugares, como Ubatuba, Taubaté, Cunha, Xiririca, Piracicaba, Tatuí, Areias, Silveiras, mas sei que ela é dançada, ao que me parece, com o fito de descançar os dançadores de Cateretê, Catira ou Xiba, porque o Cateretê é uma dança que exige grande dispêndio de energias físicas. Esta dança traz um grande alvoroço no salão. Todos querem tomar parte. O violeiro canta os versos e somente quando ele acaba de cantar é que param de dançar. É uma dança de roda dupla. A roda interna, que é das mulheres, movimenta-se num sentido e, a dos homens, em sentido contrário. Os pares defrontam-se, sem se tocar. É dançada mais ou menos como marcha urbana. Batem de leve um dos pés na frente do corpo 1-2. Ambos batem primeiramente o pé esquerdo, e na batida do pé direito deslizam levemente nessa direção, ficando cada cavaleiro com uma nova dama. Ao mudar de parceiro, todos batem palma, uma batida só. Um violeiro canta um verso e o outro canta a seguir, de improviso. É como um desafio. Fazem um verso sempre com a «deixa» ou idéia que o outro deu ao cantá-lo. Por exemplo: o violeiro «A» contou:

*«O meu pai não qué qu'eu case,
nem com esta, nem co'aquela,
eu virando aquele alto,
me caso com tôdas ela».*

O violeiro «B», viu que a «deixa» é o casamento, logo canta o seu:

*«quem quize casá comigo,
não me mande recadinho,
bote o chale na cacunda,
e me espere no caminho».*

O violeiro «A», cantou:

*«Prá cantá a Cana Verde,
'não é preciso imaginá,
de quarqué folha do mato,
faz-se um verso prá cantá».*

O violeiro «B» viu que a «deixa» é a «folha de mato», éle improvisa respondendo:

*«quando eu ia pra cidade,
no caminho me deu sêde,
a Dorvana me deu água
nas folha da Cana Verde».*

MANJERICÃO — Nesta dança a dama segura com a mão direita a mão esquerda do cavalheiro e êste toca, com a mão direita, nas costas da dama que, a seu tempo, repousa o braço esquerdo sôbre o ombro direito do cavalheiro. Dão um passo para frente e outro para traz, a seguir viram. O passo é como se fôra um balanceado. Parece mesmo um puladinho de lado. Ficam segurando nas mãos sômente quando cantam «passai meu bem», etc.. Enquanto cantam êsse estribilho, os pares dão uma volta, rodando no salão; os homens com a mão direita segurando a mão esquerda de suas damas.

*«Manjericão é sono,
quem tem sono vai dormir,
eu tenho sono e não durmo
sômente pra te servir».*

*«Passai meu bem,
meu manjericão,
passemos todos pegado,
pegado pela mão».*

FAXINEIRA — Os participantes ficam juntos, na mesma disposição da dança acima descrita. Dão dois passos para a frente e dois para traz e, a seguir, dão um giro, fazem uma volta.

CHAMARRITA ou Chimarrita — Como nas duas anteriores, ficam na mesma disposição. É uma dança muito parecida com o nosso samba urbano.

GRACIANA — É como na Cana Verde, duas rodas, uma interna e outra externa. É semelhante à Cana Verde, porém os violeiros limitam-se a acompanhar os desafios; os versos são cantados pelos dançantes. Primeiro o homem canta um verso, dá um giro em tórno

de si mesmo e a sua parceira, a seguir, canta outro verso, girando também no final. O par que está imediatamente ao lado esquerdo canta e, assim, sucessivamente, até todos os participantes terem cantado. Depois disso os violeiros cantam cada qual uma quadrinha, encerrando a dança. As mocinhas não têm «vexame», aca-nhamento de cantar, mostram mesmo um certo desembaraço. Certamente repetem quadrinhas que lhes foram legadas pela tradição oral. Eis a quadra de uma caçarinha morena, de vestido rosa e pé no chão, cabelo preto com duas longas tranças, amarradas com fita vermelha:

*«minha mãe me case logo,
enquanto sô rapariga,
milho plantado tarde,
dá palha e não espiga».*

DANDÃO — É puladinho como na polca. O violeiro canta. Enquanto cantam os violeiros, os dançantes ficam parados e quando param de cantar, somente as violas continuam tocando; os dançantes então, entram a bailar.

Os versos que recolhi são semelhantes aos que Mário de Andrade publicou em seu «Ensaios sobre Música Brasileira». A música é parecidíssima. Pedi ao sr. Hipolitinho que a repetisse várias vezes, afim de constatar as diferenças existentes entre a atual e aquela publicada pelo saudoso Mário de Andrade.

OS VERSOS RECOLHIDOS SÃO:

*«Eu alegria não tenho,
tristeza comigo mora,
se alegria eu tivesse,
tristeza pinxava fora».*

*Camarada me avisô,
qu'eu não plantasse algodão,
lá da banda do sertão,
tem muita aranha pintada,
saracutinga, grilo verde,
lá tem que é barbaridade».*

*Aqui neste recantino,
de'um ar tremeu a terra,
as estrêlas se escondero,
saíu o sol na janela».*

«Camarada me avisô, etc.».

OS PUBLICADOS POR MARIO DE
ANDRADE EM ENSAIOS SÔBRE
MÚSICA BRASILEIRA. (pág. 47):

*«Camarada me avisô ai!
que eu não plantasse algodão,
lá da banda do sertão,
debaixo do mato verde,
debaixo do mato cerrado,
que tem o camaleão,
também o bicho borbão,
também uma formiga preta,
que anda por baixo do chão,
saracutinga e grilo verde,
lá tem que faz cerração».*

RECORTADO — É uma dança do grupo do Fandango Rufado. Há também uma grande animação. A madrugada já passou, um novo dia dealbando vem. Fecham-se as janelas e portas; pelas frin-chas, os primeiros raios do sol penetram no salão onde se realiza o Fandango. Esta é a hora do Recortado, a última dança. Como que todos recobram suas energias para rufar estrondosamente o Recorta-do. É rufadíssimo. O homem oferece a mão direita à dama, esta pega a mão do cavalheiro; dá uma volta e depois pega na mão esquerda. A dama fica sempre no mesmo lugar, é o homem que dá um giro em torno dela e sai. A única cousa que a dama faz é dar um giro, quando o cavalheiro gira ao seu redor. Os cavalheiros vão trocando de damas, rufando os pés intensamente, delirantemente até que os instrumentos musicais cessam de tocar. Acabou-se o Fandango.

Sete cartas loucas

AFONSO SCHMIDT

Carta n. 2

Meu anjo da guarda chama-se Félix

Vila Olímpia, 21 de setembro.

Sr. Escritor. Meu bondoso amigo.

Não sei se a carta que lhe enviei no mês passado teve a felicidade de corresponder áquilo que o senhor esperava de minha pena. Em todo caso, prosseguirei na certeza de que se a narrativa não agradar serei informado disso para descanso meu e dos que a lerem, tal como vou escrevendo. Feito êsse ajuste, continuemos...

Admitido que fui na companhia equestre, ginástica, contorsionista e funambulesca de Mister Ross, pela maneira inesperada mas curiosa como contei na carta anterior, sentei-me na borda do picadeiro e ali fiquei até a terminação do ensaio. Meia hora depois, o empresário saiu na frente, num grupo de homens. As famílias Orestes, Mason e Trindade partiram juntas, conversando animadamente, não sôbre assuntos atinentes ao circo, mas sôbre a moda das saias-calção...

Acompanhei o «tonny» Lambão, que era muito simpático e gostava de conversar. Fóra do picadeiro, êle se chamava Estanislau Trindade. Era, como os demais de uma família de artistas circenses. Havia, talvez, cem anos que os Trindades, de pais a filhos, se dedicavam àquela vida. Começara saltando, aos cinco anos, em companhia de dois irmãos, um de sete, outro de nove anos. Quando os três meninos, vestindo roupa de meia, cômico de carne, tão justa, tão colada ao corpo que lhes dava o ar de estarem nuélos, entravam a correr pelo tapêto escarlata, estendido na arena, e davam cambalhotas e saltos, os espectadores fremiam de admiração. E quando êles, entre dois números, ficavam de pé, em linha, sôbre a caixa de breu, para empoarem os sapatinhos de borracha, as arquibancadas quase vinham abaixo, tantos e tão entusiásticos eram os aplausos. Assim, a família percorreu o Brasil. Os meninos cresceram, fizeram-se trapezistas. E, com os anos, os Trindades, um a

um, foram se perdendo pelo caminho. O pai morreu de cólera, no Rio de Janeiro. A mãe ficou paralítica em Belém e lá veio a falecer. O mais velho dos três filhos, certa noite, caiu do trapézio, inutilizando-se para a profissão. Entrou para o comércio. Em 1920, era proprietário de um hotel em Vitória. O segundo, enrabichou-se por uma coimbrã, cantora de fados, e com ela embarcou para a Europa. Onde andaria o pobre, ao cabo de tantos anos? Da família, que se soubesse, só restava o meu companheiro, que o público conhecia pelo nome de Lambão. Aos vinte anos, casou-se com a «écuyère» Ginah, uma lourinha que, em solteira, foi a artista mais linda do Pavilhão Mundial, de Niterói. Dêse consórcio nasceram saltadores, equilibristas, e àquela moça magrinha que fazia piruetas sobre a grande bola de madeira...

— Pois a Florisa é sua filha?

— É. Entre ela e o Tucano, secretário da empresa, há dez anos de diferença...

Ao meu lado, Lambão caminhava arrastando a perna. Era um defeito repetável mas que, no picadeiro, fortemente exagerado, lhe acrescentava êxito.

A Florisa tinha contratado casamento com Ilídio mas, naqueles dias, desmanchára o noivado porque o famoso trapezista teimava em beber. Ela declarava a quem quizesse ouvir que não tinha vocação para viúva. Ele, a fim de esquecê-la, desmandou-se de todo na bebida.

E o «tonny» falava, falava:

— No circo todos se casam. Não sei de classe que mais respeite a instituição da família. São ótimos esposos, pais, filhos e netos. Quando alguém discrepa da boa conduta é afastado do nosso meio. Também, você compreende, não podia ser de outra forma... A gente vive com a trouxa às costas, nesta vida que não se parece com a de todo o mundo, sempre cercada de tentações. É preciso dar o bom exemplo. E viver unidos, como numa só família. Quem ofende um ofende todos. Nossa pureza de costumes é conhecida e admirada. O próprio interior, que é tão «caraça», nos recebe com gosto. As nossas senhoras trocam visitas com as senhoras da cidade. As moças vão à missa com as filhas do Juiz de Direito, do Médico, do Coletor. Todos se estimam, se respeitam. Não é tão bonito assim?

Os artistas do Circo Ross moravam numa casa velha, lá para as bandas do Matadouro. Tinha sido alugada por um mês apenas, para abrigá-los durante a permanência na cidade. Era baixa, ostentava paredes caiadas mas sujas, e ficava para dentro de uma cerca de varas. Na frente, a porta e quatro janelas pintadas de azul escuro. O jardim estava mal tratado. A grama alastrava-se sobre os trilhos que conduziam à porta. Lambão viu aquilo e desculpou:

— Você sabe... O Tucano que viaja na frente da companhia, preparando a praça para a temporada, não encontrou no momento coisa melhor. Mas é para um mês apenas, está muito boa. Na semana que vem, botamos as trouxas nas costas e partimos para... para não sei onde...

Entrando, vi comprida mesa de tábuas sôbre cavaletes. Estava arrumada para o jantar. Toalha branca, vasilhas de ferro esmaltado, talheres com cabo de madeira preta. Lá dentro, na cozinha, as frigideiras rechinavam. Andava pelo ar um cheiro gostoso de carne de porco tostada, de cebolas fritas. Lambão, vendo o olhar esperançoso que lancei sôbre aquêles preparativos, explicou-me:

— As refeições são servidas duas vêzes, de acôrdo com o horário dos que trabalham no circo; a primeira mesa destina-se ao maestro Gibóia (que os músicos da charanga são recrutados na localidade), aos bilheteiros, tratadores de animais, araras, e outros empregados; na segunda, presidida por Mister Ross, sentam os artistas de todo gênero. Êstes não tomam álcool ao jantar. Mas o Ilídio gostava de tomar gasosa. Ora gasosa, bebida tão inocente! Um dia Mister Ross, notando que o trapezista ficava muito prosa depois do jantar, cheirou a garrafinha e descobriu que não era gasosa, era pinga. Só vendo o salseiro. Foi aí que a coitada da Florisa desmanchou o casamento...

Estavam alojados por famílias. Mister Ross, que viajava só, ocupava o quarto da frente. Ao passar pela porta aberta, vi a cama de solteiro, botas envernizadas, chicotes e luvas de diversas côres. Na parede, tinham sido pregados grandes cartazes da companhia, com uma tachinha em cada ângulo. Não se viam as figuras coloridas, não se liam os dizeres em letras graúdas. É que sôbre êsses cartazes estavam fincados grandes pregos dos quais pendiam casacos, «culottes», «cache-cols» e uma capa de borracha. Os Orestes, moços e velhos, residiam nos quartos laterais. Os Trindades, nos quartos do fundo. Assim por diante. Depois da cozinha, havia um cômodo que outrora fôra arrecadação. Era um puxado de zinco, cercado de tábuas, com janelinha protegida por pano de aniagem. Lá dentro, vi diversas camas improvisadas sôbre caixões. Pelas paredes, arreios pendurados e ternos de roupa, bem passados, envoltos em papel manilha. Um mocinho magro pregava botões nas ceroulas de côr. Outro, de camiseta de meia, os braços nús, penteava-se diante do caco de espelho. Fiz logo camaradagem com êles. Mas no catre do fundo vi alguém a dormir, com os olhos cavados e a bôca aberta.

— Está doente? — perguntei.

— Não. É o Ilídio trapezista. Há três dias que bebe e dorme sem parar...

Ouviu-se um toque alegre de sineta, terminado por duas batidas bem espaçadas. Dirigimo-nos para a varanda, onde todos iam to-

mando os seus lugares. Eu, discretamente, fiquei de pé, a um canto. Mister Ross, que tinha o sêgrêdo das atitudes solenes, sentou-se à cabeceira da mesa e ficou numa postura de expectativa. Por ordem de importância, os outros foram se abancando. O Lambão e a velha Ginah. O Tucano e a mulher, que me pareceu D. Lúcia, equilibrista sôbre arame. O Simun, domador, o Lebrinha, gerente, que organizava os «bordereaux» e fazia os pagamentos, o Seixas, mestre de carpintaria. Os moços do puxado também se acomodaram. Só fiquei eu de pé. Então, Mister Ross me viu:

— E você aí, ó becamorto!

— Onde me sento?

Houve um movimento geral. Todos se interessaram por mim. Acabei sentando-me entre os dois moços. As mulheres velhas, que só tomavam parte nos arranjos da casa e na pantomima com que finalizava o espetáculo, fôsse «A guerra de Canudos» ou «Os banidos da Serra Morena», preferiam comer na cozinha. Dizia-se a boca pequena que elas preparavam lombinho entrouxado, pitéus de que os outros só saboreavam o cheiro. E doces, com as goiabas do quintal. E pães-de-ló, com os ovos recebidos de presente das velhas da vizinhança.

Assim que todos se amesendaram, fêz-se comprido silêncio. Longe, na cidade, um foguetão subiu ao céu, abalando a cidade com três estouros. Mister Ross tirou o relógio de níquel.

— Sete e trinta e dois. Estamos em ritardo.

Depois, relanceando um olhar perquiridor à volta da mesa, perguntou:

— Quedê o fesso do Ilídio?

Lambão, complacente, respondeu-lhe:

— Coitado, o senhor sabe...

Mas o diretor não era homem de meias medidas:

— Lambão, troque o número do trapézio por aquê do ilusionismo. Lebrinha faça as contas do Ilídio e mande-o de espasso.

E olhando feio para mim, no meu canto:

— Como é o seu nome?

— Aladino.

(Todos riram, lembrando-se do cachorro sábio).

— Tem programa organizado?

— Mais ou menos.

— Tem roupa da apresentar-se?

— Não, senhor.

A conversa animou-se entre Lambão, Picanço, Tucano e Florisa que teimava em botar a sua colher, mas ninguém lhe dava atenção, porque ela não passava de uma moça solteira, sem importância.

Ali mesmo combinou-se a pantomimia (estive para escrever «show») que serviria para apresentar-me. Era de tal maneira que, fizesse eu o que fizesse, sempre agradaria ao público. Lambão, que já havia manifestado simpatia pela minha pessoa, encarregou-se do resto.

A comida, feita sob a direção das velhas, era mesmo apetitosa. Comeu-se com satisfação, principalmente eu que, sempre fugido de casa, sofria de fome canina. Terminado o jantar, nos dirigimos ao circo. Os mais importantes ainda ficaram fumando um cigarro de palha, diante da casa. Os menos importantes adiantaram-se em grupos, mais ou menos por famílias. Eu, Lambão e os dois moços do puxado fomos atrás. Já na cidade, os rapazes entram num café. Eu e Lambão prosseguimos no caminho.

O largo apresentava-se animado. A charanga tocava no tablado, sôbre a porta do circo. Os arcos de iluminação a acetileno davam um ar de quermesse. As lonas já estavam erguidas. O interior iluminado. Via-se, através dos panos, o desenho das arquibancadas. Aqui uma sombra, ali outra; eram os primeiros espectadores. Doces e quitutes, em caixas de fôlha de Flandres, com uma lanterninha em cima, eram apregoados em altas vozes. A molecada se reunia por ali e, quando era o caso, se desparafusava em maxixes. Diante da bilheteria, agrupavam-se homens e mulheres. Famílias inteiras desembocavam na praça arrabaldina, onde, em muitos pontos, vicejava o capim.

Os artistas, para evitar a curiosidade do público, entravam por uma porta dos fundos do circo, protegida por cortinas de chitão. Atrás da cortina, estava um casaca-de-ferro, feroz no cumprimento de seus deveres. Lambão arrepanhou o pano de ramagens e entrou nos bastidores. Eu fiz o mesmo. Mas o casaca-de-ferro, que parecia ter velhas contas a ajustar comigo, botou-me a mão na gola:

— Sai, penetra!

— Eu sou do circo...

— Pensa que não te conheço, piolhento?

Gritei por Lambão. O «tonny» voltou-se e fêz um sinal com o dedo. O casaca-de-ferro, perplexo, deixou-me passar. Então, já dentro, enchi o peito de ar e fulminei-o com um olhar, do mais puro desprêzo.

Entramos num corredor ladeado de barracas de zinco, com portas defendidas por cortinas de paninho barato. Vi mulheres de roupão, o cabelo caído pelas costas. E homens de calças curtas, camiseta de meia, experimentando sapatos brancos. Aqui, o Picanço, diante do espelho, ajeitava, no crânio rapado, o chinó vermelho de três topetes. Ali, o Lambão, que entrara apressado, queimava uma rolha e com ela reforçava as sombrancelhas. Acolá, diante das grades de uma jaula, Mister Ross discutia acaloradamente com Simun,

já metido na vistosa farda que participava de zuavo, suíço do Vaticano e marechal de França. Tucano foi a uma corda, puchou-a e a sineta do circo cantou o primeiro sinal.

Caminhando pelos bastidores, cheguei à larga porta que dava para o picadiero. Essa porta, também, era defendida por cortinas espessas, onde se viam sóis e luas de purpurina. Artistas, já prontos para o trabalho, ali estavam reunidos conversando sobre assuntos que nada interessavam ao circo. Este comprara sapatos de boa qualidade por preço muito em conta, na livraria do Libório. Aquê-le encontrara na cidade um sujeito das suas relações, residente na Capital. Por uma fresta da cortina, espiei a assistência. As arquibancadas já estavam repletas. Vendedores, com o braço erguido, equilibrando a bandeja de cartuchos de amendoim acima da cabeça, andavam de um lado para outro, a apregoar a mercadoria. Nas cadeiras que contornavam o picadeiro, viam-se diversas famílias. Elas, algumas vêzes, recebiam presentes de entradas, para honrarem os espetáculos com sua aristocrática presença. As senhoras estavam de chapéu. Ostentavam altas «aigrettes». Quando se moviam, havia em seu colo e mãos um coruscar de jóias. Eu as conhecia, a tôdas. Foi então, só então, que um friozinho me subiu pela espinha. Que estaria reservado para mim, na minha estréia?

Mister Ross aproximou-se, já de botas e luvas brancas, fazendo estalar o comprido chicote. Tinha as maçãs do rosto vermelhas de carmim, para que no picadeiro a claridade branca da iluminação não o tornasse lívido, como um cadáver. Ao ver-me ali, lembrou-se da minha pessoa:

— Vá para a arquibancada, perto da porta, misture-se com os espectadores.

— E depois?

— Depois é comigo, pezzo di salame!

Eclipsei-me.

Segundo sinal...

Nos dois arcos de acetileno, suspensos sobre o picadeiro, as luzinhas brancas cresceram, o redondel ficou iluminado. Palmas. Seguiu-se nova espera. A charanga ainda estava lá fora, no tablado, a sapecar maxixes sobre a praça. Dez minutos... O público entrou de mostrar impaciência. Primeiro, um sujeito começou a bater com os pés. Outro gritou:

— Picanço!

Os vendedores apregoavam:

— Passóca de amendoim torrado!

— Pipoqueiro! Olha o pipoqueiro!

— Balas de altéia e de hortelã pimenta!

A ruidosa demonstração generalizou-se. Felizmente, lá dentro, a sineta cantou o terceiro sinal, recebido com palmas. A charanga,

que estava voltada para a praça, recolheu-se, isto é, continuou no mesmo tablado, mas voltada para o interior do circo. Atrás dela, por causa do frio, foi descida uma cortina amarela, com estrêlas e meias luas.

Picanço iniciou o espetáculo; entrou a correr, dando uma risada tremida que só êle sabia dar, e terminou com um salto mortal. Mas ao voltar para os bastidores encontrou Mister Ross. Êste falou-lhe:

— O que é que você está brontolando aí?

— Estou contente. O senhor sabe, minha sogra...

Encarrilharam-se três anedotas de folhinha. O público não se cansava de ouvi-las. Aplaudiu-as. Mas, quando Picanço ia retirar-se o circo quase veio abaixo:

— Chula, palhaço!

Êle esquivou-se, mas o público queria. Então, fêz sinal ao maestro. A charanga tocou u'a música desconjuntada. Picanço atirou a carapuça no chão, ergueu os braços por cima da cabeça e se pôs a dançar, nas pontas dos pés, com passinhos miúdos e rápidos, ao redor do cone vermelho. Foi um delírio.

Dali por diante, os números foram se sucedendo. Ciclistas, a Florisa sôbre a bola, os moços do puxado, vestidos de mandarins, equilibrando-se em arames esticados. De repente, Mister Ross, ainda mais grave que de costume, entrou no picadeiro:

— Miladys and gentlemen. O Grande Circo Ross desejava fazer uma surpresa ao distinto público desta cidade, apresentando-lhe Frégoli, o maior ilusionista do mundo, que se encontra atualmente em São Paulo. Mas o trem da Paulista, pela primeira vez, não foi galantuomo: chegou hoje com atraso. Por êsse motivo o Grande Circo Ross não pode apresentar, como era seu desidério, aquêle notô prestidigitador...

Um côro lamentoso de «ohhhhs» se fêz ouvir pelas arquibancadas. O diretor esperou passar essa onda de desgosto e prosseguiu:

— ... mas nem tudo está perdido, como demonstrarei ao respeitável público. Que ninguém nos prenda em giro. Em falta do maior prestidigitador do mundo, o Grande Circo Ross vai apresentar o mais pequenininho de todos, mas que também é aqui notôriamente conhecido...

Fêz-se um silêncio escuro, tenso de curiosidade.

Mister Ross circunvagou o olhar pela arquibancada.

— Mister Aladino! Mister Aladino!

Eu saltei do meu lugar, pedindo licença a uns, acotovelando a outros, e caminhei para o picadeiro. O público inteiro me reconheceu. Palmas, gritos, exclamações e até risadas. Quando passei pelas cadeiras, a mulher do boticário disse à cunhada do coletor:

— Ói, Mariquinha, quem vem aí!

E a outra:

— Ué! Quem havia de ser! O Moacir, filho do tenente Josias!

E eu, firme. Saltei para a arena, caminhei sôbre aquêlo chão fôfo, coberto de serragem, e me aproximei do diretor. Ele sorria e, com os braços abertos, inclinando-se, pedia perdão da sua iniciativa. Ao redor de mim tinha-se desencadeado uma tempestade de gritos. Apupos? Aplausos? Vão lá saber. Talvez as duas coisas ao mesmo tempo.

Serenada a assistência, dirigi-me às senhoras mais próximas e, com dois dedos compridos, fui tirando flores do bolsinho superior do paletó, para oferecer-lhes. As flores se transformaram em grandes ramalhetes que a todos causaram admiração. A seguir, dirigi-me às damas que estavam sentadas da outra banda e lhes pedi emprestados dois leques que, por sinal eram brancos. Uni-os pelas extremidades e ensinei-os a voar. Levei bem dois minutos nesse trabalho. Mas, ao fim dêsse tempo, os dois leques, transformados por manigância numa verdadeira pomba branca, partiram do picadeiro e foram debater-se às tontas por entre os arames do trapézio e as cordas que sustentavam os arcos das luzes. E o público a olhá-la, a aplaudí-la. E enquanto todos os olhos estavam a acompanhar a coitadinha da pomba branca que, afinal, conseguira fugir para a noite, eu sorrateiramente, desentranhei os leques da cava do colête e, cheio de medidas, fui devolvê-los às suas respectivas e maravilhadamente proprietárias. Um sucesso! O circo quase veio abaixo ao ruído das aclamações!

Terminado o espetáculo, voltei para a casa do caminho do Matadouro. Ao entrar, encontrei Mister Ross abancado à mesa grande, à luz do lampião de querosene. Estava em mangas de camisa, os suspensórios descidos, e escrevia num livro grosso. Lebrinha e Tucano, sentados a distância respeitável, exibiam contratos, faturas e notas que ele ia registrando nos seus assentamentos. Ao ver-me ali, repuxou os lábios, mas logo, arrependido de tal intimidade, desfez o projetado sorriso, recompôs a gravidade habitual e disse:

— Você está contratado. Noventa massoni ao mês, com casa, comida, transporte e roupa lavada.

Eu quis agradecer a sua bondade, mas ele interrompeu-me:

— Presto! Para a caminha! Está ouvindo?

E, sem transição, transferiu da minha pessoa para o livro grosso a sua esclarecida atenção.

(Continúa)

“Problema da Música Contemporânea Brasileira em face das Resoluções e Apêlo do Congresso de Compositores de Praga”

CLAUDIO SANTORO

RESUMO DAS CONFERÊNCIAS E DISCUSSÕES

TRAÇAREI um resumo das intervenções mais importantes realizadas durante o «2º CONGRESSO INTERNACIONAL DE COMPOSITORES E CRÍTICOS DE MÚSICA», realizado em Praga durante o «Festival», em Maio, destacando o que foi discutido de positivo e concreto para chegar ao «**Apêlo e Resoluções**» em questão. O «**Apêlo**» e as «**Resoluções**» foram votadas por unanimidade na Assembléia Geral.

O primeiro discurso importante foi de Alan Bush que expôs o tema da Decadência da música contemporânea, tema êsse predominante nas principais conferências. Bush fez uma análise marxista da evolução do conteúdo musical, comparando-a ao desenvolvimento da sociedade. Expôs algumas considerações científicas sobre a reação produzida por determinadas obras que ora têm seu lado negativo, ora positivo. Apoiado pelo exemplo que uma obra de conteúdo pessimista, abate o ânimo, ao passo que outra de conteúdo otimista, impulsiona o indivíduo provocando desejo de ação, ao contrário do primeiro caso que provoca um relaxamento muscular e leva ao pessimismo. Diversos estudiosos participam dêsse ponto de vista aplicado às artes, que tem contribuído para o desenvolvimento das novas idéias estéticas materialistas. Esta conferência foi um dos pontos altos do Congresso. Não estou porém de acôrdo com as proposições que êle formulou como conclusão à sua exposição de motivos. Propõe êle a criação de uma obra de arte sem preconceito de unidade temática e sim a pluralidade de temas e tons ligados entre si por certos pontos de contacto técnicos. A isto, objetei que havia um grande perigo para a unidade formal da obra em si, ao que êle confessou-me que suas experiências estavam muito no começo. Enfim o lado positivo de sua análise foi apontar a importância do impasse em que se encontra «tôda arte burguesa», impasse que

* N. R. — Vide «Fundamentos» Nº 2, pgs. 152 a 156.

não é nada mais que o reflexo da decadência em que se acha esta classe ainda dominante.

Alois Aba, comunista convicto, mesmo filosoficamente contrário ao materialismo, pois é místico e antroposófico (de Steiner), tem um ponto de vista confuso. Procura a solução do problema dentro da sua escola em quarto de tom. Sua posição foi atacada por Eisler, provando este, que mesmo teóricos físicos de convicção religiosa, como Einstein, condenam o antroposofismo com teorias da física moderna que estão muito perto do materialismo.

A conferência de Eisler, dodecafonista e ex-aluno de Schomberg, condenou a influência estética schomberguiana e o neo-catolicismo de Strawinski. Em linhas gerais falou com entusiasmo de algumas obras de Schomberg, mas deu a entender que sua estética e sua técnica foram boas somente para ele. Fixou também o quanto tem de negativo para nós o caráter de «Mêdo» na obra deste mestre genial. Pois seu estilo expressa muito bem esse cunho psicológico de terror, histeria, pânico, desespero, etc. E esse estado é negativo e condenável, numa sociedade nova e cheia de esperança no futuro e no bem estar da humanidade. Mendelsohn, compositor rumeno, expôs o lado positivo da obra de Schomberg: ajudar e demonstrar a desintegração da sociedade burguesa. Eisler falando de Strawinski, fez-me lembrar a opinião que têm sobre este grande mestre os jovens atonalistas franceses: desaprovação completa de suas tendências neo-clássicas, assim como Schaporin (compositor soviético) que condena a fase do após «Oedipus Rex». Eisler caracterizou o neo-classicismo e o neo-catolicismo de Strawinski, «como uma espécie de pessoa que não fala nem muito alto nem muito baixo e que procura imitar o ator que representa o papel de grande banqueiro»... «Estas duas escolas buscam relações sólidas de maneira vã; o que representa a técnica dos 12 sons em Schomberg, é a imitação dos estilos em Strawinski. À metafísica e ao misticismo dos números, responde o formalismo e neo-catolicismo de Strawinski. Eisler acha que estas duas escolas são no fundo idênticas, variando apenas em nuances. Terminando, citou Hegel numa de suas conferências sobre estética».

Enfim estes dois compositores e suas influências nas gerações posteriores, não solucionaram o problema musical, pelo simples fato de estarem desligados daquilo que é a razão da evolução da arte, isto é, a evolução social. Distanciados desta verdade, não puderam compreender o fenômeno e todas as contradições existentes, pois vivem num mundo à parte, fechados num laboratório, impossibilitados de ver fora de si mesmos. «Suas escolas não puderam ser desenvolvidas e sim **imitadas** pois estavam longe de um conteúdo realmente novo. Este informe corroborou para o «Apêlo» final, pois mostrou a verdadeira fraqueza da música contemporânea: a sua falta de conteúdo; demonstrou mais uma vez que o problema não é um problema técnico e sim um problema de conteúdo, e fez ver

o que de estéril contêm tôdas as discussões técnicas quando na realidade é um problema de conteúdo. Portanto, grande é a importância dêsse «Apêlo», lançado pelos compositores progressistas reunidos em Praga, aos seus colegas do mundo inteiro, onde fazem auto-crítica, e pedem um trabalho que venha de encontro aos anseios da sociedade nova, aos anseios da classe laboriosa, e que seja a expressão da verdadeira cultura popular arte para todos, arte com raízes no povo e nas tradições nacionais.

FORMALISMO

Procurarei esclarecer o problema sôbre Formalismo que foi debatido no 2º Congresso Internacional de Praga. As informações nos foram fornecidas por dois compositores e um musicólogo da delegação soviética no Congresso: Krenikov, Shaporin e Tarastov.

«Formalista» é tôda arte abstrata e desligada da realidade social, desprovida de uma base sólida de cultura popular. Estas conclusões não foram uma imposição governamental e muito menos partidária, como a máquina de propaganda difundiu. O que se conhece no mundo ocidental é apenas o final de uma grande batalha que culminou numa assembléia em que todo o povo da U.R.S.S. tomou parte ativa com tanto ardor e interêsse, como o faz nas discussões dos planos quinquenais. O motivo, foi a ópera Moradeli, que recebera uma crítica muito severa. Esta não foi a razão, foi apenas uma das causas que deram início à luta já preparada há muito tempo. Abriu-se a discussão com a crítica do público, que aos poucos ganhou os conservatórios e sociedades musicais. Realizaram então uma grande assembléia, na qual tomaram parte todos os compositores da União Soviética. Depois de discutirem durante várias semanas, chegaram a diversas conclusões, que em muitos pontos se assemelham as que foram também assentadas pelo Congresso de Praga. Estas conclusões foram levadas ao Bureau cultural do Comité Central do partido, pelos compositores e, finalmente, transmitidas ao povo por Zdanov.

Foi analisado todo um passado de experiências em que as contribuições, as mais diversas, vieram desde um Prokofiev a um Krenikov, para citar sômente duas gerações. Hoje, o problema apresenta-se de um modo claro. Tôdas as demissões de Shostakovich, Prokofiev e Katchaturian são falsas, pois continuam em seus postos de ensino e atualmente acham-se na Casa dos Compositores sômente compondo. Cada um deles prepara uma obra nova, da qual espera-se a realização de algo novo como conteúdo, algo realmente revolucionário, que há muito vêm procurando honestamente realizar: o conteúdo do «realismo socialista», que já foi atingido nas obras de alguns escritores soviéticos. O conceito dos compositores soviéticos é o seguinte: Tomar como ponto de partida uma época que consti-

tuiu um período áureo na manifestação artística de uma classe, para daí tirar conclusões com o aproveitamento da cultura popular, desenvolvendo-a com um sentido revolucionário e partindo por um novo caminho.

Não se soluciona o problema desenvolvendo uma arte que constitua o reflexo de uma sociedade decadente, porque não se pode dar um sentido de construção a essa arte e sim aumentá-lhe a decadência, desenvolvendo-a. Não existe manifestação artística desligada da sociedade, pois o artista sempre serve a classe dominante e é por esta razão que a arte nos países capitalistas é decadente. O problema sobre formalismo ainda continua em discussão na U. R. S. S. Todo o povo o discute nas fábricas, nas fazendas coletivas, nas escolas. É a primeira vez na história que se nota um fenômeno como este, de um povo maduro culturalmente tomar parte ativa nas discussões e interessar-se por problemas estéticos. Desta maneira a propaganda feita contra a U.R.S.S. fica desmascarada, pois o artista de modo algum está «subjugado» pelo governo, nem pelo partido bolchevista que nada têm a ver com a classificação das obras formalistas feita pelo povo e sentidas como tais por ele.

Prosseguindo no informe sobre formalismo, ouvimos um dos mais importantes musicólogos da União Soviética, Tarastov que falou sobre a crise da música contemporânea. Acham os compositores soviéticos que esta foi motivada por ter sido desenvolvido somente um dos elementos da música, o elemento formal, provocando isto uma hipertrofia. O desenvolvimento deve ser homogêneo e por isto voltaram-se às tradições do século 19, preferindo partir de um período mais puro e sólido que foi o da classe burguesa em ascensão, do que desenvolver um elemento decadente ou a expressão dessa classe em decomposição. Assim procuram resolver o problema da expressão e da forma em conjunto. De fato, antes do advento do socialismo, o artista dava a impressão de estar na frente e de impulsionar o desenvolvimento da sociedade, porque o povo não estando no poder, ele representava de fato a vanguarda. Mas hoje nos países socialistas, o povo estando no poder, a classe revolucionária está na frente; o artista que marcha ao lado do proletariado, deve estar na linha do progresso e não ao lado das tendências da última fase da burguesia.

Acham eles que a crise da música contemporânea é terrível e devemos voltar à música para o povo, mas não de modo subjetivo, afim de que ela cause boas idéias, incentive as boas ações e seja algo ligado à sociedade. O «Belo» no sentido humanista deverá expressar este novo ideal. Para nós a obra de Shomberg e algumas de Strawinski carecem de «beleza», por não terem contato com a massa, servindo unicamente um pequeno círculo privilegiado. Formalista é assim toda criação segundo o princípio de «arte pela arte» sem olhar a necessidade de achar uma relação entre esta arte e a sociedade em que vive o criador. É comum

entre artistas que criam para si próprios declarações como esta «eu sinto assim», não se importando que sua arte seja ou não compreendida. A expressão «minha arte será compreendida no futuro» é uma espécie de consôlo com que o artista procura justificar-se. Deste modo fica bem claro que existem duas atitudes: o que escreve sem pensar em ser compreendido e o que procura ser útil com a sua mensagem, buscando uma relação com o povo. Um dos autores lembrados como exemplo foi Bela Bartok: a delegação húngara citou o fato de ter sido cantada, há um ano a «Cantata Profana» de Bartok por operários, e com grande sucesso. Este grande mestre, de fato construiu sua obra, procurando quase sempre ligá-la com a tradição popular.

* * *

Nós os compositores progressistas, que acreditamos na força nova que é o proletariado, não devemos desperdiçar energias quase inúteis, para fazermos indiretamente o jogo da classe dominante, ajudando a afirmar-se o conceito de «arte pela arte», participando do movimento abstracionista, colaborando enfim no ponto de vista de que o artista está desligado da sociedade, que ela reflete o seu interior, ficando desprovida de senso e realidade a participação que ele deve ter na luta ao lado do povo e na defesa da real cultura.

Homem e artista é uma coisa só, são um todo que deve ser homogêneo e consequente. Os abstracionistas, os expressionistas etc., frequentemente, como homens, têm idéias mais positivas do que suas obras, cometendo assim um grave erro desligando as duas coisas: sua arte e sua atividade em face do problema social. E é justamente o que deseja a burguesia, ver o artista isolado na sua torre de marfim, desligando sua arte da realidade, desligando-se da vida, porque ela bem compreende a importância da obra de arte em função da luta pelo progresso e pela humanidade. Não é por acaso que são amparados artistas como Sartre e seu existencialismo, pessimista e negativo. Felizmente não é apoiado pelo que há de melhor na intelectualidade francesa, principalmente entre a juventude que está voltada para a causa do progresso e das tradições de luta do seu povo. Não é por acaso que o problema ideológico é deixado de lado. Permanecem em discussões, o mais das vezes, estéreis, dando tal importância a parte técnica de uma obra, a ponto de fazer comparações matemáticas gerando uma série de construtivismos discutidos e explicados com requintes de engenhosidade. O problema fundamental que é o problema estético e ideológico, é quase relegado ao esquecimento. Por exemplo o manifesto Futurista de Marinetti e outros... Esta maneira de encarar a arte, levou aos maiores exageros, e gerou uma série de caminhos super-individualistas e egocêntricos, nos quais a arte não passa de um jogo

onde o importante é fazer diferente dos outros, não importando que só o autor o compreenda, ou que até ele não o compreenda...

É tempo já de por o pé em terra e acabar com a concepção de indivíduo criada pela sociedade burguesa, com a concepção absurda do ideal de arte pela arte, da preocupação de fazer escolas de tôda sorte de ismos. Nada mais desejam os inimigos da cultura e da arte a serviço do povo que o afastamento e isolamento do artista.

O conteúdo mórbido e pessimista da maioria das obras atonais, é negativo, porque leva o ouvinte a estados de contemplação e abatimento moral, tirando-lhe as forças e otimismo para lutar. Este problema que me preocupa depois de 1945, foi objeto de longas discussões com Koellreutter, sem chegarmos a um completo esclarecimento da matéria. Hoje, o esclarecimento está feito, sobre a função que deve ter a obra de arte, e é preciso agora trabalhar nesse sentido, procurando a realidade positiva que deve ter a criação artística. Esta realidade deve ser procurada e fundamentada, por cada povo, por cada nacionalidade, para que esta linguagem, além do conteúdo positivo, reflita também o aspecto característico do povo, baseando-se na canção e ritmo popular. Esta escolha deve ser cuidadosa e não arbitrária como já o foi muitas vezes nos nossos compositores folcloristas, porque a manifestação da massa, nem sempre teve um caráter positivo, por exemplo os cantos dos pretos escravos resignados com sua sorte e inferioridade tem um caráter negativo e apresentam-se para nós somente como um valor histórico social, para o estudo étnico, mas tem um lado perigoso para aproveitamento n'um sentido construtivo. Por isso, aconselho o estudo aprofundado do folclore comparativamente à evolução social, às diversas etapas de luta, para aproveitarmos não só o seu lado positivo, mas também a experiência do seu desenvolvimento histórico. A classe nova não quer **destruir** ela quer **construir**. Ajudar a desintegração desta classe velha e decadente, deve ser o lado positivo desta arte, mas ela corre o grande perigo de que já falei acima e, torno a repetir: fazer o jogo indiretamente desta mesma classe ainda dominante. As resoluções do 2º Congresso Internacional de Compositores e Críticos de Música realizado em Praga, apresentam um caminho a seguir, uma bússola que nos indica se estamos marchando para a frente.

Sejamos consequentes com nossas idéias na nossa arte, e não tenhamos receio de proclamar que não é do alto da torre de marfim que falamos ao povo, é participando de suas lutas que poderemos refletir, em nossa arte, um conteúdo verdadeiramente democrático e progressista, na defesa dos justos ideais de desenvolvimento social, em prol da humanidade, da paz e da verdadeira nacionalidade.

Não tenhamos receio de causar a impressão de estarmos dando um passo atrás (como disse a Dra. Lissa, musicóloga polonesa), porque se de fato temos um novo caminho a construir, devemos olhar

a realidade e não partir de um sistema decadente, mas de uma etapa que constituiu um período de acensão desta classe hoje superada. O impasse a que chegou a arte abstrata, desligada completamente da realidade, não pode continuar, para aqueles cujo desejo é participar, com sua mensagem, na luta pelo progresso e pelo desenvolvimento da cultura para todos. O absurdo das tendências super individualistas, a preocupação de ser original é estéril e incognuente. Não se constrói pensando em si, mas se constrói pensando realizar algo de concreto para uma finalidade social mais ampla. A história nos mostra fatos semelhantes; por exemplo na época de Bach, representante mais importante do Barroco, surgiram novas tendências que pareciam retrocesso, pois não usavam a complexidade polifônica de Bach; na realidade, porém, iniciaram um novo caminho, o sinfonismo com a orquestra de Manheinn, e não preciso lembrar o magnífico resultado que se chegou até os nossos dias.

Assim, se queremos construir algo de novo, notemos exemplos ainda recentes na nossa música de um Glauco Velasques, estudioso pesquisador que queria desenvolver a música baseando seu trabalho no folclore; de um Vila-Lobos e de um Camargo Guarnieri, que realizaram em algumas de suas obras algo que ficará, porque elas representam um aspecto positivo, isto é, a influência da canção e do ritmo popular, tão ricos em nossa terra. As nossas culturas regionais quase inexploradas, estão esperando que se dê um passo definitivo lançando bases ideológicas, diferenciando dos nacionalistas pelo conteúdo que devemos introduzir e pela consequente nova forma a que devemos chegar. A razão pela qual êstes compositores não conseguiram realizar uma obra cem por cento para o povo, e de seu valor espiritual, dando a impressão mais de um exotismo, que nasceu da imitação dos movimentos nacionalistas aparecidos na Europa. A mentalidade burguesa que se aproveita do elemento nacional, em seu próprio benefício, não contribui para o engrandecimento da cultura popular, procurando o equilíbrio entre a chamada música popular e erudita. Tais movimentos pouco adiantaram, no nosso sentido ideológico, e há muito a fazer porque estando desligados dos movimentos de massa, dos movimentos progressistas, desligados da evolução social, não produziram, portanto, maior número de obras de caráter positivo; acertando porém, as vezes, pelo fato de utilizarem um elemento que por ser tão forte e poderoso, se sobrepunha às intenções e conseguia afirmar-se por si só: o elemento da canção popular, o canto espontâneo do povo. Lembro aqui alguns exemplos: o caminho traçado por Vila com alguns «Choros», o de Flauta e Clarineta, e alguns para orquestra; de Camargo lembro os «Ponteios», algumas obras para canto, sua «Toada» para Orquestra de cordas. Creio que representam caminhos a refletir. (Não é a intenção dêste artigo analisar a obra dos compositores brasileiros e a omissão de algumas obras e autores, não quer dizer que os considera num plano inferior em relação ao desenvolvimen-

to da nossa música). Cito dois exemplos para mostrar alguns caminhos. O nosso vasto Brasil é ainda quase inexplorado no seu manancial de cultura popular: o norte, o nordeste, e o sul com seus inúmeros ritmos e canções.

É verdade que a «chance» de Vila-Lobos e de sua geração foi grande porque encontraram êsse manancial ainda virgem, o que não mais acontece agora, pois o «Jazz», apoiado pelo capitalismo monopolista norte-americano, invadiu a nação e corrompeu quase completamente a manifestação espontânea e pura da nossa música. Não resta dúvida de que a culpa cabe também, em grande parte, aos instrumentadores que, para «viver», arranjavam-se facilmente aplicando fórmulas harmônicas e instrumentais a maneira americana. É fácil, e sôa bem sobretudo ao diretor da companhia de gravações ou ao diretor artístico da Rádio, que fazem parte de empresas monopolizadas e pertencendo direta ou indiretamente ao capitalismo norte-americano. Digo direta, quando sua montagem é financiada diretamente, e indireta, quando o anúncio de seus produtos são pagos em gordas quantias que sustentam as estações de rádio e as mantêm sob o jugo de seus interesses e preferências... A tragédia é que, sendo o rádio um instrumento importante de propaganda, transmite pelo interior do país, tôda esta arte estandardizada e comercial, influenciando os nossos cantadores, deformando tôda aquela pureza e frescura ingênua nos improvisos dos conjuntos regionais. Tive esta prova quando assistí, há uns 3 anos atrás, a uma audição na Escola Nacional de Música com gravações colhidas no interior de Minas pelo serviço de Folclore. A música era uma canção colhida na rua, de autêntico conjunto regional: uma voz, um violão e uma clarineta. Quando a clarineta começou a fazer o seu improviso a maneira regional, qual não foi a minha surpresa ao notar a semelhança com o que se chama de «Hot» no «Jazz». Isto mostra que mesmo para defesa do nosso patrimônio musical, a solução do problema da nossa independência econômica é o único meio de sair desta escravidão a que estamos sujeitos, imposto pelo mais audaz e cínico imperialismo que conhece a nossa história. Apelo daqui ao nosso povo, para que reaja na defesa da nossa cultura popular, para que ela não seja despedaçada pelo novo inimigo da humanidade: o fascismo disfarçado, o imperialismo americano.

* * *

Só será universal a arte que estiver ligada à tradição e ao povo, porque os povos compreendem-se melhor quando ligados pelas suas manifestações espontâneas e livres, traduzidas na sua simplicidade numa manifestação de arte, que os une ao mesmo sentimento de coletivismo e alevantamento, pelo progresso, pela paz e bem estar de seu semelhante.

Realismo e Abstracionismo

E. DI CAVALCANTI

A conferência que pronunciei no MUSEU DE ARTE e que intitulei «Os Mitos do Modernismo», tem servido para motivos de discussões nos meios artísticos. Algumas dessas discussões eu tenho assistido. Observo que há uma série de malentendidos em torno de minhas opiniões, e sobretudo no que se refere à participação do artista na vida social de seu povo.

Hoje em dia, a sociedade, mais do que nunca, é dominada por uma casta, esta casta possui a mais estreita concepção do que seja uma sociedade humana, e isto porque chegou ao poder por um processo ininterrupto de aviltamento do homem. No momento, o pensamento de seus dirigentes é a guerra, guerra comercial, guerra industrial, guerra total.

A casta dos dirigentes em tôdas as partes do mundo nega-se a dar aos homens o mínimo de tranquilidade porque é grande o medo que ela tem de ver os homens se entenderem. Dêsse medo, nasce nela uma crueldade infantil, uma vontade de tudo destruir em torno de si para, com os destroços, edificar um mundo a seu agrado: um mundo insensibilizado, monstruosamente policiado, uma penitenciária modelo para a prisão perpétua da humanidade.

Se há uma luta social pela democratização do homem, há uma luta contra essa casta dirigente que acuso. Assim, quando falo da participação do artista na vida social de seu povo, prefiro vê-lo na luta pela dignidade do homem contra a prepotência: é a única posição que se espera de um artista independente. Não cuido de levar o artista para uma corrente política determinada como querem alguns dos meus contraditores. Quero o artista independente, mas conscientemente independente, não o quero julgando-se livre quando apenas goza da impunidade dos alienados, único privilégio que a sociedade dominante lhe oferece.

* * *

Ora, minha crítica ao anarquismo modernista vem da seguinte observação: uma arte que, deliberadamente, se afasta da realidade, que submete a criação a teorias de um subjetivismo cada vez mais hermético que leva o artista ao desespero de uma solidão irrepa-

rável, onde nenhum outro homem pode encontrar a sombra de um seu semelhante, é uma arte humanamente inconsequente. Espera-se a renascença da humanidade pela compreensão entre os homens? Ou perdemos a noção da vida humana? Será a arte apenas um mecanismo frio da inteligência?

* * *

A minha crítica ao anarquismo modernista é de aspecto moral e filosófico, não me demoro na análise das concepções técnicas da pintura ou da escultura e muito menos da arquitetura.

É evidente que êsses aspectos técnicos são a exteriorisação do estado de espírito dos artistas dominados por uma concepção estética, e essa estética decorre de uma concepção social da vida. Criticando a filosofia do anarquismo modernista, sou levado, em parte, a criticar a técnica modernista.

Batendo-me pelo realismo, sou obrigado a condenar o que há de anti-representativo da realidade em certas obras modernistas. Entretanto, não aceito uma cópia do real sem participação do que o artista possui de poder inventivo ou interpretativo. Seria tirar da obra de arte o que ela possui de próprio, seria tirar sua razão de ser.

O realismo é sempre rico quando não se limita a um exercício habil de reprodução da realidade — é o realismo dos atenienses, dos venezianos da renascença, de Courbet, Corot, Daumier, Renoir, Degas, e mesmo Picasso, na sua fase anterior ao cubismo. Pode haver hoje um realismo que não menospreze as pesquisas técnicas modernistas? Sim.

O que acho, porém vital, é fugir do abstracionismo. A obra de arte dos abstracionistas tipo Kandinski, Klee, Mondzain, Arp, Calders é uma especialização estéril. Êsses artistas constroem um mundinho ampliado, perdido em cada fragmento das coisas reais: são visões monstruosas de resíduos amebianos ou atômicos, revelados pelos microscópios de cérebros doentios.

Ir o artista buscar alimento para a imaginação nesses desvãos do mundo, não me parece obra da razão. E, o necessário para que o homem seja humano é que guarde seu raciocínio equilibrado. Os apologistas dessa arte, como o sr. Léon Degand, ora entre nós, possuem uma verve terrível que consiste em acumular definições para definir o indefinível. Muitos, para justificar a inatualidade de seus abortos estéticos, invocam a tirada de Paul Valery: «Le faux et le merveilleux sont plus humains que le vrai».

* * *

Mas, há um ponto básico na luta pelo realismo em nossa época, e isso é muito importante — ele não pode fugir à evolução social, portanto à evolução artística. Criar em arte é trazer qualquer coisa de novo ao mundo, mas, também na luta dos criadores há o período do ajustamento de suas criações à compreensão do público. Cabe ao artista procurar essa compreensão. O realismo de hoje, depois de tôdas as experiências de nossa época, não pode ser puramente formal, deve revestir-se de uma nova estrutura, ir bem ao fundo das coisas e dos seres. Esse realismo deve ser também defensivo, servindo para salvaguardar o homem de uma deformação completa de sua existência.

* * *

Não há em nossa posição a favor do realismo, no reconhecimento da sua atualidade histórica, gesto de quem se apaixona, de quem procura impor uma predileção.

A polêmica em torno do realismo e do abstracionismo é hoje meio de elucidação dialética dos problemas estéticos de nossa época quando se deseja compreender a totalidade do homem — sua completa humanização.

Não julguem os srs. Luiz Martins e José Lins do Rego que dar liberdade a alguém e sobretudo a um artista para que escolha **livremente** sua posição estética, seja dar-lhe independência. É puramente teórico, e da pior teoria, uma escolha livre por parte do homem quando ele se afasta da razão social da existência. O grau de cultura determina a sua escolha (e fiquemos aqui no campo da estética), o instinto é hoje, mais do que nunca, sofredor pela razão, dadas as condições objetivas e práticas da vida, e a teoria romântica do gênio para ser realizada necessitaria de uma completa transformação econômica da sociedade no sentido da humanização das relações práticas de indivíduo a indivíduo e do indivíduo com a sociedade. Se da estética de Kant para a de Hegel há um grande passo e desta para a de Marx ainda outro, deve ser estudando a obra de arte e o artista do ponto de vista histórico cultural que poderemos nos satisfazer nessa tomada de posição pelo realismo, por acreditar ser essa tendência a mais consequente e humana para o artista em face da sociedade.

«Kant diz que toda a obra de arte apresenta um conjunto harmonioso, uma unidade de estilo. Levando essa característica ao absoluto ele viu em cada obra de arte um todo bastando-se a si mesmo — obra de uma atividade humana livre, puramente subjetiva, despida de condições exteriores. As teorias de arte como jogo, livre atividade individual, desinteressada e gratuita vem direta ou indiretamente de Kant. Assim o **valor** e o sentido da obra de arte residem unicamente na sua estrutura interior, tornando-a um **todo**

independente de qualquer condição histórica e social, livre de condições exteriores.

Hegel criticou profundamente Kant. Demonstrou que a obra de arte possui evidentemente uma unidade orgânica, a qual se caracteriza em um sentido pela subordinação dos **meios** (técnicas, emoções e sentimentos do criador, idéias etc....) a êsse **fim** puramente interno. Mas demonstrou, contra Kant, que isso não passa de uma característica **formal** de toda obra de arte: era o que definia de maneira geral a forma estética. Ora essa forma tem necessidade de um conteúdo. Ela exprime, ou ela procura exprimir êsse conteúdo. De onde nasce êsse conteúdo? Da totalidade do mundo, ou, como diz Hegel, da **idéia**.

A idéia absoluta se apresenta sob o aspecto da beleza. Como a idéia absoluta, a idéia da beleza se realiza, se encarna nas diferentes etapas da história. A arte possui portanto uma história. A cada momento dessa história as obras de arte verdadeiramente belas absorvem e exprimem sensivelmente a totalidade da vida humana e espiritual. Essa totalidade **nesse momento** eis o conteúdo ao qual a obra de arte dá uma forma estética; o artista inconscientemente inspirado pela idéia apreende uma parte menor ou maior dêsse conteúdo — dessa totalidade — para encarnar uma obra que, por sua vez, se apresenta como um todo, como uma forma estética.

A arte liga-se, segundo Hegel, à atividade pela qual o homem transforma a natureza em atividade prática; o homem torna-se seu próprio objeto de produção, agindo sobre a natureza no curso de um longo processo histórico. A arte é assim a **forma** superior dessa atividade pela qual o homem apropria-se da natureza em geral e de sua própria natureza em particular.

Marx enriqueceu e aprofundou essas noções, precisando a razão de existência das coisas, sua materialidade. Recebendo de Hegel a noção de que o homem se criou por sua própria atividade no curso do passado, assim continuará no curso imenso do futuro; de sorte que **a história não é mais do que a produção do homem pelo trabalho humano**» (1).

Hoje também querem pensar assim alguns católicos que se entregam à humanização pelo trabalho e mesmo para eles não é mais insurrecional combater-se a idéia quase sagrada da propriedade privada — fundamento econômico antiquado e as vezes até irracional, que atua em todo o desenvolvimento das relações humanas.

Em Marx todos os problemas estão ligados ao enriquecimento do homem no curso da história através da criação de novos poderes humanos, novos objetos, novas necessidades, relações novas entre um ser humano e outro ser humano — relações evidentemente sociais.

(1) Introduction à l'esthétique par Henri Lefebvre — **Arts de France** n. 19-20 — pgs. 44 e 45.

A evolução artística está prêsa a êsse enriquecimento das relações humanas, ela está prêsa a uma compreensão total dos problemas do homem, ela deve refletir essa compreensão. Deve portanto o artista sentir a vida que vive como qualquer outro homem e talvez mesmo mais profundamente do que qualquer homem para que êle seja um artista vivo.

O drama do abstracionismo liga-se à incompreensão ou à ignorância, por parte do artista, do que seja a absorção da totalidade das coisas pelo indivíduo. O mundo pertence ao artista quando êle o domina socialmente, quando êle o representa (pelo instinto ou pelo conhecimento) como os outros homens desejariam vê-lo ou poderiam vê-lo se possuissem meios de representá-lo. A verdadeira obra de arte é uma síntese. O complexo da totalidade das coisas vive nela idealmente por um lado e concretamente por outro, porque a obra de arte é uma realidade, a única realidade que o homem (o artista) conhece totalmente porque foi o seu criador. Uma obra de arte que vive só idealmente, não existe é aí sim, uma abstração. Se o lado concreto representar qualquer coisa sem idealização, e for incompreensível, também não existe obra de arte.

Há uma origem na obra de arte ligando-a ao destino do homem. Sem o homem não há arte. A arte que não representar uma razão humana é obra defeituosa. A necessidade da arte ser humana, é, portanto, imprescindível, para que ela represente seu papel na história, que é o de criar cada dia mais e de maneira mais rica, coisas que dêem ao homem um testemunho de sua capacidade de sentir e compreender a vida.

Antonin Artaud, e ninguém poderá dizer que êsse poeta surrealista, que a morte levou tão cedo, era um politizante da arte, escreveu no seu estranho livro sôbre Van Gogh: «Une exposition de tableaux de Van Gogh est toujours une date dans l'histoire, non dans l'histoire des choses peintes, mais dans l'histoire historique tout court».

As datas da história marcam-se simbólicamente, mas êsses símbolos não escondem as razões de seu aparecimento. Van Gogh era a exaltação dramática da realidade das coisas e dos seres. A natureza era dêle, inteira, completa, e se há pintura que se realize de maneira mais realista é a de Van Gogh.

A realidade de Van Gogh, na sua supremacia artística, nada perde por desejar seguir a natureza. É tão forte êsse desejo, que as coisas e os seres (paisagens e figura) de um quadro de Van Gogh são a vida, a vida apresentada dentro do quotidiano, falando a linguagem simples de cada hora. Nada há de sublime, dêsse sublime literário, é tudo sal, tudo é alimento, produto que não se estiola ao ar livre. E a arte é um **produto**. Assim temos de considerá-la para que possamos reconhecê-la social e humana.

Aqueles que ainda se apegam a uma concepção desesperada da arte pura, não realizam o que é uma obra de arte no desenvolvimento histórico da sociedade.

Assim como se faz uma história sob o controle espetacular dos heróis, cria-se a arte à sombra dos mitos. E hoje, quando se proclama como arte de nosso tempo o abstracionismo, o surrealismo ou todos os outros cacoetes metafísicos do anarquismo modernista, caminha-se numa rua estreita, só agradável para aqueles refinados que amam a podridão.

Aceito ser essa arte representativa do gosto de um pequeno núcleo de uma classe cujo ciclo de vida cai na decadência para não dizer na degenerescência. O artista que se apegue ao abstracionismo ou a outro qualquer modernismo metafísico, continua, entretanto, numa situação social deprimente, como a de todo aquele que não quer livrar-se do prejuízo do individualismo.

A condição social do artista de nossa época, e sobretudo no Brasil, é a de um pária, e a classe dominante ama ter a inteligência sob seu controle. Seria impossível acreditar-se um artista realista no meio altamente burguês se esse artista **revolucionário** levasse sua concepção do que seja a realidade a um plano humano.

A revolução, do anarquismo modernista destes últimos tempos, não é revolução, é uma conjuração doentia de indivíduos à margem da sociedade de seu tempo.

E a sociedade viva de nossa época é a sociedade que se altera na força do trabalho humano pela inteira dignidade da razão.

NOTAS

A partir de seu próximo número, FUNDAMENTOS reservará parte desta seção para comunicações e correspondência de seus leitores, bem como para resposta a consultas de interesse geral que lhe sejam enviadas. Iniciará também uma seção de registro e crítica de livros.

Custo de vida

Os últimos dados publicados pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo demonstram que nos meses de abril e maio, últimos, ocorreu uma elevação sensível no custo de vida nesta capital. Os índices publicados são de duas categorias: da classe trabalhadora e da classe média. Tomando como base de comparação o mês de dezembro de 1946, os meses de dezembro de 1947 e maio de 1948 acusaram sensíveis aumentos.

Índices	Dezembro 1946	Dezembro 1947	Maio 1948
Classe trabalhadora	100	111,3	122,8
Classe média	100	112,7	120,0

De acôrdo, ainda, com as informações do Departamento de Cultura, é a alimentação, tanto para a classe trabalhadora como para a classe média, o item de despesa que mais pesa no orçamento familiar.

Os pesos dos diversos itens de despesa, nos orçamentos familiares da classe trabalhadora e classe média, são os seguintes:

Itens	Classe trabalhadora %	Classe média %
Alimentação	56,84	34,00
Aluguél	16,10	25,00
Vestuário	11,09	13,00
Combustíveis	4,64	3,00
Assistência médica e dentária e medicamentos	2,20	2,00
Cigarro e fumo	2,18	3,00
Artigos de limpeza doméstica	2,13	3,00
Móveis	1,55	2,00
Transporte	1,95	3,00
Diversos — Impostos e dívidas, imprevistos, diversões, educação	1,27	12,00
	100,00	100,00

Em relação ao ano de 1939, os índices de custo de vida, da classe trabalhadora e da classe média, nos meses de dezembro de 1945, dezembro de 1946, dezembro de 1947 e maio de 1948, foram os seguintes:

Índices	Dezembro 1945	Dezembro 1946	Dezembro 1947	Maio 1948
Classe trabalhadora	237,9	296,5	330,1	364,2
Classe média	207,7	252,6	284,7	304,2

Durante um período de 1947, parecia que as medidas tomadas pelas autoridades federais para reduzir os meios de pagamento, e assim, a espiral inflacionária estavam produzindo resultados. Entretanto, é evidente que a queda da produção em todos os setores, principalmente na agricultura, fez com que o volume de mercadorias oferecidas no mercado fosse sendo reduzido continua e aceleradamente. Assim, não obstante tenha sido sustada a emissão monetária, o processo inflacionário persistiu e continua a agravar-se em virtude daquela redução cada vês mais pronunciada de mercadorias em disponibilidade no mercado. É compreensível, portanto, a continuação do aumento do custo de vida e procedentes os reclamos, principalmente da classe trabalhadora, por aumentos sensíveis nos salários.

R. B. C.

Truman-Dewey x Wallace

A vida política nos países capitalistas caracteriza-se pela confusão verdadeiramente caótica com que os problemas se apresentam ou são apresentados à consideração do povo. Na época de eleições a confusão atinge ao paroxismo. É difícil, a uma análise menos aprofundada, reconhecer o verdadeiro jogo dos interesses em choque, tais as mistificações e as simulações que turbam a atmosfera da luta política. No entanto, é sempre possível desmascarar as verdadeiras razões das atitudes dos líderes políticos ou dos partidos, examinando de perto os interesses dos grupos em luta.

Com este aspecto, pode-se verificar que a luta nos Estados Unidos, em torno das próximas eleições, é muito menos uma disputa acirrada entre dois grandes partidos nacionais, como nos querem fazer crer, do que a luta surda dos monopólios através dos dois partidos dominantes, contra a organização do povo em um partido que exprima seus interesses. De fato, vemos que o eixo das campanhas eleitorais tanto dos republicanos como dos democratas, deslocou-se para o combate ao 3º partido, ao partido de Wallace. O pretense antagonismo entre os republicanos e Truman é uma luta de fachada. Enquanto o candidato republicano e seu partido fazem declarações públicas de extremo reacionarismo no terreno da política interna e externa, Truman e o partido democrático afetam, como manobra eleitoral, uma posição liberal para conquistar o eleitorado rooseveltiano. Mas, na prática, a política do governo americano é uma única, de orientação bipartidária, o que vale dizer que os dois partidos são uma única expressão, bifronte, do asoberbamento da máquina estatal pelos monopólios e grandes corporações. A prova é que os representantes democratas na câmara e no senado votam com a maioria republicana em todas as questões fundamentais para os interesses do grande capital. De outro lado, Truman executa todos os atos administrativos que interessam a essas poderosas forças, embora interponha, aqui e ali, um vetozinho para efeitos eleitorais.

O lançamento da candidatura Wallace introduziu um novo fator. Sua plataforma de luta pela paz, pela efetivação das franquias democráticas asseguradas pela constituição, pelo auxílio aos ex-combatentes, pelos seguros sociais, pela liberdade sindical e por outros itens de conteúdo democrático, sua legítima aspiração à continuação da política liberal de Roosevelt, despertaram uma verdadeira fúria nos círculos capitalistas que, a princípio, desprezavam sua campanha. A medida que ela tomava vulto, começaram a preocupar-se e a

engendrar planos para comprometê-la. Não demorou muito, e a insinuação começou a surgir de que Wallace estava ligado aos comunistas e fazia a política destes. Iniciaram-se as provocações que culminaram com a prisão do senador Taylor, candidato à vice-presidência na chapa Wallace, por ter o mesmo tentado entrar em uma reunião pública por uma porta obrigatória para os negros mas proibida para os brancos.

O clamor anticomunista que serve para desviar a atenção do povo americano dos graves problemas internos e para a propaganda guerreira contra a Rússia, serve também para preparar a legislação que restringe a liberdade sindical. A prisão, com grande espalhamento, dos líderes comunistas coincidiu com a votação, no congresso, da lei de obrigatoriedade do serviço militar. Ao mesmo tempo, várias mistificações, tipo plano Cohen, alimentam a histeria dos grupos abertamente fascistas cujas atividades crescem dia a dia. A revista "Time" noticiou recentemente, com indisfarçável simpatia, a reorganização, em grande escala, da Klu-Klux-Klan, organização terrorista anti-negra. Em Nova York fundou-se, há pouco, um clube do livro, constituído por elementos racistas que, baseados numa falsa declaração anti-semita de Benjamin Franklin, forjada por uma nazista, pretendem fazer propaganda anti-semita e contra os negros.

As inquirições do comitê Parnell-Thomas, as posturas governamentais sobre a lealdade ao estado, o projeto Mundt-Bill, e várias outras medidas, são o indício seguro de que o fascismo tem o bafejo oficial dos círculos que dominam a vida política americana.

Diante de tais ameaças é que a figura de Wallace se projeta cada vez mais como o verdadeiro continuador de Roosevelt, e o seu partido é o início, em bases irreversíveis, do movimento das grandes massas americanas pelo progresso de sua pátria e pela paz mundial.

J. E. F.

Navios Brasileiros Afundados pelo Nazismo

A "grande" imprensa do continente americano está levando a efeito uma campanha de silêncio e de inatividade em face do nazismo, como se ele tivesse sido totalmente liquidado com a guerra e não estivesse, entre nós e em outros países da América, inclusive nos Estados Unidos, exercendo a sua cavilosa atividade. A quebra do silêncio é feita por uma propaganda de endeusamento disfarçado, em torno dos amores duvidosos,

aventuras e obra dos cabeças do nazismo, manifestação de uma saudade que se explica perfeitamente diante da resistência que os povos têm oferecido aos assaltos à democracia.

Para refrescar a memória daqueles que, de dentro de nossa própria pátria, ajudaram a afundar os nossos navios e a assassinar os nossos combatentes, publicamos aqui alguns dados. Aos patriotas que não transigem com o fascismo, sob nenhum pretêxo, êsses dados serão de grande valia como documentação.

A tonelagem total de nossos navios, destruída pelos vasos de guerra nazifascistas, atingiu a 131.512, no valor de 650 milhões de cruzeiros ou cerca de 38 milhões de dólares. Comparada com a tonelagem que possuíamos em 1941, êsses afundamentos representaram a destruição de 27% de nossa frota mercante.

Em 1942 foram torpedeados e afundados 23 navios brasileiros, num total de 97.648 toneladas e valendo 488 milhões, 240 mil cruzeiros. Em 1943 perdemos 7 navios, com .. 33.864 toneladas, no valor de 163 milhões, 320 mil cruzeiros. Essas perdas e as dificuldades do transporte marítimo prejudicaram muito o comércio de cabotagem e redundaram em aceleração do desgaste e da depreciação de nossas ferrovias. As perturbações do transporte rodoviário agravaram aquela sobrecarga das ferrovias, que não foi compensada por uma renovação de equipamentos.

Milhares de patrícios foram massacrados na guerra contra o nazismo.

Ainda hoje, estamos sofrendo as consequências daqueles afundamentos, mas é de escandalizar e revoltar a solicitude com que são acolhidos e absolvidos os criminosos do nazismo, enquanto ex-combatentes brasileiros são metidos na cadeia por se rebelarem contra o arbítrio e a destruição da democracia em nosso país.

R. B. C.

REVISTAS

ESPRIT — Abril de 1948

"Esprit", revista de alto nível, sem qualquer compromisso com os partidos de esquerda ou de direita, dedica seu número de abril à análise do "Plano Marshall".

E estuda-os sob três aspectos gerais: 1) Pobreza do continente europeu; 2) O "Plano Marshall" na sua aparência e nos seus bastidores; 3) A França e a Europa em face do "Plano Marshall".

Uma simples nota não nos permite analisar, sequer superficialmente, o conteúdo dos estudos que formam o número 4 de "Esprit". Limitar-nos-emos, portanto, a destacar algumas das conclusões do editorial assinado pelo sr. Paul Fraisse no qual fixa o ponto de vista da revista em relação a França.

1) Os governos americano e francês, diante de um povo física e moralmente debilitado por oito anos de provações, aproveitaram-se da conjuntura, (como os demais governos europeus do bloco ocidental) para estabelecer uma política que se afirma como decidida a organizar uma barragem estratégica contra o comunismo e preparar uma guerra eventual contra os países do bloco da U. R. S. S.

2) No atual estado das coisas, votado e sancionado o "Plano Marshall", êste tornou-se inevitável, pois os governos europeus do bloco ocidental não podem (não querem ou não ousam, diríamos nós) dispensar a ajuda americana que lhes é oferecida unicamente sob a fórmula Marshall.

3) A originalidade — e a gravidade — do "Plano Marshall" é de não se apresentar como um empréstimo ou uma doação sob condições muito precisas e determinadas de cujos limites os governos europeus tivessem ciência prévia. Seu perigo reside no fato de ser um instrumento político em plena evolução. E na medida em que êle se concretiza, as vantagens econômicas que oferecia primitivamente tornam-se cada vez menores e correm o risco de serem anuladas pelos compromissos de uma política cada vez mais sujeita à estratégia militar e à guerra econômica. E essa política torna-se cada vez mais clara: A revolução de Praga é seguida pelo pacto de Bruxelas; a Itália, nas vésperas de suas eleições é ameaçada de ficar privada do auxílio americano caso a "Frente Popular" sair vitoriosa; Franco, unicamente por ser anti-comunista, é considerado um bom aliado para as democracias; Tsaldaris é apoiado na sua luta contra Markos. (E agora as discussões sobre a navegação do Danúbio). A Europa dos 16 já não é um grupo de nações empobrecidas que a boa América socorre, mas sim uma arma afiada: ela deve ser anti-comunista, interna e externamente, e preparar-se militarmente para fazer face a qualquer eventualidade. Hoje, quer se trate da Alemanha, da Palestina ou da Espanha, a política externa dos 16 é dirigida pelo Departamento de Estado Americano. Não podemos admitir tais coisas. A política de coalisão governamental francesa, que aceitou com aplausos os dólares e a linha da política americana, só nos pode levar ao retrocesso social e à guerra militar. O socialismo de uns e o cristianismo de outros não

lhes abriu os olhos, e eles só despertarão com a catástrofe se, desde agora, não formos bastante numerosos para gritar: alto-lá.

Esta é a opinião de uma revista considerada como uma das mais imparciais da França, mas que não se achou no direito de se conservar em campo neutro diante das ameaças que pesam sobre seu país. Que este exemplo seja aproveitado pelos nossos intelectuais que se julgam dispensados dos compromissos para com a pátria porque se consideram acima de mesquinhas necessidades cotidianas.

"Temps Modernes" a revista do sr. Jean Paul Sartre, o papa do existencialismo, tomou posição semelhante a de "Esprit" em face do "Plano Marshall".

Como se vê, além dos comunistas, uma grande parte da burguesia francesa, na defesa dos interesses econômicos, industriais e políticos de seu país (falamos de interesses franceses e não de fabricantes de canhões e banqueiros participantes do negócio da guerra), está convencida de que o "Plano Marshall", longe de representar um auxílio econômico para a Europa, representa um perigo imediato e crescente para a sua economia e para a paz.

G. N.

«Lettre aux Américains»

A revista "Economie et Humanisme" N. 34, de novembro-dezembro de 1947, editada em Lyon (França), publicou em separata uma carta do padre dominicano Joseph Lebre, dirigida aos americanos, a "todos os americanos de boa vontade", não obstante inicialmente o autor tivesse pensado em dirigí-la apenas "aos amigos de "Economie et Humanisme", esparsos por todo o continente americano". Essa carta do Pe. Lebre é a síntese das suas impressões, colhidas nos países da América por ele visitados, inclusive no Brasil, onde realizou conferências e pesquisas.

O conhecido pensador católico manifesta o quanto a realidade brasileira foi chocante para ele, que dela fazia, como tantos outros intelectuais franceses, um juízo completamente diverso, baseado em concepções e valores da realidade européia. "Peço-vos, portanto, que me comuniquéis a vossa reação em face da tentativa de interpretação que tomei a liberdade de apresentar-vos", são as palavras com que o Pe. Lebre ressalva a justeza de suas conclusões, atitude digna de um pensador que não teve o tempo suficiente para observar a nossa terra, nosso povo e nossas coisas.

Na América do Sul, diz Lebre, as primeiras perguntas que me foram dirigidas referiam-se ao comunismo e a Jacques Maritain.

Quanto à primeira série de questões, Lebre responde que em lugar de tremer diante do comunismo e de lhe desferir golpes a torto e a direito, sem indagar da verdade, sem a percepção dos problemas que lhe servem de base, é preciso examiná-lo cientificamente e sem paixão. Sugere a constituição de centros de estudo para a análise séria da obra de Marx-Engels, da estratégia e da tática leninista, da "experiência russa de planificação centralizada", como condição essencial para uma atitude leal e para uma ação eficaz. Toda acusação sem fundamento só pode prejudicar a causa evangélica.

Situar a oposição ao comunismo sómente sob o signo da força, sem a espiritualidade da libertação e sem o esclarecimento das massas, sem trabalhar no sentido de pôr em vigor uma estrutura social menos iníqua é uma traição aos povos. Lembra uma entrevista de Tristão de Athayde, em que esse líder católico brasileiro "assinala com justeza que é preciso evitar que sob o pretexto de oposição à ameaça de ditadura se restaure qualquer ditadura do tipo nazista".

Lebre impressionou-se particularmente com a miséria em que vivem as populações trabalhadoras do campo e da cidade no Brasil.

"Prestes tem razão, dialeticamente, quando se declara disposto a defender o capitalismo de seu país. Ele compreende que uma revolução é impossível com homens cronicamente sub-alimentados. É preciso produzir muito para refazer os homens. Para Prestes o equipamento industrial condiciona a ascensão das massas revolucionárias e a produção de líderes no seio do movimento operário".

Lebre diz que é preciso substituir o anti-comunismo ineficaz que tende a prevalecer, pela plena realização do homem como tal. Mas, infelizmente, são numerosos os que preferem "reinar" sobre um povo impotente. "Eis aí o maior escândalo".

Quanto a Maritain diz que ele "é a afirmação de um humanismo que pretende ser eficaz e integral". Refere-se a vários aspectos da posição filosófica de Maritain e afirma que a oposição sistemática a ele, o esforço feito para o convencer de sua heresia não produziu outro efeito senão o de chamar a atenção de todos para a sua obra. Cita as palavras de um eminente prelado que disse: — "Maritain — um filósofo cristão e um embaixador — mas nem messias, nem "herético".

Na segunda parte de sua carta, a que chamou — os verdadeiros problemas — Lebre acha que se tem dado excessiva impor-

tância às questões "comunismo" e "Maritain", pois, parece-lhe que existem outras mais fundamentais, tais como a de garantir a aquisição de bens essenciais para o povo.

O contraste entre a opulência das cidades do Brasil (Rio e São Paulo) e a miséria do povo impressionou profundamente ao Pe. Lebrete.

"Vi desfilar diante de mim, uma tarde, nos arredores de São Paulo, numa localidade suburbana, uma grande procissão de meninos, de meninas, de homens e mulheres. O trabalho se realizava principalmente numa indústria química que corroí o organismo dos trabalhadores. Um negro, vindo do Norte, onde deixara os seus, contou-nos a sua vida: morava num único cômodo, apertado com outras doze pessoas, salário mensal de seissentos cruzeiros, dos quais, a custa de privações, enviava a terça parte à mulher e aos filhos desesperados. A procissão desfila diante de nós como uma multidão de moribundos; os membros muito magros, a face ossuda e a pele pálida. Era como que um desfile que saísse de Buchenwald".

As populações rurais, diz o autor, sem propriedade, sem iniciativa, presas à terra mas sem ligações com ela, sem vida comunitária, sem oportunidade de instruir-se, "esses servos de um novo gênero, mal protegidos por leis sociais ineficazes inspiradas na legislação trabalhista de países adiantados", vivem sob o jugo com paciência, vagando de umas terras para outras, em marcha para um futuro incerto. Todas as moléstias de carência aniquilam essas populações. Elas vegetam, com falta de tudo, até de médicos e padres, incapazes de se libertar e de construir, por si mesmas, um melhor destino.

O Pe. Lebrete se refere ainda a um dos mais sérios problemas urbanos de nosso país, o da moradia, e trata da decadência econômica que aqui sentiu.

Ao abordar as providências que julga indispensáveis para enfrentar a situação que constatou na América, principalmente na América Latina, se preocupa com a formação de homens capazes de administrar, de organizar e de orientar. Aponta a responsabilidade dos grandes proprietários de terras que "parecem totalmente indiferentes à sorte precária dos camponeses que vegetam"; dos industriais "que investem as mais-valias colossais para multiplicar indefinidamente suas fábricas, regozijando-se pela falta de organização ou desorganização das forças operárias"; dos militares; dos funcionários inúteis que não sabem como matar o tempo; do governador de estado que só pensa em aumentar sua popularidade para atingir à presidência da república; do homem, de governo que lança seu país numa série de aventuras financeiras, econômicas e políticas, que

delapida as riquezas e que aniquila as próprias fontes de produção para aumento do seu prestígio. Todos eles personalidades desprezíveis e que, infelizmente, são legião.

Depois de analisar vários aspectos da vida social, econômica e política destaparte da América, o Pe. Lebrete afirma que "o anti-comunismo não construtivo ameaça assim transformar-se em ditadura. A reação anti-russa tem por reverso o avanço norte-americano".

Nas partes IV e V de sua carta, o autor analisa a influência norte-americana nos países da América. "Mas, o que predomina em relação aos Estados Unidos é a admiração e a imitação".

O autor trata ainda da expansão econômica norte-americana nos países latino-americanos, das contradições que observou entre os interesses dessa comunidade de nações e da atitude dos seus povos que "antes de mais nada, têm necessidade de gêneros de primeira necessidade".

Termina sua carta fazendo um apêlo aos católicos dos Estados Unidos para que ajudem o seu povo a compreender a sua missão perante o mundo e a necessidade de associar o seu destino ao dos outros povos. Subordinar tudo ao "alto padrão de vida americano" é uma traição à causa da humanidade. A América do Norte, aparentemente poderosa, ficará só um dia, e a união das vontades contrariadas se realizará progressivamente em torno da visão proletária de um mundo libertado pela revolta. O verdadeiro anti-materialismo exige o esforço generoso de todos, para ajudar os homens a ter com que viver.

R. B. C.

SCIENCE & SOCIETY 2º Trimestre de 1948

No feitiço gráfico primoroso que a caracteriza desde o seu primeiro número, veio a lume, recentemente, o nº 2 do volume XII de Science & Society, número da primavera de 1948.

Como sempre, Science & Society (3º East 20th — Street, New York 3, N. Y., U.S.A.) traz colaborações, e comunicações críticas de livros, de alto nível universitário.

Dois extensos trabalhos, em particular, dão especial importância ao último número desta revista americana que se publica em New York, sob direção de Bernhard J. Stern, e Edwin Berry Burgan, V. J. McGill, prof. Dirk J. Struik e outros. O primeiro é o trabalho de Cavendish Moxon, intitulado Psicoterapia para

Progressistas. Trata-se de um ensaio de metodologia psicológica e psiquiátrica em que o autor, reve documentadamente os diversos tipos de análise psicoterápica, citando e comentando as opiniões de autores clássicos no assunto como Freud, Rank, Ferenczi, Jung, Alexander, Reik e outros. Mas o ensaio de Moxon é também crítico. Partindo da tese de que a unidade das coisas encerra contradições e admitindo que, sob a análise psicológica, mesmo os comportamentos pessoais e sociais mais unificados, revelam tendências opostas, que se interpenetram e são irredutíveis, mas são mais ou menos integradas, Moxon, passa em revista: as teorias psicológicas básicas; os princípios objetivos terapêuticos, as tendências progressistas e reacionárias na psicoterapia, incluindo aqui a discussão de relatórios psicoanalíticos do prof. Freud e suas análises sociológicas, terreno em que Freud sustentava idéias de cunho nitidamente fascista, segundo o autor; a duração da análise; meios técnicos para os fins progressistas; os critérios da sanidade; os sonhos diurnos e noturnos; a associação livre e o controle da conversação, e finalmente a preparação para o encerramento da análise. Em todos esses capítulos, o autor examina o trabalho de outros psicólogos inclusive as contribuições mais recentes da Dra. Horney, de Weiss, Rank e outros. Infelizmente a clareza do texto não está de acordo com a capacidade de clareza da língua inglesa, e, a terminologia empregada por força do próprio assunto e da originalidade das formulações do autor, tornam seu artigo de leitura pesada para os que são inteiramente leigos no assunto.

O outro trabalho de fôlego do número em apreço, é o estudo crítico da obra de Toynbee, de Charles Trinkaus, denominado "Toynbee constroi a História". Trinkaus diseca a obra de Toynbee revelando as suas múltiplas insuficiências, e inconsistências, demonstrando o seu caráter essencialmente reacionário. Este último aspecto de Toynbee, aliás, não escapou a argúcia de Astrojildo Pereira, que em artigo para o "Jornal de Debates" (6-8-48), denuncia o negativismo e o pessimismo do pensamento daquele autor, revelado para a revista "Realidad" de Buenos Ayres. Trinkaus estuda sistematicamente as idéias de Toynbee sobre a história, examinando-as a partir da sùmula de sua obra, publicada sob o título "A Study of History", atualmente um "best-seller" nos EE. UU., mas referindo-se com frequência ao texto por extenso dos seis volumes já publicados. Toynbee prepara, no momento, os três volumes finais de sua obra, que, em suas palavras pretende: "O que nós propomos é tentar fazer para as espécies "civilizadas" da sociedade, alguma coi-

sa do que a atropologia está fazendo para as espécies primitivas". Trinkaus não tem dificuldades em enquadrar a obra de Toynbee num esforço renovado para estudar as civilizações dentro de um ponto de vista semelhante ao de Spengler, de que o grande momento de triunfo mecânico da civilização é o seu momento de maior fracasso espiritual, e de demonstrar que as promessas de Toynbee em determinar as leis de desenvolvimento da sociedade civilizada se frustram em esperanças e receios que em nada resolvem, antes alimentam (entretêm) a perplexidade com que a civilização "ocidental" vê o após-guerra. Trinkaus caracteriza de maneira geral o pensamento de Toynbee como sendo "desconfiante da democracia, temeroso do socialismo marxista, devotado à religião organizada, cauteloso e conservador, não progressista". E passa então ao exame de suas teorias e formulações ao longo dos alentados volumes da obra original, destacando os pontos principais: sua teoria do "genesis", "crescimento", "colapso", e "desintegração", das civilizações; sua classificação das civilizações em 21 espécies, 1 das quais ainda existentes; sua explicação pela doutrina do "aparentamento-filiação" do nascimento de uma civilização da outra, sua concepção do indivíduo na sociedade, em que se apoia no holismo do Mal. Smuts, em Bergson e em Whitehead, e pela qual desemboca numa concepção carlyleana e fascistilizante de herói e super-homem, e numa teoria de elites, de uma minoria criadora, sua concepção mítica e mística a um tempo do destino religioso do homem em direção a um estado ecumênico (eufemismo extremamente elegante para o fascismo); e muitos outros conceitos menores de Toynbee são criteriosamente dissecados por Trinkaus, faz patente que Toynbee apesar de seu propósito sério de analisar objetivamente as civilizações, não chega a transcender a sua posição de diretor do Instituto Real de Problemas Internacionais da Imperial Inglaterra.

O trabalho maciço de Toynbee não passaria de mais uma tentativa erudita de interpretação idealista da história, se não fôsse o interesse com que alguns mentores do imperialismo americano no plano ideológico não estivessem empenhados em projetá-lo como um dos sistemas de pensamento de nossa época. De fato, o sr. Henry Luce, poderoso magnata da imprensa americana, de há muito vem utilizando seu aparelho de propaganda da sua espúria doutrina do "século americano" para o lançamento da ordem das discussões do maciço esforço de Toynbee. No Time (Março, 17 de 1947) faz publicar uma longa e confusa análise da obra de Toynbee a sair sob a forma de sùmula naqueles dias. O livro tornou-se um "best seller". E de então para

cá são frequentes as referências na imprensa e na crítica americana à grandiosidade e profundidade da obra de Toynbee. Entre nós, ao que parece, ainda não emergiu do caos de nossa perplexidade um expositor do novo filósofo. Mas os reflexos da cultura anglo-saxônica estão se tornando cada vez mais frequentes e não será de admirar que um destes dias apareça entre nós um Gilberto Freire ou outro pensador que nos venha escoar a importância cultural, fundamental, (para o século americano) da obra de Toynbee.

S. & S. traz ainda importante trabalho de James S. Allen, parte de um novo capítulo do seu clássico: "A questão negra nos Estados Unidos", no qual trata da mecanização agrícola do algodão, trabalho particularmente interessante para os leitores que interessarem pelo estudo principal desta edição de Fundamentos.

No capítulo das comunicações e críticas de livros S. & S. traz a seguinte matéria: sobre o mecanismo da linguagem de Morris Swadesh; uma crítica interessantíssima do Prof. V. Gordon Childe sobre o livro "Um ensaio sobre o pensamento especulativo no Oriente Médio antigo" de H. H. A. Frankfort, John A. Wilson Thorkild Jacobsen and Willian A. Irwin; nota sobre os relatórios de guerra dos Generais Marshall e Arnold e do Almirante King; comentários de Marvin K. Opler sobre a legislação americana em relação ao japonês durante a guerra; nota importante de Myra Page sobre o problema do negro no Sul dos Estados Unidos; e comentários bibliográficos sobre os livros recentes de Maurice Dobb, Dyson Carter e Sidney Finkstein, sobre o desenvolvimento do capitalismo, a ciência e a arte, respectivamente. Como se vê S. & S. é uma revista de leitura obrigatória para quem desejar conhecer o pensamento progressista americano e quizer livrar-se em suas informações a respeito da distorção sistemática feita pelos trusts publicitários americanos, dos quais a revista Time é o exemplo mais típico.

J. E. F.

POLITICAL AFFAIRS — Junho de 1948

Sob a direção de V. J. Jerome, o New Century Publishers, Inc., 832, Broadway, New York 3, N. Y., publica mensalmente esta revista de orientação marxista. O n. 6, vol. XXVII, correspondente a Junho p.p., traz entre outras, as seguintes matérias: Projeto de Resolução da Convenção Nacional do Partido Comunista Americano, pelo Comité Nacional de que é presidente o sr. William Z. Forster; Necessidade Imperativa da Unidade dos

Trabalhadores, de John Williamson; As eleições Italianas, de John Gates; Falsificadores da História, uma nota histórica do Escritório Soviético de Informações; Os dias de Junho de Karl Marx; comunicações; crítica de livros, entre os quais se destaca a de Harry K. Wells sobre o livro de Maurice Cornforth, "Science and Idealism". Pelo sumário do número vê-se a importância de P. A. como ponto de referência autorizado para conhecimento da situação norte-americana. Voltaremos a uma apreciação mais extensa desta publicação quando encarmos de maneira conjunta, as grandes publicações periódicas que exprimem o pensamento marxista do mundo atual.

J. E. F.

NEW FOUNDATIONS (vol I nº 3)

Revista universitária americana, que se publica trimestralmente em Nova York, é uma publicação anti-fascista, preocupada com os problemas políticos, culturais e intelectuais dos estudantes norte-americanos. Feitio gráfico moderno, fácil e agradável de manusear. A capa, de Hannah Heider é um modelo de elegância e sobriedade. O número em apreço tem matéria variada e interessante. A colaboração mais substancial do número é o estudo de Albert Prago, sobre o livro "Theory of Capitalist Development", de autoria de Paul M. Sweezy, em que se pretende, segundo as citações de Prago, refutar alguns dos postulados econômicos de Marx. Prago, com argumentação clara e metódica, põe em evidência os enganos de Sweezy, autor hoje em voga nos círculos acadêmicos norte-americanos. O editorial do número trata do problema do treinamento militar obrigatório nos E.E.U.U. Analisa as consequências desastrosas desse plano para o equilíbrio político-social do mundo, e seus reflexos na situação americana, tendentes a desviar a atenção da juventude do fracasso do governo em resolver seus problemas, ao mesmo tempo que, organizar-se militarmente para a guerra de agressão que procura fomentar. Carl Gersuny publica um artigo informativo sobre Seth Luther, líder trabalhista norte-americano do princípio do século 19. Além disso, N. F. publica poemas, crítica literária, contos, noticiário universitário, correspondência de Paris e Roma; um importante documento dos estudantes anti-franquistas, uma série de gravuras de Antonio Frasconi, notável artista uruguaio, admiravelmente apresentado por Leonard Baskin, além de uma meticulosa e extensa bibliografia sobre marxismo e economia política, que por si só valeria este número de primavera da ex-

celente revista norte-americana que, embora se destine aos estudantes, ultrapassa de muito o nível universitário, para ser colocada entre as melhores publicações americanas de nível intelectual elevado.

MASSES & MAINSTREAM — Junho de 1948

Outra revista americana de grande interesse, sobre a qual já chamamos a atenção de nossos leitores é *Masses & Mainstream* (Fundamentos n. 1). O último número que nos chegou em mãos, Junho de 48, inclui variada colaboração sobre literatura e artes. Entre outras destacamos: Uma vida ferroviária, conto de Howard Phillips; Persimon Seed, interessante história de um nipo-americano, de Yoshio Abe; três poemas de Thomas McGrath, um dos quais dedicado a Neruda; crítica de arte, de Joseph Solman, sobre a pintura de Philip Evergood; de Isidor Schneider sobre teatro; crítica de livros de Howard Fast (o excelente novelista de *Citizen Tom Payne* e *Freedon Road*), de W. E. B. Du Bois, Barbara Giles, José Yglesias e Joseph Starobin, jornalista de renome que nos visitou em 46. Além dessa matéria, M. & M. publica duas colaborações de alto valor: Problemas de Cultura Marxista de George Lukacs publicado em tradução de J. Bernstein, versa o problema da tradição a partir da teoria das linhas nodais de relações de massas de Hegel, através de Marx e Lenin; examina os problemas éticos do novo mundo e a importância prática dessas concepções nas democracias de novo tipo e na efetivação de um novo e verdadeiro humanismo. É a primeira parte de um estudo apresentado por Lukacs na Casa de Cultura de Milão, em dezembro de 47. A segunda parte virá no número seguinte. A percuciência de Lukacs abre como sempre perspectivas novas, vivas, transformadoras, para o conhecimento de nossa época.

O outro trabalho importante é o estudo de Samuel Greenberg sobre o poeta inglês Auden. Greenberg desfaz o "mito Auden", como chama a resistência com que uma corrente literária procura ver em Auden um pensador e um revelador, na poesia, do mundo moderno. Mostra como Auden sempre sofreu a influência das teorias místicas de D. H. Laurence, de Gide e de Homer Lane, e nunca foi um marxista como ele próprio pretendeu ser. E se o foi, ter-se-ia que admitir com Philip Herderson que estava mais próximo do Groucho do que do Karl Marx. De sua falsa atitude revolucionária ao pretensão liberalismo com que o querem rotular, hoje em dia, vai apenas o deslize em plano

inclinado, que conduz até ao desrespeito a Whitman, na poesia, à defesa do teologismo-existencialista no plano ideológico, e à defesa efetiva do capitalismo no plano econômico-político. Tudo isso com prejuízo inevitável para a sua poesia que da originalidade e força inicial, é hoje uma débil voz no modernismo poético inglês. É um estudo de grande interesse porque situa bem um poeta moderno inglês que começa a exercer aqui a mesma influência que já exerceu na Inglaterra e depois nos Estados Unidos, onde está radicado.

J. E. F.

LABOUR MONTHLY — Maio de 1948

Temos em mãos a edição comemorativa do dia do trabalho desta excelente revista mensal inglesa, publicada pelo Trinity Trust, 134, Ballards Lane, London, n. N, sob a direção do eminente publicista R. Palme Dutt. L. M. é feita em papel levíssimo e composição serrada, de maneira que suas trinta páginas contêm abundante leitura sobre a situação política inglesa e mundial. Neste número, Palme Dutt estuda exaustivamente o problema da paz, condensando em 10 páginas todo o seu histórico, quando mostra que o sentido da luta pela paz modificou-se nestes últimos 30 anos. Antes de 1914, os blocos imperialistas dominavam o mundo inteiro e desprezavam o socialismo que ainda não estava no poder em nenhum país do globo. Antes de 1939, as coisas já haviam mudado. Uma sexta parte do mundo era socialista. A guerra imperialista de 14-18 havia falhado graças à revolução de 1917, e a ajuda ilimitada dos círculos monopolistas ao fascismo e ao nazismo, para o combate ao comunismo, resuscitara o imperialismo germânico que desenvolveu-se a ponto de incluir nos seus planos de expansão seus generosos protetores ocidentais. A preparação guerreira antes de 39 se fazia, então, pelo armamento da Alemanha com a conivência dos círculos imperialistas anglo-franco-americanos, sob o rótulo de luta pela paz. No entanto, a verdadeira luta pela paz foi a aliança das potências ocidentais com a União Soviética. Hoje, a situação modificou-se substancialmente. O campo imperialista é um só, sob o comando único dos Estados Unidos. O bloco guerreiro de hoje compreende todo o imperialismo. De outra parte, cerca de 1/4 do mundo já se libertou do controle do imperialismo, e o avanço do socialismo, do movimento operário, da democracia popular, da libertação nacional, domina a situação mundial e assim os antagonismos

interimperialistas passam a uma posição subordinada. Esta situação encontra sua expressão na organização de um único campo guerreiro imperialista sob o domínio americano, dirigido contra todas as nações, mas lutando ostensivamente contra a União Soviética, as democracias populares e a emancipação do mundo inteiro. Esta nova conjuntura define o caráter da atual luta pela paz. A intensificação dos preparativos guerreiros, as bases ofensivas, a guerra de nervos, a fúria e o frenesi da propaganda, o rearmamento e a crise econômica iminente ou já existente em vários países, podem levar ao perigo real de guerra. A luta pela paz exige a mobilização de todas as forças progressistas e dos povos para a liquidação do perigo de guerra. Palme Dutt examina ainda a contribuição que o povo britânico pode dar para a paz mundial, obrigando seu governo a dissociar-se de uma política agressiva sob as ordens dos Estados Unidos, para colocar a Grã-Bretanha ao lado das forças da paz. Isso não só corresponde ao interesse do povo britânico como deslocará o balanço das forças e contribuirá para assegurar a derrota dos planos guerreiros do imperialismo e, por conseguinte, a vitória da paz.

Outros artigos de Ivor Montagu, J. R. Campbell examinam a situação interna da Inglaterra, mostrando o exodo dos capitais da metropole para os domínios e as consequências do fato; problemas orçamentos etc., demonstrando que o governo britânico não está cumprindo as promessas socialistas com as quais se elegeu.

Na parte reservada à crítica de livros, George Thomson analisa um livro recente de Gordon Childe, em que o autor examina o processo do progresso humano. Embora curto, o livro é uma contribuição importante do prof. Gordon Childe — figura de grande destaque na arqueologia moderna — e cujo “desenvolvimento como pensador avança para uma fase decisiva”, na opinião de Thomson. Outras críticas e anotações completam este número da excelente revista marxista inglesa.

J. E. F.

REVISTAS DE LÍNGUA ALEMÃ

Desde o fim da guerra é grande o interesse dos meios intelectuais pela evolução da cultura na Alemanha post-nazista. Infelizmente, até agora, são poucas as publicações editadas na Alemanha, aqui recebidas. Algumas delas nos chegam da Suíça e de outros países da Europa, todas, porém, com poucas informações

sobre a realidade alemã. É de se esperar que essa situação se modifique. Apresentamos algumas anotações fragmentárias de revistas que nos chegaram às mãos.

“DIE NEUE RUNDSCHAU” — Fundada pelo notável escritor alemão, S. Fischer em 1890, foi a revista alemã de maior realce intelectual nas últimas décadas anteriores a Hitler. Desde o advento do Hitlerismo na Alemanha, está sendo editada em Stockholm (Suécia), pela editora “Berman-Fischer-Verlag”. Tendo entre seus colaboradores os maiores representantes do intelectualismo alemão, emigrados e ainda na Europa, como Thomas Mann, Prêmio Nobel, adversário do nazismo desde o começo, mentor dos escritores anti-nazistas emigrados; o grande poeta alemão Hermann Hesse, também Prêmio Nobel; o poeta Leonhard Frank, Oscar Loerke, Joachim Maass, Carl Zuckmayer, Josef Halperin, Friedrich Torberg, Alfred Döblin, Martin Gumpert, Eugen Kogon (autor “Der SS.—Staat”) e outros. Está sendo editada trimestralmente. A coleção de 1947, que temos em mãos, traz novelas, romances, poesias e drama, crítica e ensaios sobre literatura, arte, ciências, história e economia, de tendência nitidamente anti-fascista e pacifista. Representa, em sua maior parte, as correntes democráticas européias, as idéias construtivas e cosmopolitas, em prol da reconstrução da Europa. A nova geração que renasce após a época da destruição do nazismo e da guerra, esforça-se para esclarecer e criticar as raízes do fascismo, e por esboçar um novo mundo de compreensão e reconstrução.

“NEUES EUROPA” — Revista editada (Alemanha ocidental), sob censura do governo militar aliado, pela “Walter Lehning-Verlag”. O título “Nova Europa” (“para melhor compreensão entre os povos”) já indica que se trata de uma tentativa de reunir as forças em prol de uma reconstrução econômica e humanística da Europa destruída. O número 2 (1948) traz, entre outros, um artigo de autoria de Karl Geiler, catedrático da universidade de Heidelberg, sobre “Os direitos do Homem”, um ensaio com reproduções sobre a grande desenhista alemã Kaethe Kollwitz, uma crítica sobre os teatros atuais de Berlim, um esboço sobre o “Novo Socialismo” de Paul Sering. O número 6 — 1948 — traz crítica sobre a representação da peça “Les mouches” de Jean Paul Sartre, em Berlim, e, sobre o filme “Les jeux sont faits”, igualmente de Sartre, exibido nos cinemas de Berlim; uma crítica da peça “Gasperlenspiel” de Hermann Hesse. Relata a literatura nova que está sendo editada na Alemanha. Evidentemente, a publicação pretende reunir as forças democráticas da Alemanha post-hitlerista, em prol da reconstrução da Europa Ocidental.

VISION — Agosto 1947 — O primeiro número desta revista, literária, apesar de antigo, é o início que nos chegou às mãos. Boa apresentação; bonitas ilustrações em preto-branco e em cores. Publicada na zona Americana, infelizmente, pouco nos informa sobre o momento atual alemão. Mantendo o alto nível das publicações alemãs, "Vision" coloca-se numa posição de fuga da realidade, apresentando pequenínima percentagem de contemporâneos, e mesmo estes, pouco nos informam sobre a atualidade alemã. Um artigo de Karl Jaspers, de 1938; um ensaio de Ricarda Huch sobre os Judeus, que, no entanto, não trata da situação atual, referindo-se, apenas, no problema na Idade Média. R. A. Schroeder, cujo poema exaltando a Liberdade, nos parecia ser a expressão mais positiva e atual da revista, infelizmente, ficou prejudicado pelas restrições que o Pen Club holandês fez a seu respeito. Outro artigo atual, sobre o Progresso da Técnica, de Robert D. Dvorak (nascido em Bochum, Renania), desgosta por seu pessimismo, romântico e estéril. Os clássicos estão bem representados: Eichendorff, Kant, Walter von der Vogelweide, Humbolt, Tieck, Hoelderlin e muitos outros. Traz a revista os originais e boas traduções de poemas de Baudelaire, Shelley, Walt Whitman, Puschkin e Bo-Dju-J. Para completar, publica Vision, ainda, a apreciação de dois estrangeiros: "Bonn 1945" de Stephen Spender, e "Wiemar 1804" de Benjamin Constant. Outra página curiosa para nós: uma descrição lírica de um passeio na mata virgem brasileira de von Martius.

— Também da Austria pouco se recebe. Temos em mãos um número atrasado (Setembro de 1947) da revista "Weg und Ziel", editado em Viena. Trata-se de uma publicação do mais alto nível político e cultural, com comentários sobre a situação austriaca e européia em geral, comentários sobre economia, política, saúde pública, movimento trabalhista, ciência e arte, escritos de maneira clara e compreensível, sem, porém, descer ao lugar comum.

Entre as colaborações, queremos destacar o estudo cristalino de Ernst Fischer: "A Europa necessita do Socialismo", no qual, analisa a atual situação eropéia, mostrando os fatores que a originaram e as perspectivas imediatas que se apresentam na solução socialista, ou na solução socialista. Ainda no número: um artigo de Franz Marek, "Ciência e Socialismo", revisão histórica, do assunto no qual faz interessante referência à família Curie. Duas outras colaborações: "O Orçamento do operário vienense" de Walter Stein, e "Alimentação e Saúde Pública" do Dr. Friedrich Scholl, tocam nos problemas mais urgentes da nação, dando, com dados precisos um quadro da situação atual, e indicando medidas práticas para a

melhoria da mesma. Comentários e notas sobre acontecimentos no exterior; uma boa secção de bibliografia, completam o número que nos dá uma idéia precisa do que está acontecendo não só na Austria como parte das correlações européias.

MÚSICA

O II Congresso Internacional de Compositores e críticos musicais organizados pelo Sindicato dos Compositores tchecos de 20 a 29 de Maio de 1948 em Praga, adotou por unanimidade as seguintes

RESOLUÇÕES

1 — O Congresso agradece ao Sindicato dos Compositores tchecos ter organizado o II Congresso Internacional de Compositores e críticos musicais, pois ele abriu o caminho para realização duma colaboração entre os músicos progressistas de todos os países.

2 — O Congresso convida os delegados para trabalhar ativamente nos seus países respectivos na realização das diretrizes fixadas no seu Apêlo. Os compositores e musicólogos dos países que não estavam presentes no Congresso isto é, suas organizações ou grupos serão informados pelo Sindicato dos compositores tchecos a respeito das deliberações do Congresso e solicitados a trabalhar no sentido deste Apêlo.

3 — O Sindicato dos compositores tchecos publicará um apanhado dos discursos e dos resultados das discussões deste Congresso nas quatro seguintes linguas; tcheco, russo, inglês, francês.

4 — De conformidade com o Apêlo do Congresso e a resolução tomada por unanimidade pela assembleia plenária de 29 de Maio de 1948 às 15 horas o comité do Congresso ficou encarregado da preparação da futura Federação Internacional de compositores e musicólogos progressistas.

Cada membro desta Comissão tem o dever de informar os grupos ou sindicatos de compositores e musicólogos progressistas de seu país, dos termos deste Apêlo e da resolução do Congresso. Lá onde tais grupos não existam, fica o membro interessado da comissão preparatória encarregado de o fundar.

Cada organização ou grupo de compositores e musicólogos progressistas de cada país deve designar seu representante para a Comissão preparatória da Federação Internacional de compositores e musicólogos progressistas e comunicar ao Sindicato de Compositores tchecos: Eisenhowerova 20, Praga XIX — Bubeneč, antes do 31 de Julho de 1948.

Deve, igualmente nesta data, informar o Sindicato do Estado dos trabalhos preparatórios. O Sindicato de compositores tchecos convoca a Comissão de preparação para uma sessão em Praga em 29, 30 e 31 de outubro de 1948.

5 — A tarefa da Federação Internacional de compositores e musicólogos progressistas consistirá:

a) realizar praticamente as idéias contidas no Apêlo do Congresso.

b) convocar cada ano um Congresso internacional de compositores e musicólogos progressistas.

c) editar os trabalhos e ensaios musicólogos preconizando o emprego de métodos progressistas para resolver os problemas da composição musical.

d) editar os trabalhos de composição vocais e instrumentos e de cantos de massas de compositores de todos os países, inspiradas nas novas tarefas sociais da música.

e) organizar concursos internacionais de óperas, cânticos, cantos de massas etc. que correspondem às idéias enunciadas no Apêlo do Congresso.

Pela Comissão de iniciativa do II Congresso Internacional de compositores e críticos musicais:

A. Estrela, Brasil — V. Stojanov, Bulgária — St. Lucky Fr. A. Kypka, Dr. Jar. Tomásek e Dr. A. Sychra CSR — Roland de Candé, França — Alan Bush e B. Stevens, Grã-Bretanha — M. Flothuis e Dr. E. Rebling, Países Baixos — O. Danon e N. Devic, Yugoslavia — doc. Dr. Sophie Lissa, Polónia — Hans Eisler, Austria — Dr. A. Mendelssohn, Rumania — T. Chrennikov — B. Jarostowski e J. Chaporine, URSS — Georges Bernand, Suíça — Dr. D. Bartha, Hungria.

ARTES PLÁSTICAS

As artes plásticas estão na ordem do dia em São Paulo. E para tal muito têm contribuído o "Museu de Arte" e o "Museu de Arte Moderna".

O primeiro, inaugurado há mais de um ano, adquiriu recentemente algumas obras de grandes mestres tais como Velasquez, Rembrandt e, ultimamente, um nú de Renoir que, dentro das normas publicitárias de seus dirigentes, deu motivo a uma grande festa.

O "Museu de Arte Moderna", que ainda não foi inaugurado, é uma iniciativa muito mais séria e parece disposto a, realmente, contribuir para a elevação do nível artístico e cultural de São Paulo.

Sob seu patrocínio, dentro de alguns dias será feita em São Paulo a primeira exposição

de quadros abstracionistas que o sr. Léon Degand trouxe da França. Será, certamente, uma excelente oportunidade para um debate sobre arte figurativa e arte abstrata. Aliás, sobre o assunto a discussão já foi iniciada em São Paulo entre o pintor Di Cavalcanti (de quem publicamos sobre o assunto, um artigo neste número) e outros.

A propósito dessa exposição, é com prazer que registamos a presença, entre nós, onde permanecerá como diretor do Museu de Arte Moderna, do sr. Léon Degand, crítico de renome na França e que, há poucos dias, pronunciou na Biblioteca Municipal uma conferência sobre "Arte e Público". Como se trata da primeira conferência de uma série de outras sobre artes plásticas, e por ter sido ela, por assim dizer, apenas uma tomada de contacto do conferencista com um público para ele desconhecido, pareceu-nos acertado seu tom leve e anedótico. Entretanto, esperamos que nas suas próximas conferências o sr. Degand nos fale sobre pintura.

Outro conferencista ilustre, sr. René Huyghes, conservador chefe do Museu do Louvre e autor de diversos trabalhos sobre artes plásticas, fez, sob o patrocínio da "Alliance Française" e do "Museu de Arte Moderna", uma conferência sobre as "Tendências da Arte Contemporânea".

Na introdução de sua palestra, o sr. Huyghes fez algumas apreciações superficiais sobre a evolução da sociedade para concluir que hoje estamos diante de um impasse. Citando "Mythe de Sisyphe", deu razão a Camus quando este diz que tudo é absurdo. Colocou-se assim, o conferencista, ao lado daqueles que consideram a contradição como um sintoma do absurdo, e agora — em face das contradições cada vez mais flagrantes do que nunca — chegaram à conclusão de que o mundo e a vida são absurdos. Esta, aliás, é a atitude típica dos existencialistas modernos que se acreditam indivíduos superiormente inteligentes, imparciais, únicos a dominar a situação no campo elevado das idéias. Ainda não superaram o idealismo já rançoso do deus idéia. Ainda não compreenderam ou, melhor, não quiseram compreender que essa falsa atitude de superioridade não passa de resignação e passividade em face dos acontecimentos. Aliás, é o próprio Camus em "Mythe de Sisyphe" (o livro citado pelo sr. Huyghes) que diz: "Existe apenas um problema filosófico verdadeiramente sério: o suicídio". Nada mais é preciso acrescentar.

Mas voltemos à conferência do sr. Huyghes que, depois dessa introdução, fez uma análise (excelentemente ilustrada com projeções em côr) da pintura francesa dos impressionistas aos contemporâneos. Diz que esta sempre oscilou entre dois polos: inteligência e sensibilidade. Nessa análise, sem dúvida brilhante, o sr. Huyghes

deu um exagerado valor à intuição do artista e força certas interpretações por vezes inteiramente inaceitáveis. Encara os problemas sociais sempre de um ponto de vista idealista e chega a falar da "falência da razão" (referindo-se à guerra de 1914-1918) para explicar o dadaísmo. Como se a razão tivesse culpa das contradições do regime. Como se não fôsse mais racional procurar as contradições do indivíduo nas do regime.

E o sr. Huyghes conclue sua conferência com uma tirada romântica, de gosto e conteúdo existencialista, quando afirma que o equilíbrio do mundo não poderá ser encontrado nas soluções russas ou norte-americanas, mas sim no humanismo da latinidade. Mas não diz como e nem tampouco aponta o caminho a seguir.

G. N.

CONCURSO LITERÁRIO

Comemora-se, este ano, uma data da história do Brasil que, pela sua importância e significação, ainda não foi devidamente estudada. Ciente dessa lacuna, a Editorial Vitória, que tantas obras de alto valor cultural já editou, decidiu — em boa hora — instituir um prêmio de Cr\$ 5.000,00 para o melhor ensaio sobre o acontecimento.

As condições a que devem obedecer os ensaios, para participarem do concurso, são:

- 1) O ensaio deve abordar os seguintes temas:
 - a) o ambiente revolucionário de Pernambuco em 1848; b) a composição das forças políticas do movimento armado da Praia; c) a organização militar dos praieiros; d) a invasão do Recife pelos praieiros; e) o papel da imprensa no desenvolvimento do conflito da Praia; f) personalidades do movimento; g) caracterização política do movimento praieiro.

- 2) — O ensaio deverá ter 40 (mínimo) e 50 (máximo) páginas de papel tamanho ofício, datilografado em espaço duplo, com três cópias.

- 3) — O autor deverá usar pseudônimo, mandando o nome em envelope fechado, que será aberto depois de julgamento.

- 4) — A entrega deverá ser feita até 15 de outubro na Editorial Vitória, rua do Carmo 6, Rio de Janeiro.

A comissão julgadora, composta por quatro grandes nomes das letras brasileiras: Annibal Machado, Graciliano Ramos, Edison Cordeiro e Dalcídio Jurandir, será presidida por um intelectual designado pela A.B.D.E..

A entrega do prêmio será feita em solenidade pública.

CINEMA EDUCATIVO

Logo após a libertação de Paris, a Frente Nacional Universitária, transformada em União Universitária Francesa, organizou uma série de conferências, na Sorbonne, para a atualização dos principais problemas pedagógicos, literários e científicos. Ulteriormente, essas conferências se estenderam a toda França, e o seu sucesso levou a União a publicá-las, respeitando os textos originais escritos para serem falados, incluindo os debates que se seguiram às conferências originais feitas no Museu Pedagógico e na Sorbonne. Nessa série utilíssima, o Prof. Prudhommeau apresentou um trabalho muito informativo e original de que damos aqui uma súmula.

Depois de fazer o histórico do cinema educativo na França, o prof. Prudhommeau que, antes da guerra, fez parte da Comissão Oficial de Cinema, e que já representou seu país em congressos internacionais, resumiu da forma seguinte a experiência francesa sobre cinematografia educativa:

- a) É um poderoso instrumento de educação para todas as idades e para todos os meios.

- b) É um precioso auxiliar do ensino em todos os graus das mais diversas disciplinas, mas não passa de um *auxiliar mecânico*:

- 1) Não é o filme que *ensina*, mas sim o mestre.

- 2) Só deve ser utilizado em determinados casos.

- c) Segundo as finalidades que se propuser atingir, deverá ser sua natureza. Assim sendo, os filmes deverão ser classificados em diversas categorias. Naturalmente, cada filme só deverá ser utilizado dentro dos limites visados.

O autor insiste na especificidade de utilização, e propõe uma legislação que proíba a má utilização dos filmes.

Eis a classificação, por categorias, que propõe Prudhommeau:

- 1 — ESCOLARES — filmes de curta metragem, de duração máxima de 10 minutos; mudos para serem comentados pelos professores; projetados durante a aula, nas condições normais de trabalho escolar, por aparelhos de fácil manêjo, etc.. Somente em condições excepcionais se utilizariam filmes sonoros. Nestes casos, os ruídos e registros sonoros devem ser reais e não reconstituídos. O filme escolar deve ser apenas um elemento da lição. Não pode ser projetado sem comentários.

- 2 — ILUSTRAÇÃO — Podem ser registrados com essa finalidade, mas a maior parte serão extratos de filmes comerciais ou de atua-

lidades. Destinam-se a ilustrar um aspecto da vida real, devem caracterizar-se pela sinceridade e objetividade. Sua qualidade educativa está ligada à sua clareza, concisão e ao número limitado de sugestões que apresente. Diferem dos escolares, por serem extraídos de filmes já realizados, e não exigem novos e custosos negativos, tratam de assuntos não previstos nos programas escolares, mas servem para documentar os estudantes sobre fatos importantes da atualidade ou da evolução da vida social.

3 — DOCUMENTARIOS — Filmes comerciais, mudos ou sonoros, com a condição de serem fiéis à realidade, sem intervenção de atores ou cenários, sem as deformações da propaganda. Comprimento variável. Prestam-se ao ensino, ao comentário, mas não podem ser encarados sistematicamente como material de ensino para os cursos e lições. São mais úteis quando apresentados em sessões post-escolares.

4 — DOCUMENTARIOS ROMANCEADOS — Filmes onde intervêm atores e cenários em uma ação convencional, mais ou menos relacionada com a vida real. Provocam confusão nos educandos, e só devem ser utilizados para retificar falsas noções, o que é sempre perigoso pois os jovens se inclinam mais a acreditar no que vêm do que naquilo que se lhes diz.

5 — ORIENTAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO PROFISSIONAL — Filmes de ilustração e demonstração técnica que podem incluir desde as profissões manuais até às profissões liberais. São filmes que envelhecem rapidamente, razão pela qual devem ser periodicamente substituídos.

6 — FILMES DE PESQUISA — totalmente diferentes dos anteriores, pois sua feitura deve conduzir a uma descoberta nova. Não podem ter pretensões comerciais. São os mais preciosos para o patrimônio de um país pois marcam as etapas de evolução de sua ciência. Devem ser distribuídos pelo Estado. São de feitura fácil para o técnico no que diz respeito aos filmes sobre ciência natural. Nos casos de filme sobre pesquisa psicológica tornam-se mais delicados e difíceis. É o caso dos filmes feitos pelo próprio autor e de alguns outros feitos por Gessel nos E.E.U.U.. São filmes que pertencem ao patrimônio nacional e seus autores não devem estar sujeitos às contingências comerciais.

7 — FILMES DE DIVULGAÇÃO — são filmes de pesquisa que apresentam o interesse suficiente para a difusão do conhecimento nas camadas mais amplas da população. Devem ser distribuídos sob o controle e a responsabilidade das autoridades para melhor garantia de sua autenticidade. Devem ser falados, com comentário responsável de pessoa autorizada.

8 — FILMES RECREATIVOS — não são filmes para ensino mas não deixam de interessar do ponto de vista educativo. Apresentam problemas de difícil resolução pois podem orientar os escolares em direções condenadas pela moral ou pela sociedade. Os escolares têm interesse particular pela cena violenta onde intervém um herói que é a alma da ação cinematográfica. E o herói parece tanto mais interessante quanto mais se vinga das convenções habituais, e é frequente a criança tentar passar da admiração à imitação. De outro lado, os filmes com pretensões moralizantes não são considerados divertidos, e até o contrário se verifica. Qualquer realização de filmes comerciais desta categoria deve ser precedida de uma indagação psicológica sobre que os escolares consideram recreativo e divertido.

* * *

Ainda a propósito de cinema educativo, lembramos a grande impressão causada entre nós, recentemente, por um filme francês sobre Matisse, comentado com grande inteligência por Jean Cassou. O filme apresenta o grande mestre francês em seu trabalho, registrava declarações suas sobre a arte, e por artifício da técnica cinematográfica conseguia dar uma idéia impressionante da técnica manual de Matisse. O filme apesar de curto fez uma síntese admirável da personalidade e da obra do grande mestre francês, contribuindo efetivamente para a compreensão do sentido de sua contribuição às artes plásticas.

CINEMA

SITUAÇÃO DO CINEMA FRANCÊS

A situação da indústria cinematográfica francesa não melhorou nada, antes piorou bastante com o famoso acordo Blum-Byrnes. Segundo as cláusulas desse tratado, destinado a facilitar por uma proteção temporária a reconstrução da indústria francesa do filme, foi fixada a quota de 31 produções francesas em cada 100 filmes exibidos em França. Ora, antes da guerra a França produzia o suficiente para fazer essa proporção oscilar entre 55 a 60 nacionais para cada 100 exibições. Em uma estimativa feita para Abril de 1937, verificou-se que, em uma semana desse mês estavam programados em Paris, 165 filmes americanos e 200 filmes franceses. Entre Julho de 46 e 48, a proporção se manteve por volta de 40 fran-

ceses para o total de 100 exhibições, ainda assim acima do que estipula o tratado. Portanto, parece-nos difícil acreditar que o tratado tenha sido firmado para proteção à indústria francesa. Esta, para enquadrar-se na letra do acordo, terá que reduzir sua produção. Terá que passar a 28 filmes, dos 75 que produzia em 47, dos 125 que produzia antes da guerra. E, tudo isso sem falar nas cifras que representam os aspectos financeiros do problema. A situação da indústria cinematográfica francesa é difícilíssima, e, a perdurar o acordo Blum-Byrnes, a qualidade da produção francesa terá que baixar. Mas, não seria essa a finalidade do acordo?

SEMINÁRIO DE CINEMA

A New School for Social Research, de Nova York, organizou, há algum tempo, um curso de análise cinematográfica, sob a forma de um seminário conduzido por 30 técnicos, escritores, fotógrafos, diretores, montadores, da indústria cinematográfica daquela cidade, sob direção geral do cineasta Leo Hurwitz que, desde 1930, tem trabalhado em cinema como fotógrafo, diretor e realizador de documentários. O material de estudo escolhido foi o filme "Os melhores anos de nossa vida", cujas cenas foram analisadas uma a uma, com auxílio valioso de manuscritos, desenhos, fotografias e outros materiais que serviram para a confecção do filme, cedidos por Samuel Goldwin, produtor, e pela R.K.O., distribuidora. A seleção de "Os melhores anos de nossa vida", foi feita segundo o Dr. Bryn J. Houde, presidente da Nova Escola, por se tratar de um "Comentário progressista de nossas vidas e um exemplo de arte cinematográfica".

Uma sugestão para a obra didática de nossos clubes de cinema.

CENSURA CINEMATOGRAFICA

Os ataques da liga de "Decência" a filmes como "Gentleman's Agreement", lembram os tempos de ascensão do nazismo, quando o anti-semitismo era uma das válvulas de descarga do sadismo em encubação. Procurava-se atribuir a responsabilidade dos filmes sensuais aos judeus, tal como se fez em Dresden com uma demonstração contra o filme "Jovem Mãe" (Maiden Mother). A condenação das orgias e extravagâncias, com a indignação moral com que hoje condenam "Forever Amber", destinava-se a influenciar a pequena burguesia. Em livro recente, "De Caligari a Hitler", Siegfried Kra-cauer, relembra a falsa neutralidade que acobertava as concessões do governo Bruening aos nazistas e grupos reacionários. Um exemplo típico, foram as demonstrações nazistas de 1930, contra o filme de Milestone "Nada de novo na frente ocidental", o que induziu os censo-res, que o haviam aprovado, a reformar seus juí-zos, e, proibi-lo sob a alegação de que fazia perigar o prestígio do Reich no exterior. Ao mesmo tempo, filmes militaristas, glorificadores de Frederico o Grande, não chegavam a impressionar.

UNIÃO MUNDIAL DOS DOCUMENTARISTAS

Após uma semana de intensos trabalhos, encerrou-se, em Praga, a 22 de julho último, o I Congresso da União Mundial dos Documentaristas. Essa entidade reúne especialistas em filmes documentários de todo o mundo.

O conhecido cinegrafista brasileiro Rui Santos foi indicado e aceito para membro efetivo da diretoria da U.M.D.

Causou grande sucesso na Europa a exibição do filme documentário de Rui Santos sobre o comício realizado no estádio do Pacaembú em homenagem a Luiz Carlos Prestes.

Compre seus livros na

Livraria ITATIAIA

Livros Nacionais e Estrangeiros

Secção de Papeleria

RUA 7 DE ABRIL, 412 — TELEFONE: 6-6282



Gordura de Côco "BRASIL"!



Pedimos a especial atenção das Senhoras donas de casa, para as *qualidades e vantagens* ao lado, as quais, poderão, facilmente ser comprovadas, bastando para isso, utilizar a GORDURA DE CÔCO BRASIL, ou perguntar a uma amiga que a empregue. A GORDURA DE CÔCO BRASIL é a herdeira dos valores integrais do côco do norte, por isso é tão nossa e tão pura!

- 1 - PURÍSSIMA
- 2 - NÃO FERMENTA
- 3 - RENDE MAIS
- 4 - MUITO MAIS ECONÔMICA
- 5 - SUBSTITUE A MANTEIGA
- 6 - FABRICAÇÃO ESMERADA
- 7 - ALTO TEOR NUTRITIVO
- 8 - 70 MÉDICOS A RECOMENDAM

**GORDURA
DE CÔCO**

Brasil

**PRODUTO DA
REFINADORA DE
ÓLEOS BRASIL S.A.**



Um presente a cultura brasileira...

OBRAS COMPLETAS

DE

Monteiro Lobato

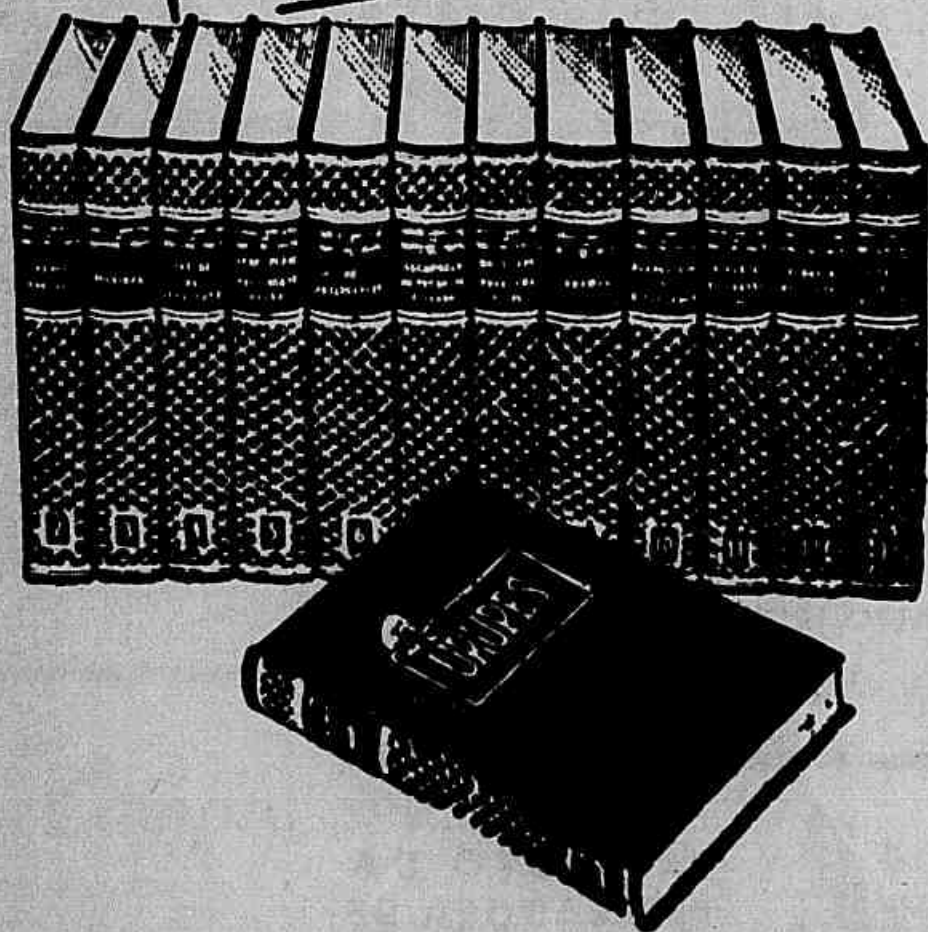
agora, num bloco unificado, a extraordinária obra do mais lido e querido escritor de nossa terra.

**OS 13 VOLUMES QUE COMPÕEM A 1.ª SÉRIE
LITERATURA GERAL
DAS OBRAS COMPLETAS DE MONTEIRO LOBATO**

Ricamente encadernados em percalina americana com gravações a ouro - Formato 14,5 x 22 cms

1.º Urupês • 2.º Cidades Mortas • 3.º No
grinha • 4.º Idéias de Jeca Tatú • 5.º A
Onda Verde • 6.º O Presidente Negro • 7.º
Na Antevéspera • 8.º O Escândalo do Pa-
trício e Ferro • 9.º Mr. Blang e o Brasil
• Problema Vital • 10.º América • 11.º
Mundo da Lua e Miscelâneas • 12.º e 13.º
A Barca de Gleyre (em dois tomos) e
13.º Prefácios e Entrevistas

Mais de 4 mil páginas de leitura



A EDITORA BRASILIENSE tem orgulho em apresentar ao povo brasileiro, em edição uniforme, as OBRAS COMPLETAS do genial criador de Jeca Tatú. O nome de Monteiro Lobato assinala o ponto mais alto da nossa literatura, pois ninguém como ele soube interpretar e exprimir os sentimentos e aspirações da gente brasileira. Sua obra, em conjunto, vale como o mais expressivo e fiel retrato do Brasil.

Nos 13 volumes que compõem a 1.ª Série - LITERATURA GERAL - das OBRAS COMPLETAS DE MONTEIRO LOBATO, os leitores encontrarão tudo o que o famoso escritor produziu desde a sua mocidade: contos, romances, artigos, prefácios, entrevistas, correspondência e muita matéria inédita, só agora reunida em volume, neste grandioso empreendimento editorial.

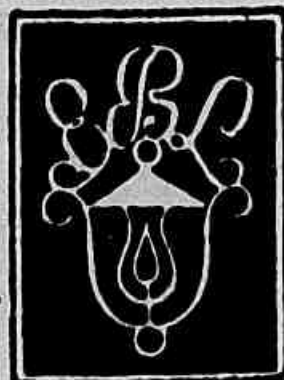
13 VOLUMES RICAMENTE ENCADERNADOS

**PLANO DE VENDA EM MÓDICAS PRESTAÇÕES MENSAIS ATRAVÉS DO
DEPARTAMENTO DE CRÉDITO**

DA
Editora BRASILIENSE Ltda.

ANEXO À LIVRARIA MONTEIRO LOBATO

• Telefone: 6-2423 • Caixa Postal 163-B • São Paulo



U. 18

**NOVOS MERCADOS
PARA SEUS PRODUTOS**

na rota dos
aviões da
ITAÚ

Os gigantes Curtiss Comando C-46
que compõem a frota da Itaú,
ligando as principais cidades do
Norte, Centro e Sul do país –
abrem novos mercados às suas
transações, *qualquer que seja
a natureza de seus produtos.*

Despache suas cargas e encomendas
com Frete Aéreo pela Itaú.

Entregas imediatas de domicílio a
domicílio – sem necessidade de
embalagem especial e com um
máximo de facilidades, segurança,
rapidez e economia.



ESCALAS:

SÃO PAULO

RIO DE JANEIRO
BELO HORIZONTE
CAMPO GRANDE
MONTES CLAROS

CARAVELAS
SALVADOR
RECIFE
FORTALEZA



COMPANHIA ITAÚ DE TRANSPORTES AÉREOS

Sede: R. Asdrúbal Nascimento, 436 – Fones 3-7191 e 3-7192 (Rêde Interna) End. Telegr. Itauar – S. Paulo
Agência: Rio de Janeiro – Rua Santa Luzia, 275-A – Fone 32-7449

A ÚNICA EMPRESA NO BRASIL ESPECIALIZADA EM TRANSPORTES COMERCIAIS AÉREOS DE CARGA

FUNDAMENTOS

nos seus dois primeiros números publicou

A LUTA PELO PETROLEO BRASILEIRO

Fernando Luiz Lobo Carneiro

A LISTA DE JOB

Anibal Machado

PÀGINA INÉDITA

Graciliano Ramos

O PROBLEMA HIDRO-ELÉTRICO DE S. PAULO

Catulo Branco

ECONOMIA INDUSTRIAL E AGRICOLA

L. Herrmann

CRISE DO ESPIRITO

Astrojildo Pereira

7 CARTAS LOUCAS

Afonso Schmidt

ARTE FUNCIONAL

H. J. Koellreutter

EM SETEMBRO :

NÚMERO ESPECIAL

DEDICADO À

MONTEIRO LOBATO

Preço Cr.\$ 6,00